MARIA JOSÉ COSTA FERNANDES

QUAL O LUGAR DA REFORMA AGRÁRIA NAS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS?

VOZES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E JOVENS DO CAMPO EM MOSSORÓ/RN

GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA - UERN

Edições UERN
FAPERN

QUAL O LUGAR DA REFORMA AGRÁRIA NAS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS?

vozes dos profissionais da educação e jovens do campo em Mossoró/RN

2023

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Reitora
Cicília Raquel Maia Leite
Vice-Reitor
Francisco Dantas de Medeiros Neto
Diretor da Editora Universitária – EDUERN
Francisco Fabiano de Freitas Mendes
Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - EDUERN
Jacimária Fonseca de Medeiros
Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - EDUERN
Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Conselho Editorial das Edições UERN
Edmar Peixoto de Lima
Emanuela Carla Medeiros de Queiros
Filipe da Silva Peixoto
Francisco Fabiano de Freitas Mendes
Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima
Jacimária Fonseca de Medeiros
José Elesbão de Almeida
Maria José Costa Fernandes
Maura Vanessa Silva Sobreira
Kalidia Felipe de Lima Costa
Regina Célia Pereira Marques
Rosa Maria Rodrigues Lopes
Saulo Gomes Batista

Diagramação
Selton Deolino da Silva

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Fernandes, Maria José Costa.
Qual o lugar da reforma agrária nas escolas dos assentamentos rurais?: vozes dos profissionais da educação e jovens do campo em Mossoró/RN [recurso eletrônico]. / Maria José Costa Fernandes. – Mossoró, RN: Edições UERN; FAPERN, 2023.

112 p.

ISBN: 978-85-7621-460-1 (E-book).

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Mossoró/RN. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC CDD 305.5

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Editora Filiada á

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Meus amigos e minhas amigas,

O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!

Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte

Edições UERN

Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN

Edições
UERN

A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê **a publicação de mais de 300 e-books**. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, **a FAPERN terá investido R$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)** oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.

Cicília Raquel Maia Leite

Presidente da FUERN

Gilton Sampaio de Souza

Diretor-Presidente da FAPERN

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra, propícia estação

E fecundar o chão.

(Chico Buarque e Milton Nascimento)

Para minhas raízes (Dona Toinha e Chico da Quixabinha),

e minhas sementes (Clarice e Letícia).

Eu dedico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

1 VIDAS RURAIS TAMBÉM IMPORTAM: PORQUE MUITAS PESSOAS AINDA MORAM NO CAMPO 18

1.1 VIVÊNCIAS NO MEIO RURAL: COMO UM LUGAR DE VIDA ESQUECIDO PELO PODER PÚBLICO 18

1.2 PORQUE A TERRA DEVE SER PARA USO DE TODOS: A REFORMA AGRÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS E ALUNOS DO CAMPO 28

1.3 QUAL O LUGAR DA REFORMA AGRÁRIA NA ESCOLA? A REFORMA AGRÁRIA É MUITO IMPORTANTE NO DIA A DIA, TANTO NA ZONA RURAL COMO NA URBANA 42

1.4 SENDO NA ZONA RURAL OU NA CIDADE, É UMA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA EM ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS 56

2 COMO TODO SER HUMANO, AS PESSOAS DOS ASSENTAMENTOS DEVEM TER A OPORTUNIDADE DE ALCANÇAR SEUS SONHOS 68

2.1 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE RURAL 68

2.2 AQUI NÃO TEM TANTAS OPORTUNIDADES QUANTO NA CIDADE 77

2.3 PORQUE TEMOS OS MESMOS DIREITOS DOS ALUNOS DE LÁ 88

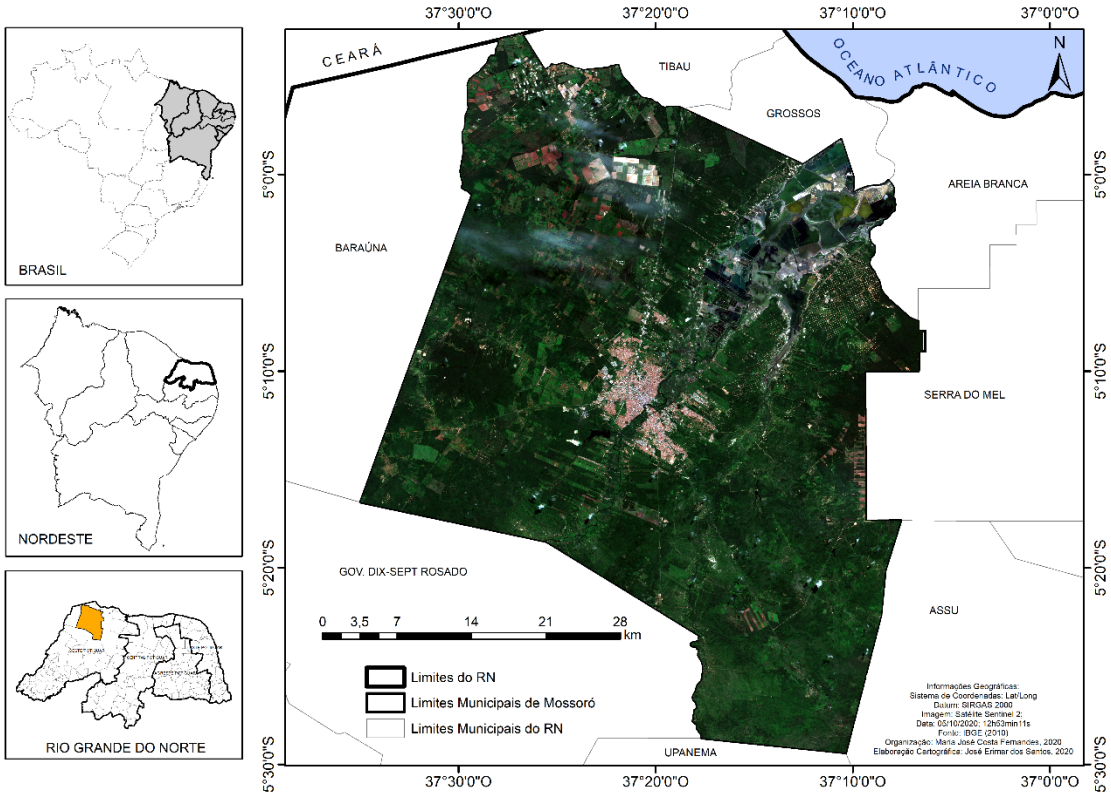
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

REFERÊNCIAS 107

APRESENTAÇÃO

O município de Mossoró (mapa 1) está localizado na Região Nordeste do Brasil, mais precisamente na Mesorregião Oeste do RN e na Microrregião de Mossoró. O município limita-se ao Norte com o Estado do Ceará e os municípios de Grossos e Tibau; ao Sul com os municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema, ao Leste com Areia Branca, Serra do Mel e Açu; a Oeste com o município de Baraúna.

Mapa 1 — Localização Geográfica do Município de Mossoró/RN em diferentes escalas de análise no território brasileiro.



Além de sua importância regional, o município de Mossoró/RN é considerado oficialmente como a capital do semiárido brasileiro, de acordo com a Lei Nº 13.568, sancionada em 21 de dezembro de 2017. O artigo 1º da referida lei diz o seguinte: "Fica conferido o título de Capital do Semiárido à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte" (Brasil, 2017).

No RN, o município possui importância significativa, tendo em vista que Mossoró tem a segunda maior população do RN, ficando atrás apenas da capital Natal. Conhecida po-

pularmente como a “capital do oeste” potiguar, Mossoró também se destaca pela diversidade de atividades econômicas em seu território, como processamento do sal marinho, extração de petróleo em terra, mas principalmente pela produção de fruticultura irrigada, sendo considerado o maior produtor de melão do Brasil. Vale salientar que, além dessas atividades citadas, o município possui uma dinâmica gerada pelo setor de comércio e serviços, com um fluxo diário de pessoas, oriundas de vários municípios da Região Oeste do RN.

Ressaltamos que, outro destaque que o município de Mossoró apresenta, se refere ao número de assentamentos de reforma agrária. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerado o município potiguar com o maior número de assentamentos rurais do RN, totalizando 34 assentamentos rurais encravados em seu território.

Pode-se dizer que os assentamentos rurais são uma resposta à luta pela reforma agrária encabeçada pelos movimentos sociais. Podemos considerar os assentamentos rurais como uma espécie de materialização da política de reforma agrária. De acordo com Caldart (2012, p. 15), a luta pela reforma agrária “trouxe para a sua constituição originária os movimentos sociais, como protagonistas do enfrentamento de classe, e determinada forma de luta social que carrega junto [...] a relação contraditória e tensa entre movimentos sociais [...] e Estado na sociedade brasileira”.

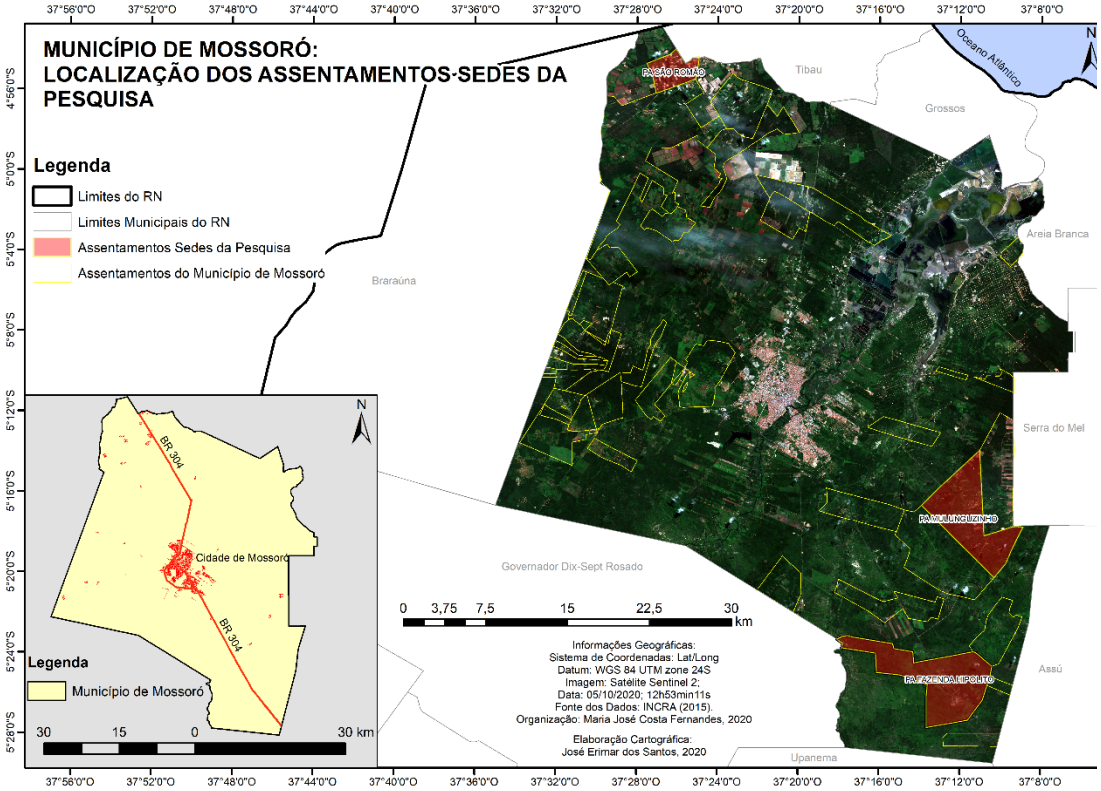
De Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8) tomamos de empréstimo o conceito de assentamento rural, quando os autores afirmam que, [...] “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra”.

Medeiros e Leite (2004, p. 30) afirmam que existe: “[...] a necessidade de novas pesquisas como a importância de uma reflexão mais aprofundada sobre o que tem sido o processo de criação e desdobramentos dos assentamentos”.

À vista disso, surgiu nosso interesse em pesquisar sobre como as escolas, localizadas nos assentamentos rurais de Mossoró (mapa 2), trabalham a temática reforma agrária, e de que forma profissionais e alunos dessas escolas compreendem a importância dela para sociedade.

Com essa diversidade de assentamentos rurais de reforma agrária em seu território, e pela sua representatividade estadual, o município de Mossoró possibilita inúmeras abordagens de pesquisa, envolvendo essa temática, seja na ciência geográfica ou em áreas afins, se consolidando como um celeiro de pesquisa pujante relacionado a temáticas agrárias.

Mapa 2 — Território do Município de Mossoró, destacando os Assentamentos Rurais e a Zona Urbana.



Para Formiga Júnior, Cândido e Amaral (2014, p. 61): "É importante salientar, que os objetivos da reforma agrária não devem se restringir apenas ao acesso à terra pelos agricultores desfavorecidos". Sem dúvida uma das principais demandas existentes nos assentamentos rurais, diz respeito à educação, em diferentes níveis de ensino, tendo em vista que as famílias possuem crianças, jovens e até adultos que precisam de escolas, e que devem ser escolas do campo.

Para Arroyo e Fernandes (1999, p. 51): "uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico".

Nesse contexto, surgiu inicialmente a pesquisa para tese de doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e que por sua vez, um de seus fragmentos, deu origem a presente obra: *Qual o Lugar da Reforma Agrária nas Escolas dos Assentamentos Rurais? Vozes dos Profissionais da Educação e Jovens do Campo em Mossoró/RN,* que tem por objetivo principal compreender qual visão de reforma agrária têm os profissionais da educação que trabalham, e os jovens do campo que estudam, em escolas localizadas em assentamentos rurais do município de Mossoró/RN.

Acerca do conceito de lugar, Carlos (2007, p. 17) vai dizer que "o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar". Nos interessa ainda, conhecer o lugar da temática reforma agrária durante as aulas e nas ações do ambiente escolar; expressar o entendimento de conceitos como meio rural, reforma agrária e assentamentos rurais na visão de alunos e profissionais; analisar a efetivação da educação do campo nas escolas dos assentamentos de Mossoró; conhecer uma parcela da juventude rural e alguns de seus anseios para o futuro em relação a moradia e trabalho.

Para Deon e Callai (2018, p. 277): "fica clara a compreensão da importância da escola, na garantia do acesso ao conhecimento e uma aposta na construção da cidadania". Compreendemos que a realidade da escola localizada no campo, não pode estar dissociada da análise dos desafios da escola pública no Brasil, que estão vinculadas aos estados e municípios, mas as escolas dos assentamentos rurais apresentam algumas especificidades que devem ser respeitadas e levadas em consideração no planejamento escolar.

A pesquisa foi realizada em 3 escolas: Escola Municipal Evilário Leão de Moura (EMEL, localizada no assentamento Hipólito); Escola Municipal Deusdete Cecílio de Araújo (EMDCA, localizada no assentamento Mulunguzinho); e Escola Municipal São Romão (EMSR, localizada no assentamento São Romão).

Prosseguindo com nossas discussões, nos perguntamos então, qual o lugar da reforma agrária nas escolas localizadas nos assentamentos rurais de Mossoró? Acreditamos que a escola deve ser vista como "um lugar para aprender a pensar", que incentive seus sujeitos a ampliar seu senso crítico, "para construir referenciais capazes de fazer esta leitura do mundo da vida" (Callai, 2003, p. 14).

Delimitamos como sujeitos de pesquisa nessas escolas, os profissionais da educação (professores, gestores, coordenadores pedagógicos e agentes técnico-administrativos) que trabalham, e os jovens estudantes (matriculados no 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental) nas referidas escolas, no tocante as vivências que eles têm da reforma agrária a partir de suas experiências de vida, e de que forma as escolas proporcionam espaços de debate sobre a temática no ambiente escolar.

A formação dos sujeitos do campo deve estar associada "à realidade vivenciada, sobretudo, pensar um ensino enquanto parte da totalidade social, que não pode ser separado do restante da vida e nem fragmentado em seu conteúdo (Menezes, 2019, p. 590).

Corroboramos com Minayo (2012, p. 626) quando a autora afirma que, "a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico".

De maneira resumida, podemos afirmar que os procedimentos metodológicos foram baseados inicialmente em levantamento bibliográfico e documental sobre a temática. Em âmbito local, pesquisamos em fontes documentais oficiais direta ou indiretamente relacionados às escolas de Mossoró, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola pesquisada e Jornal Oficial de Mossoró (JOM).

Outra etapa metodológica importante foi a realização da pesquisa de campo, com visitas periódicas nas três escolas supracitadas, durante o ano de 2019. Durante essas visitas, o diário de campo foi utilizado como estratégia de coleta de dados, com os profissionais e jovens estudantes.

Para autores como Maia, Siqueira e Rozendo (2017, p. 6), a importância do diário de campo se dá como: [...] instrumento complementar de registro das impressões que o pesquisador traz do campo de pesquisa, e tem o objetivo de sistematizar impressões complementares àquelas coletadas através de outras abordagens diretas.

Ao longo do período de ocorrência da pesquisa de campo, realizamos entrevistas e aplicamos questionários com os sujeitos das escolas, participantes da pesquisa, concomitante ao registro fotográfico de objetos e ações, presentes no espaço escolar.

Sobre a identificação dos questionários, tivemos a preocupação de não identificar nominalmente os sujeitos participantes. Ao longo do trabalho, os sujeitos pesquisados estão representados através de letras e números, para que suas identidades sejam preservadas. Aqueles que trabalham nas escolas estão identificados como profissionais (P), e aqueles que estudam estão identificados como alunos (A). Ao final da pesquisa totalizamos 23 questionários aplicados com os profissionais e 85 questionários aplicados com os alunos.

Os dados foram organizados e analisados no geral, sem especificar a escola, numa abordagem mais qualitativa, com o objetivo de refletir sobre as diferentes visões desses profissionais e alunos sobre a importância da temática reforma agrária ser trabalhada no ambiente escolar.

Sobre a importância do pesquisador ser fidedigno aos fatos relatados, Minayo (2012, p. 625) destaca a que: “durante a interpretação das falas o pesquisador precisa ser fiel aos fatos investigados no trabalho de campo”. A autora ainda acrescenta que, para que seja possível “produzir um texto ao mesmo tempo fiel aos achados do campo, contextualizado e acessível”.

O livro está dividido em dois capítulos principais. No primeiro capítulo, identificado como *VIDAS RURAIS TAMBÉM IMPORTAM: PORQUE MUITAS PESSOAS AINDA MORAM NO CAMPO,* fazemos uma imersão nos conceitos de meio rural, reforma agrária, e assentamentos rurais. Apresentamos a percepção de profissionais e alunos sobre esses conceitos, que ainda são muito marcadas por uma associação prioritária a questões agrícolas, sobretudo em relação as modificações ocorridas no campo, após a implantação da reforma agrária.

Acerca de como a temática reforma agrária é trabalhada na escola, percebemos que esse tema não tem sido priorizado no planejamento escolar e no desenvolvimento dos projetos escolares, pois não existem projetos específicos sobre a reforma agrária, em parte, pelo fato de que, essas escolas, adotam a mesma proposta pedagógica das escolas da cidade.

No segundo capítulo, intitulado *COMO TODO SER HUMANO, AS PESSOAS DOS ASSENTAMENTOS DEVEM TER A OPORTUNIDADE DE ALCANÇAR SEUS SONHOS,* apresentamos reflexões iniciais sobre a complexidade de conceituação da juventude rural, conceito do qual, esses jovens estudantes do campo, representam uma parcela dessa juventude rural e de como esses jovens estudantes, compreendem a importância da reforma agrária para o campo.

Sabemos que campo é marcado pela falta de atividades específicas para o jovem, e apesar de gostarem de estudar em suas escolas, esses jovens almejam em seus anseios futuros, outras possibilidades de experiências de vida na fase adulta, relacionadas ao viver e trabalhar na cidade. Mas devemos ir além desse discurso de que o jovem do campo é "desinteressado" pela vida no campo. É preciso problematizar os motivos que levam a esse "aparente desinteresse", causado pela ineficácia de políticas públicas e precárias condições de vida no campo.

De maneira geral, a pesquisa constata a importância dessas escolas para as comunidades em que estão inseridas, sendo vistas para os moradores não só como um espaço educacional, mas sendo valorizada como um lugar de socialização para toda a comunidade, principalmente naquelas que estão localizadas no interior das agrovilas. Entretanto, embora estejam localizadas em assentamentos rurais, essas escolas utilizam a mesma proposta pedagógica das escolas da cidade, não colocando em prática a educação do campo.

Dessa forma, acreditamos na importância do ensino da temática reforma agrária nas escolas, que se faz cada vez mais necessário, para que os assentamentos rurais sejam problematizados e conhecidos pela população em geral, para que possam adquirir uma visão ampla dos assentados da reforma agrária, para além de estigmas e marginalização da população do campo, sobretudo daquelas que residem em assentamentos rurais.

1 VIDAS RURAIS TAMBÉM IMPORTAM: PORQUE MUITAS PESSOAS AINDA MORAM NO CAMPO

1.1 VIVÊNCIAS NO MEIO RURAL: COMO UM LUGAR DE VIDA ESQUECIDO PELO PODER PÚBLICO

De maneira geral o meio rural no Brasil é visto, na maioria das vezes, como um lugar marcado pela pobreza e atraso; há também aqueles que veem o meio rural como um lugar tranquilo para se viver, longe da cidade em harmonia com a natureza; mas o meio rural é também o espaço dos assentamentos da reforma agrária, da agricultura familiar de pequenos sitiantes e do agronegócio das grandes empresas. Dessa forma podemos inferir que não existe um único tipo de meio rural no Brasil, devem ser múltiplos olhares para entender a complexidade do rural, muito além da produção agrícola.

Poucos são aqueles que veem o meio rural como um espaço de reprodução social e econômica. De acordo com Wanderley (2001) existe a necessidade de construir um pacto social pelo desenvolvimento rural, "que defina pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais", nas seguintes condições:

> considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político;
>
> favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades, entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais;
>
> reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura (Ibid., p. 40-1).

Então como devemos pensar o desenvolvimento no meio rural?

> A ruralidade, o desenvolvimento rural, o desenvolvimento local no Brasil moderno são hoje temas em debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural (Ibid., p. 31).

> Assim quando nos referimos ao desenvolvimento rural é importante considerarmos o caráter político, tecnológico, socioeconômico e não isolado das demais esferas que articulam e configuram o cenário que estamos analisando (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 4).

É preciso ampliar a noção de meio rural, pois ela não é homogênea, o Brasil convive com vários tipos de meio rural que convergem dialeticamente de forma heterogênea.

> Nesse contexto, essa experiência possibilita olhar para o espaço rural na perspectiva que vai além do produtivo, significa perceber os encontros e trocas que essa experiência de produção proporciona, tanto para seus atores como para as realidades que estão além desse espaço. Significa ainda, que a multifuncionalidade desse local, possibilita a criação de formas diversas no espaço rural, como a criação de lojas, lazer e turismo, oportunidades de emprego, criando assim, uma dimensão econômica que pode favorecer a qualidade de vida para os que ali habitam (Maia, Siqueira e Rozendo, 2017, p. 5-6).

Ainda tomando como base o pensamento das autoras:

> [...] é preciso desenvolver a capacidade endógena do espaço rural, sobretudo a partir de suas especificidades locais, considerando que constitui-se em um espaço de vivência social e não apenas de produção, porém essa vivência pode ser favorecida a partir do desenvolvimento de estratégias que favoreçam ao dinamismo local da agricultura familiar (Ibid., p. 17).

Como vimos, o meio rural brasileiro é formado por múltiplos elementos e sujeitos. Um dos componentes desse complexo meio rural são os assentamentos de reforma agrária, formados por diversos sujeitos.

Antes de discorrer sobre reforma agrária e assentamentos rurais, buscamos compreender qual o entendimento de meio rural permeia a compreensão de profissionais[1] e alunos de escolas de assentamentos rurais em Mossoró/RN, buscando analisar qual o entendimento deles acerca do meio rural como um todo, tendo em vista que a reforma agrária e o assentamento rural integram o complexo meio rural brasileiro.

Inicialmente perguntamos aos profissionais **qual a visão deles sobre o meio rural de Mossoró como um todo,** não apenas sobre os assentamentos rurais de reforma agrária, como veremos mais adiante.

---

1 Esclarecemos que, na pesquisa, os profissionais foram identificados pela letra P, com um número subsequente.

As respostas foram organizadas em cinco categorias diferentes. Entre aqueles que associam a visão de mundo rural a um local voltado para a prática de agricultura e pecuária; entre aqueles que acreditam que a zona rural é um espaço "pouco fiscalizado"; entre aqueles que percebem o meio rural como um "lugar esquecido" pelo poder público, que necessita de

mais investimentos e políticas públicas. Esta visão foi a mais presente nas respostas, demonstrando claramente que os profissionais se preocupam com a pobreza existente no campo, que consequentemente afeta o trabalho deles nas escolas.

A quarta categoria de respostas está relacionada aos profissionais que vinculam a noção de meio rural ao assentamento rural. A quinta categoria de respostas foi daqueles profissionais que compreendem o meio rural como um local de geração de novas oportunidades de trabalho, vinculado ao agronegócio da produção de melão irrigado.

No senso comum a ideia mais difundida é aquela que associa a visão de meio rural como um local destinado a prática de atividades agrícolas ou pecuárias. Entre os profissionais apenas duas respostas sinalizaram para esse contexto. *São comunidades pequenas, onde o homem tem a oportunidade para desenvolver a atividade agropecuária* (P02).

> A zona rural é de fundamental importância para nossas vidas. Pois nelas são desenvolvidas as atividades de criação de animais (bois, vacas, porcos, galinhas, entre outros), cultivo de alimentos (milho, feijão, frutas, legumes etc.), é a zona rural que abastece as cidades com o trabalho do agricultor (P04, 2019).

A análise dos depoimentos anteriores revela que esses profissionais ainda têm uma concepção de meio rural muito vinculada ao plantio e criação de animais, que abastece as cidades com produtos agrícolas.

Mas precisamos ir além dessa noção de produção agrícola, porque na maioria das vezes o meio rural é visto apenas como um lugar de produção, esquecendo que ele realmente é um "lugar de vida", onde moram pessoas que precisam ter acesso a uma estrutura produtiva e social que permita qualidade de vida aos diferentes sujeitos que lá habitam.

> Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a "questão rural" na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a "paridade" socio-econômica em relação à população

urbana, ou, pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos (Wanderley, 2001, p. 36).

É preciso considerar a diversidade existente no meio rural brasileiro:

> [...] estudos mais recentes sobre o meio rural brasileiro apontam para o crescimento de atividades não agrícolas, sobretudo na área de serviços, nos moldes do que vem ocorrendo nos países avançados da Europa e da América do Norte. Neste sentido, o meio rural não seria apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço diferenciado, capaz de oferecer à população urbana, padrões de residência específicos e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza. Esta tendência é, evidentemente, mais forte nas regiões mais urbanizadas do País, particularmente no Sudeste e no Sul, mas o meio rural do Nordeste também está integrado a este processo. São inúmeras as indicações hoje disponíveis, a respeito da expansão das residências secundárias em certas áreas rurais e do turismo rural, este, em grande parte associado ao patrimônio natural e ao calendário das festividades tradicionais de cada região. É importante, no entanto, registrar que as possibilidades do desenvolvimento destas atividades estão diretamente dependentes por um lado, do maior acesso das populações urbanas a formas diversificadas de lazer e, por outro lado, aos padrões de qualidade e conforto que o meio rural pode oferecer a seus visitantes. Neste sentido, vale lembrar que boa parte do meio rural nordestino não dispõe sequer de rede elétrica ou saneamento básico (Ibid., p. 38).

Outra visão é daqueles que compreendem o meio rural como um espaço onde tudo é possível, que precisa de mais fiscalização pelo poder público, apontando, por exemplo, que "tem assentados que tem casas na cidade".

De acordo com P01: "Ainda precisa de muita organização e fiscalização dos órgãos competentes"; Para P07*:* "Necessita de muita fiscalização dos órgãos competentes, pois tem assentados que tem casas na cidade".

Apesar dessa visão negativa sobre o meio rural, a que prevalece entre a maior parte dos profissionais é daquela que percebe o meio rural como "um lugar esquecido pelo poder público", necessidade de mais investimentos estruturais e políticas públicas. Vejamos as principais respostas nesse sentido (quadro 1):

Quadro 1 — Opinião dos Profissionais que associam o Meio Rural como "Um Lugar Esquecido Pelo Poder Público"

P	RESPOSTAS DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS
P03	Ainda precisa muito do apoio do poder público
P05	Gostaria que houvesse um maior suporte no tocante ao acesso as estradas e, também as políticas públicas para as famílias menos favorecidas
P06	Precisam de mais assistências dos órgãos públicos
P08	Como um lugar de vida esquecido pelo poder público
P09	A zona rural não tem muito apoio dos governantes, as pessoas convivem com muita vulnerabilidade e insegurança. Os assaltos e arrombamentos frequentes a nossa escola são uma constatação dessa questão.
P10	De total abandono pelo setor público, digo Prefeitura, Estado, e Governo Federal, com pouco investimento e acompanhamento técnico.
P11	Como um lugar de atraso
P12	É uma área que poderia ser melhor vista pelo poder público. O fim de minimizar estas diferenças aos recursos financeiros
P14	O meio rural em geral é valorado, sempre em discussão nos espaços do município, embora muito ainda no campo das ideias, faltando investimentos
P15	Na verdade, ainda estamos longe de chegar numa interação, não em todos os aspectos circunstanciais, mas pelo menos os primários deveriam ser resolvidos
P16	As pessoas do campo vivem com muito mais dificuldade em todos os meios como saúde e educação. Tem também menos acessibilidade em hospitais, postos policiais, em escolas, e em ambientes de trabalho

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com profissionais das escolas em 2019.

Essas afirmações anteriores, no quadro 1, nos chama particular atenção pela visão crítica da realidade encontrada no meio rural, marcada pela ausência ou ineficiência de políticas públicas que deveriam beneficiar o campo em diferentes esferas como saúde, educação, segurança, permitindo assim o desenvolvimento da população.

> Antes de conhecer o Mulunguzinho, eu não tinha a menor ideia do mundo que existe nos assentamentos. Acho que o poder público poderia dar um suporte melhor, pois muitos desistem do assentamento por falta de uma estrutura melhor (P13, 2019).

> Eu aprendi muito trabalhando nas escolas de assentamento. A gente aprende questões de valores muito importantes para a vida toda. Porque assim, na zona urbana a gente acha que tudo é difícil e quando a gente vem pra cá é que conhece realmente o que é difícil de verdade. O que é estar numa região dessas, da caatinga, com seca e faltando água muitas vezes, é preciso muita resistência para viver na zona rural (P17, 2019).

As citações enunciadas anteriormente pelos profissionais mostram uma noção de meio rural vinculada ao próprio assentamento rural, o P13 chama atenção para a questão da falta de estrutura do assentamento, que está diretamente relacionado às precárias condições de vida da população assentada; enquanto o P17 enaltece a capacidade de resiliência dos moradores dos assentados, capazes de conviver com as dificuldades.

Para um outro grupo de profissionais a visão de meio rural que predomina é a de um local que gera oportunidades de trabalho na fruticultura irrigada, sobretudo no cultivo do melão.

Vejo o meio rural de Mossoró, "quando comparado aos outros meios rurais de cidades circunvizinhas, com uma maior assistência de políticas públicas. Ainda há muito o que avançar, mas estamos no caminho" (P20).

"O meio rural em Mossoró proporciona muitas oportunidades de trabalho, tais como a agricultura familiar e as empresas de produtos agrícolas. Muitas famílias dependem dessas atividades para a sua sobrevivência" (P21).

> O meio rural em Mossoró está em grande desenvolvimento com a partilha das terras em áreas de assentamentos e as comunidades se organizando em cooperativa e avançando na agricultura familiar. Tem trazido grande desenvolvimento para o campo e devemos lembrar que o agronegócio crescente no rural de Mossoró tem mantido muita gente no campo (P18, 2019).

> Mossoró tem uma zona rural muito extensa com 36 comunidades rurais. Mas cada uma com suas realidades diferentes, esta localidade que compreende Pau-Branco e São Romão se diferencia por ser áreas de produção agrícola (agronegócio e agricultura familiar) no sistema de fruticultura irrigada (P19, 2019).

> **Um lugar de vida esquecido pelo poder público** (grifo nosso). Lugar de humanidade recíproca. Marcado pela valorização e preservação da natureza. Apesar de ser taxado como lugar de atraso (pode até ser), mas por falta de políticas públicas que beneficiem as áreas rurais, como escola, atendimento médico, segurança, entre outros. No geral, temos melhor qualidade de vida. Entretanto, não temos uma vida mais saudável pela implantação dos agronegócios nessas regiões rurais. Essa atividade econômica traz muitos empregos e, consequentemente, desenvolvimento econômico, mas vem acompanhada aos danos à fauna, flora e humanos, como também prejuízos sociais e culturais (P22, 2019).

> O meio rural é um lugar que tem passado por transformações, sem as devidas políticas que cuidem da infraestrutura da região, e do seu desenvolvimento. O agronegócio é explorado ativamente, gerando emprego inicialmente, mas não cria condições de melhoria de vida das pessoas, os jovens ficam fascinados pelo trabalho e isso afasta-os da escola, precisa ser revisto (P23, 2019).

Essa visão de mundo predominou entre aqueles profissionais que trabalham na escola do assentamento São Romão, o qual tem a produção de melão irrigado, como a fonte principal de sua economia e fica localizado próximo a várias grandes empresas de fruticultura irrigada, pois o agronegócio faz parte da realidade econômica do município de Mossoró, e os assentamentos estão inseridos nesse processo, seja produzindo ou fornecendo mão-de-obra.

Devemos ponderar que entre esse grupo de profissionais existe a visão da importância da atividade do melão para a economia local, mas imbuídos de preocupação com o jovem em idade escolar que se envolve com o "trabalho no melão" e "esquece da escola".

As falas desse grupo de profissionais reconhecem a importância do agronegócio para a economia do assentamento e da cidade de Mossoró, beneficiando a população local com a geração de emprego e renda, mas alertando para os danos ambientais que essa atividade pode ocasionar e de que maneira afeta o cotidiano escolar dos alunos.

Podemos dizer, de forma geral, que os profissionais são marcados por diferentes concepções de meio rural, que estão diretamente atreladas a realidade vivenciada no lugar onde as escolas estão inseridas.

> Percebemos que o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização. Percebemos que os jovens do meio rural das gerações passadas (agora os pais dos jovens pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 17).

Como ressaltado na citação anterior, o meio rural é marcado por grande heterogeneidade e desigualdade, afetando diretamente a juventude. Nesse intuito, além de conhecer o entendimento dos profissionais sobre o meio rural, perguntamos aos alunos[2] sobre qual o **entendimento deles acerca de meio rural** (quadro 2).

Quadro 2 — Opinião dos Alunos sobre o Meio Rural

A	RESPOSTAS DOS ALUNOS	A	RESPOSTAS DOS ALUNOS
A13	Importante pois os agricultores trabalham com produção de frutas	A67	Porque alguns agricultores produzem e vendem nas cidades
A15	Produção de hortas	A70	Pois tem mais produtividade
A16	Criação de unidades de produção agrícola	A76	É de onde sai o sustento da população
A22	Porque desenvolve a agricultura	A78	Esse é o lugar de onde sai frutas e verduras para a cidade
A59	É importante porque produz frutas para cidade	A79	Levar produtos agrícolas para outros estados
A59	Muito importante. Porque se não fosse as plantações, irrigação de frutas e criação de gado os supermercados não teriam o que vender	A82	Porque se não fosse o meio rural de Mossoró e outras cidades não teriam frutas para comerem
A66	Porque tem muitos agricultores que fornecem alimentos para alguns supermercados	A85	Porque é na zona rural que planta frutas para cidade

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Pelo quadro 2, podemos afirmar que a visão de meio rural que predomina entre os

alunos, é a de um lugar voltado somente para produção agrícola, associando termos como "produtividade", "sustento da população", "produção de frutas", dentre outros.

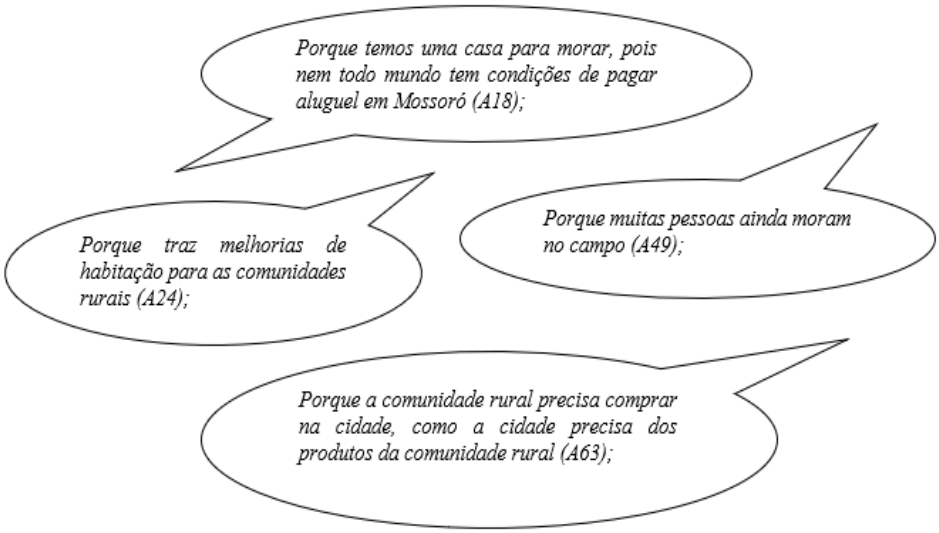
Muitas respostas foram deixadas em branco e daqueles que justificaram a resposta podemos perceber pouca diversidade no conteúdo delas, prevalecendo a ideia de meio rural muito vinculada à produção agrícola de alimentos como plantação de grãos, frutas e hortaliças. Dessa forma, podemos afirmar que eles têm uma noção de meio rural ainda muito tradicional, vinculada apenas à produção agrícola.

Estudando sobre a realidade dos assentamentos rurais do Piauí, Silva (2014) traz elementos que explicam essa visão dos alunos que associa o meio rural apenas a produção agrícola:

> A modernização da agricultura imprimiu forte marca ao destino da questão agrária no Brasil, uma vez que acaba por articular desenvolvimento do capitalismo com o universo agrário, inclusive em regiões mais recônditas e submetidas a um certo tradicionalismo rural, como o interior semiárido (Ibid., p. 53).

> A imagem de atraso atribuída à agricultura familiar, fortalece a agricultura capitalista como modelo viável. A agricultura familiar é assim minada por leis e políticas agrícolas que a desestruturam conforme indica o crescimento da produção de alimentos em paralelo ao número de brasileiros que passam fome (Ibid., p. 55).

Apesar de prevalecer entre os alunos a noção de meio rural relacionada à produção agrícola, algumas respostas foram além dessa concepção tradicional, a exceção ficou por conta das seguintes respostas:



Nessas respostas podemos elencar três tipos de visões. Na primeira delas podemos observar a percepção de meio rural associado a lugar de moradia, destacando a conquista da habitação; na segunda delas podemos observar uma compreensão de meio rural enquanto lugar de vida, já que "muitas pessoas ainda moram no campo"; e na terceira podemos perceber elementos da relação campo-cidade.

A percepção da relação campo-cidade por jovens foi estudada por pesquisadores como Puntel, Paiva e Ramos (2011), que discorreram sobre a linha tênue entre o campo e cidade atualmente.

> O abismo que havia entre a cidade e campo hoje não passa de uma linha tênue onde as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado. Isto não significa também que este "novo rural" representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo. Os jovens cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em meio a uma cruzada que ainda os prende a família e a escola, entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica (Ibid., p. 9).

Melo e Souza (2013), afirmam que a educação para o meio rural não vem sendo tratada como prioridade pelos governantes, caracterizada por grande descaso e precariedade.

> Historicamente a educação para o meio rural em nosso país vem sendo tratada sem a devida atenção, relegada a planos inferiores e considerada menos importante do que a educação oferecida nos centros urbanos. No Brasil, a oferta escolar pública em áreas rurais estabeleceu-se mediante a subordinação dos conteúdos ministrados e aprendidos nas escolas urbanas, bem como de seus métodos de ensino-aprendizagem, baseados numa visão estereotipada da vida no campo, de suas culturas e de seus sujeitos (Ibid., p. 180).

> Assim, a educação em áreas rurais tem se caracterizado como um espaço de precariedade e de descasos, em virtude da má qualidade da oferta dos serviços necessários à cidadania da população campesina. Essa vulnerabilidade histórica em que os povos do campo se veem submetidos dá margem a um processo de exclusão social, não somente pela ineficiência do acesso à educação, mas também pela ausência de assistência adequada à saúde e condições de trabalho, entre outros direitos negados (Ibid., p. 180).

A compreensão inicial dos profissionais e alunos acerca do meio rural se tornou importante para nós, tendo em vista que os assentamentos de reforma agrária representam uma parte significativa do meio rural, funcionando como um pontapé inicial, para subsidiar o enten-

dimento conceitual da reforma agrária e dos assentamentos rurais, analisando também de que maneira esses conceitos são trabalhados na escola, como veremos adiante.

1.2 PORQUE A TERRA DEVE SER PARA USO DE TODOS: A REFORMA AGRÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS E ALUNOS DO CAMPO

A reforma agrária é apenas um dos elementos da complexa questão agrária do Brasil, que antes de tudo é também uma questão social. Para Martins (2003, p. 9): "A reforma agrária transforma o excluído em cidadão, aquele que frui direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da excludência e da falta de perspectivas".

> A compreensão da questão agrária enquanto questão social, ou a compreensão das implicações sociais da questão agrária, depende de que se compreenda, também a gênese do sujeito social que a personifica e vivencia. Essa gênese é essencial para a compreensão sociológica do horizonte, das ações e da mentalidade dos protagonistas da luta pela reforma agrária (Ibid., p. 11).

Ainda sobre a compreensão do conceito de reforma agrária nos baseamos também em Wanderley (2003), quando a autora afirma ser a reforma agrária "o resultado convergente de uma luta social".

> A reforma agrária será entendida, aqui, como o resultado convergente de uma luta social e de um processo de intervenção dos poderes públicos, no sentido de garantir o acesso à terra a trabalhadores rurais sem terra. Ela se constrói, portanto, no interior de um campo de forças, no qual encontram-se, confrontam-se e negociam os seus principais atores, a saber: os trabalhadores que demandam a terra, com suas trajetórias pessoais e seu perfil local; seus representantes e aliados, numerosos e diversificados, que frequentemente, elaboram e organizam o discurso e ampliam (ou restringem) a capacidade de atuação dos trabalhadores envolvidos e os poderes públicos, igualmente diversificados e multifacetários, cuja ação tanto permite aprofundar os espaços da viabilidade quanto impor restrições à sua concretização (Ibid., p. 206-7).

Como sinaliza Martins (2003), no estudo sobre a reforma agrária e os assentamentos rurais, não podemos desconsiderar o mercado financeiro que existe por trás da compra e venda de terra.

> Um dos problemas é, sem dúvida, nos vários assentamentos, o conjunto de dificuldades de uma inserção social que não flui automaticamente do ato de assentar e do acesso à terra. O sistema financeiro, mesmo quando atua como agente do programa federal de reforma agrária, atua autonomamente, com diretrizes próprias, de mercado (financeiro), orientadas para o lucro. Atua, portanto, como fator de concentração fundiária, em direção oposta à das diretrizes da reforma (Ibid., p. 39).

Apesar da criação de algumas políticas públicas voltadas para o campo, alguns estudiosos como Fernandes (1999) afirmam que no Brasil existe uma política de criação de assentamentos rurais que não se configura como uma verdadeira reforma agrária. Porque vem sendo realizada, na maioria dos casos, como mera distribuição de terras, que se destina a apagar eventuais focos de rebeldia. Desse modo, não vem se configurando como uma política pública eficiente, face à precariedade dos resultados.

Pode-se dizer que no contexto atual da reforma agrária, representado pelo INCRA, o Estado vem tornando-se o principal comprador de terras, muitas vezes pagando um preço superior ao do mercado. Ao considerar tal perspectiva, resgatamos Fernandes (1999, p. 227) quando afirma que:

> Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo a infra-estrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é pervertidamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra. Além de concentrar e reter especulativamente a terra, latifundiários no Brasil ainda sonegam os impostos incidentes sobre elas.

Sobre a reforma agrária no Brasil, Stédile (2012, p. 665) vai afirmar que: "com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária".

> Há ainda diversas polêmicas na sociedade brasileira em relação ao tema da Reforma Agrária: elas aparecem na imprensa, no governo, na academia e mesmo entre os movimentos sociais do campo. Primeiro, a expressão Reforma Agrária continua sendo utilizada no Brasil apenas como sinônimo de desapropriação de alguma fazenda e da política de assentamentos rurais. A segunda polêmica é sobre haver ou não necessidade de uma verdadeira Reforma Agrária. As forças conservadoras presentes no governo, na imprensa e na academia defendem a ideia de que o Brasil já resolveu seu "problema agrário"; portanto, não há necessidade de uma Reforma Agrária do tipo clássico. Do ponto de vista do capitalismo, agora em sua fase de dominação pelo

> capital financeiro e pelas empresas transnacionais, de fato, não há necessidade de democratização da propriedade da terra como fator indutor do desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas no campo, como é o caso na fase do capitalismo industrial (Ibid., p. 665-6).

Sabe-se que a política fundiária praticada até então é insuficiente para atender ao número de acampados que reivindicam por assentamentos no Brasil inteiro. Existe uma problemática real muito significativa. Mas, apesar de todas as críticas feitas ao Estado, de acordo com Martins (2000, p. 105) vale considerar:

> [...] qualquer que seja o número de famílias assentadas ou cuja posse de terra foi regularizada, que ultrapasse o número de acampados, representa um ganho histórico na luta pela reforma agrária, pois representa inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos.

Corroborando com Souza (2000), apresentamos a pesquisa de Quinteiro (2003), na qual a autora mostra o processo de formação territorial do assentamento Rio Paraíso, localizado no município de Jataí (GO).

> A maneira de ser e de estar no assentamento, por parte dos assentados, desfaz a ideia vinculada, muitas vezes, pela imprensa de que os assentamentos são redutos de exclusão social e de que o projeto de reforma agrária é uma "balela". No assentamento Rio Paraíso podemos observar que existe uma outra realidade, uma nova visão sobre uma nova pobreza no campo. [...]. Alguns dirão, mas a pobreza continua. Sim, mas recuperou no assentamento Rio Paraíso a sua maior qualidade. Outros replicarão, que política é esta que investe tantos recursos para a pobreza recuperar a dignidade perdida? Em parte, é isso, mas não só. Essa dignidade, é um bom começo, senão o mais importante, para seguir em frente (Ibid., p. 168).

> Recuperar a dignidade perdida significa contribuir para a autodeterminação das pessoas e sua real concretização. A nova política, que é a de diminuir o fosso entre as necessidades atribuídas e os meios de satisfazê-las, sobretudo nos segmentos sociais excluídos do banquete social, parece que encontro o "caminho da roça" (Ibid., p. 168).

Na citação acima a autora não faz a negação nos problemas existentes nos assentamentos rurais, mas defende a ideia de que a política de reforma agrária foi capaz de promover sim, melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas, dessa forma, contrapondo a ideia de que não existe uma política de reforma agrária no Brasil.

Apesar dos avanços, pode-se dizer que o Estado brasileiro não possui uma política de reforma agrária definida, ou seja, cada governo desenvolve uma política fundiária de acordo com a sua lógica e não dá uma continuidade ao que estava sendo colocado em prática pelos governos anteriores.

> Na contramão do processo já consolidado de capitalização das relações de produção no campo, que se fez concentrando ainda mais a propriedade, movimentos sociais levantam a bandeira da reforma agrária, propõem a redistribuição de terras e de riquezas, ocupam áreas consideradas improdutivas, exigem trabalho e escola para seus filhos. As populações do campo, vítimas do processo de exclusão, não reivindicam apenas terra (Vendramini, 2007, p. 126).

Além da terra, é preciso que seja estendido ao campo os elementos básicos da cidadania, como saúde, educação, lazer, e assistência técnica regular como mecanismo para aumentar a capacidade produtiva e, por conseguinte, uma maior geração de renda, por que só a terra em si não basta para promoção de melhorias na qualidade de vida.

> Nesse sentido, a luta pela construção de uma escola, no contexto de processos de luta, ocupação e conquista de frações de terras, implica o reconhecimento da educação escolar como mecanismo relevante de fundação de um novo presente e um novo futuro para a comunidade que se ergue. Enquanto materialidade histórica esse "novo" se manifesta no território que se vai formatando (Azevedo, 2012, p. 170).

O processo de luta pela construção de uma escola se insere nesse contexto, de entender a reforma agrária para além do acesso à terra. Na tese desenvolvida por Souza (2009) a autora promoveu um estudo sobre a qualidade de vida em assentamentos rurais sergipanos, analisando mudanças na vida das famílias desde o processo de acampamento ao assentamento da reforma agrária.

A autora defende que não devemos relacionar a reforma agrária apenas ao acesso à terra e fala da necessidade de novas conquistas para os assentados, para além da terra, tendo formulado à seguinte conclusão sobre a qualidade de vida das famílias assentadas em Sergipe:

> As famílias assentadas estão satisfeitas com a qualidade de vida atual, comparada à vida anterior à reforma agrária. Entretanto as limitações são percebidas, o que indica que a reforma agrária ainda não foi capaz de atender à demanda por terra, sendo necessário investir na qualidade dos assentamentos, via promoção da autonomia dos assentados, relações de força e disputas pelo poder (Ibid., p. 20).

> Assim se a promoção da qualidade de vida das famílias rurais for considerada a partir da política de reforma agrária, especificamente dos assentamentos, é necessário avaliar se de fato esses objetivos estão sendo atingidos (Ibid., p. 227).

Uma reforma agrária que vai além de distribuição de terras e promova qualidade de vida dos sujeitos envolvidos é a proposta de reforma agrária defendida pelos movimentos sociais, reconhecidos pela Via Campesina, que defendem uma reforma agrária para além da distribuição de terras.

> A proposta de Reforma Agrária popular por estes movimentos defendida tem características similares às que se aplicaram historicamente em outros países, mas apresenta especificidades que levam em conta a realidade brasileira. Em termos gerais, ela compreende a necessidade de um amplo processo de desapropriação das maiores propriedades, estabelecendo-se inclusive um limite máximo da propriedade rural no Brasil – a proposta dos movimentos é que o limite máximo seja de até 35 módulos (o módulo varia de região para região, [...] e sua distribuição a todas as 4 milhões de famílias de camponeses sem--terra ou com pouca terra que ainda vivem no meio rural brasileiro (Stédile, 2012, p. 666).

> Prevê, ainda, a democratização da educação formal, garantindo o acesso à escola desde o ensino fundamental até o ensino superior a todos os jovens que vivem no campo e a superação completa do analfabetismo entre os trabalhadores adultos. Além disso, implica um programa nacional de mecanização agrícola baseado em pequenas máquinas e ferramentas, que permita aumentar a produtividade do trabalho, diminuindo o esforço físico humano, sem expulsão da mão de obra do campo (Ibid., p. 667).

Vivendo de forma digna no campo, os assentados não vão sentir a necessidade de migrar para as cidades. De acordo com Souza (2002, p. 25) "A conquista do assentamento rural e a luta pela educação nos acampamentos e assentamentos representam uma das facetas da demanda dos sem-terra por cidadania".

> Assim, em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor de necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (Bergamasco e Norder,1996, p. 9).

No nosso entendimento, reforma agrária deve ser compreendida como um processo mais amplo, que vai além da aquisição de terra e da produção agrícola, incluindo também condições de vida que permitam morar e trabalhar com dignidade no campo, desenvolvendo

seus projetos de vida, resgatando a cidadania de uma parcela da sociedade que foi historicamente excluída da sociedade com justiça social e igualdade de direitos.

A proposta de reforma agrária defendida pelo MST no século XXI contempla os seguintes aspectos:

> No início do século XXI, o MST passou a defender uma nova proposta de Reforma Agrária que definiu como Reforma Agrária Popular. No atual estágio do capitalismo, a agricultura se transformou num dos sistemas que formam o agronegócio. A agricultura é parte do conjunto de sistemas formados, principalmente, pelo capital financeiro, que controlam também sistemas industriais, tecnológicos, mercantis e ideológicos, como a grande mídia corporativa. Nesse contexto, a Reforma Agrária precisa extrapolar a simples distribuição de terra concebida pela Reforma Agrária clássica. É preciso um programa de mudanças que inclua a reestruturação da produção, das técnicas e das escalas para garantir a soberania alimentar. Para isso, a Reforma Agrária Popular deverá organizar agroindústrias cooperativas, mudar a matriz tecnológica de produção para a agroecologia, democratizar o acesso à educação em todos os níveis e priorizar a produção de alimentos sadios (Fernandes, 2012, p. 501).

Na citação acima, o autor destaca que a reforma agrária defendida pelos movimentos sociais vai além de distribuição de terras, destacando elementos como a soberania alimentar, educação e escolarização como sendo elementos essenciais desse processo.

Corroborando com esta afirmação, vejamos:

> Observamos, neste contexto, que os movimentos sociais do campo, entre eles o MST, têm pressionado não só pela Reforma Agrária e por uma política agrícola que viabilize a pequena produção no campo, mas também por uma educação e escolarização para uma população historicamente alijada das políticas públicas. Ainda que o Movimento esteja envolvido diretamente nas lutas por uma educação do campo, seu projeto de formação vai mais além, ao desenvolver ações políticas que em si são educativas e ao direcionar a formação não só para o aspecto técnico e escolar, mas essencialmente político (Vendramini, 2007, p. 132-3).

E nesse contexto buscamos entender como o tema reforma agrária é trabalhado nas escolas localizadas em assentamentos rurais de Mossoró, a partir da percepção de reforma agrária dos sujeitos dessas escolas, seja profissional ou estudante. Dessa forma, perguntamos aos profissionais sobre qual **o entendimento deles acerca do conceito de reforma agrária** (quadro 3).

Quadro 3 — Percepção dos Profissionais sobre o Conceito de Reforma Agrária

P	RESPOSTA DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS
P1	**É uma reorganização de terras no campo, onde antes estavam concentradas nas mãos de um ou poucos donos. Serão distribuídas em pequenos lotes para aqueles de pouco acesso.**
P2	Divisões de terras.
P3	**É uma redistribuição de terra para realização de sua função social.**
P4	**É a distribuição de terras, compradas pelo Governo a grandes latifundiários, para serem loteadas e distribuídas para famílias carentes, com a finalidade de desenvolver o cultivo de sementes etc.**
P5	Mudanças no processo de organização das terras.
P6	**É a redistribuição de terras das propriedades rurais, visando a reorganização** das mesmas para alcançar sua função social.
P7	Reorganização da estrutura fundiária, com o objetivo de promover e proporcionar a redistribuição de terras.
P8	Política pública associadas a uma localidade e nelas pessoas desfavorecidas de terra.
P10	Redistribuição de terras improdutivas.
P11	**É um conjunto de reforma, tendo como principal objetivo o recolhimento de grandes porções de terras inutilizadas, para serem redistribuídas para famílias menos favorecidas.**
P12	Utilização de terras produtivas pelo homem morador do campo.
P13	Divisão de terras improdutivas para famílias trabalharem e produzir alimentos.
P14	Distribuição de terras de forma igualitária.
P15	**É a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a redistribuição das propriedades.**
P16	Divisão de terras improdutivas para famílias menos favorecidas.

P18	Reforma agrária trata da distribuição e divisão das terras.
P19	Distribuição de terra com objetivo de favorecer o pequeno agricultor e sua família.
P22	Reforma com o objetivo de distribuir terras produtivas e que não estão sendo utilizadas pelo proprietário.
P23	Distribuir terras para pessoas do campo poder produzir e morar de forma sustentável.

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo com profissionais das escolas em 2019.

Analisando as respostas de forma mais detalhada no quadro 3, percebemos que a quase totalidade dos profissionais compreendem reforma agrária como sendo um processo de distribuição ou reorganização de terras improdutivas.

Com exceção para P17 e P20 que acrescenta novos elementos como:

> Eu vejo a reforma agrária como muito importante, a partir do conhecimento que eu adquiri convivendo com exemplos da realidade em nossa escola. Muitas dessas famílias que hoje são assentadas e moram atualmente no campo, antes eram famílias que moravam na zona urbana, na periferia de Mossoró, na periferia mais pesada de bairros como Santo Antônio e Nova Vida. Então muitos deles só conseguiram casa e trabalho aqui. Justamente trazendo essas pessoas que moravam antes na periferia de Mossoró para o campo, pra se organizar e se estruturar em comunidade. Muitos agricultores daqui hoje fornecem produtos para vender na cidade, através da rede Xique Xique, como a castanha de caju por exemplo e o mel produzido pelo grupo das meninas "Mulheres Decididas a Vencer". A maioria deles ainda tem familiares morando na periferia desses bairros. Alguns deles tem parentes na periferia do Santo Antônio e outros já tem familiares na periferia do Nova Vida. Então eu vejo que a reforma agrária ajudou a tirar essas pessoas dessas periferias e montar aqui um sistema de moradia, onde eles aprenderam a trabalhar com a polpa da fruta, trabalhar com a criação de galinha, de porcos, com a pecuária e modificou nesse sentido assim, porque ajudou a trazer o homem para o campo, justamente nesse setor que ele pode criar na agricultura familiar por exemplo. A meu ver a reforma agrária ajudou em todos os sentidos ao homem do campo e da cidade (P17, 2019).

Na citação anterior percebemos que o P17 tem uma compreensão muito ampla da reforma agrária, relacionando-a com relação campo-cidade, citando inúmeros exemplos da comunidade onde a escola está inserida, a partir da venda de produtos da agricultura familiar.

A reforma agrária é um mecanismo que permite a (re)inclusão social, uma vez que tira muita gente da periferia da cidade — "os trabalhadores não ficam na rua e podem plantar para comer" (Wanderley, 2003, p. 238).

> Reforma agrária é um sistema de governo que tem como finalidade a redistribuição de terras improdutivas, repassando para os que querem cumprir com a função social da terra, mas não tem oportunidade de possuí-la. Esses, sendo representados pela grande maioria dos nossos camponeses brasileiros. Entretanto, essa dita redistribuição está longe de ser a almejada, pois além de disponibilizarem uma pequena porção de terra a um agricultor, a assistência e crédito não são suficientes para continuarem a trabalhar com a terra (P20, 2019).

A compreensão de reforma agrária, expressada no depoimento anterior, é ciente do conceito de reforma agrária enquanto redistribuição de terras improdutivas, mas vai além, demonstrando uma visão de que só a terra em si não basta, sendo preciso ampliar o acesso desses assentados, a novos elementos como assistência técnica e disponibilidade de crédito.

Em seguida apresentamos a percepção dos profissionais sobre **a importância da reforma agrária para o campo de Mossoró,** apontando as **principais modificações ocorridas no campo após a implantação da reforma agrária no município** (quadro 4).

Quadro 4 — Percepção dos Profissionais sobre a Importância da Reforma Agrária para Mossoró e a Modificação do Campo

P	RESPOSTA DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS
P1	Houve uma melhoria na distribuição de terras, dando mais oportunidades as famílias carentes. Permitem que elas permaneçam em suas comunidades. Contribuindo para o desenvolvimento econômico de Mossoró.
P2	Dando mais oportunidades com atividades econômicas, porque através das comunidades chega o alimento.
P3	Acho importante porque conseguiu manter as pessoas morando nas áreas rurais.
P4	Vemos que a reforma agrária é necessária para garantir condições de sustentação por parte dos pequenos e médios produtores rurais, para evitar novos problemas com a concentração de terras. A reforma agrária contribuirá com a redução da miséria, do desemprego no campo, da migração campo-cidade e das desigualdades sociais.
P5	Prefiro não opinar sobre o tema. Pois tenho pouco conhecimento a respeito.
P6	A reforma agrária é de muita urgência. Pouco se fez até agora em relação a isso.
P7	A reforma agrária é muito importante no dia a dia, tanto na zona rural como na urbana.
P8	É de grande importância a realização da reforma agrária em nossa cidade, proporcionando terras para que milhares de trabalhadores possam trabalhar, aumentando a produção agrícola e diminuindo a pobreza da cidade.

P10	A reforma agrária é importante, pois dá oportunidade a pessoas que nunca poderiam ter terra por conta própria. Porém só a redistribuição de terras sem um acompanhamento e fiscalização não prospera.
P12	É importante, mas na prática ela não funciona como deveria, por que muitas pessoas vendem as terras depois que conseguem os lotes.
P13	Hoje em dia, acho que a reforma agrária não tem mais tanta importância como no passado. Hoje a agricultura e a pecuária são comandadas por grandes indústrias, não havendo mais um espaço para o pequeno produtor.
P14	Importantíssimo, a reforma agrária modificou a cidade como um todo.
P18	A Reforma Agrária é essencial para o maior desenvolvimento do país. Hoje no campo mossoroense encontramos várias empresas na área de fruticultura irrigada, vinculada ao agronegócio.
P19	Oportunidades de trabalho aos agricultores, aumento da produção agrícola, e redução da desigualdade social com a distribuição de terras.
P20	Importantíssima, pois com a implantação da reforma agrária, evitou-se o êxodo rural, já que somos beneficiados com a agricultura familiar, terra, casa, escola, dentro outros, dando mais condições de qualidade de vida.
P21	Reforma agrária proporciona uma melhor distribuição das terras, embora esta seja de maneira desigual. A reforma agrária seria importante se fosse feita de forma correta, pois diminuiria a pobreza no campo.
P23	Importante para fazer justiça social, mais que distribuição de terra é dar oportunidade do homem do campo produzir de forma sustentável. Reforma Agrária é um ato ideológico, que impacta socialmente, na região tem alavancado transformações, não na medida do esperado, mas tem contribuído de forma significativa.

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo com profissionais das escolas em 2019.

Analisando o quadro 4 podemos dizer que os profissionais reconhecem as mudanças ocorridas no campo em Mossoró, após a implantação da reforma agrária. Podemos dizer que não existe uma visão homogênea sobre o tema, mas a que predomina é a visão da reforma agrária como um instrumento de "distribuição de terras".

> Neste sentido, pode-se entender que o acesso à terra, por si, não representa toda condição necessária para a reorganização do espaço rural de forma a garantir a sobrevivência digna dos sujeitos envolvidos. Outros elementos hão de ser igualmente conquistados, como as condições necessárias para a produção e reprodução destes sujeitos e para o desenvolvimento rural almejado (Souza, 2009, p. 178).

As mudanças mais citadas foram no sentido de: "melhorias na distribuição de terras de famílias que antes não tinham"; "desenvolveu mais atividades econômicas como agricultura e pecuária"; "contribuiu para redução da miséria"; "diminuição da migração campo-cidade ou

êxodo rural"; proporcionando justiça social e melhores condições de vida para a população do campo, "que antes não possuíam terra".

Percebemos também críticas as famílias que conseguem a terra, via reforma agrária, e depois vendem. Foi citado também a questão do trabalho em empresas do agronegócio da fruticultura irrigada em Mossoró, que usa a mão de obra dos assentados ou produz em parceria com as grandes empresas.

Os profissionais (P16 e P17) demonstram preocupação com o futuro da reforma agrária no Brasil mediante a questão política atual. Vejamos:

> No assentamento de reforma agrária onde a gente mora, a gente tem uma preocupação muito grande com a história do assentamento, da mudança, porque quem vive na zona rural o seu desejo é trabalhar e chegar sua idade da aposentadoria e ter o seu direito garantido. Tem muita gente aqui que está com medo de não ter mais esse direito a aposentadoria. Às vezes a gente se preocupa, mas são consequências dos fatos (P16, 2019).

> A gente sabe que o país está passando por sérias mudanças, tanto política como econômica e social em tudo né. E muitas vezes não temos muitas perspectivas e mudanças. Então assim, eu espero que a reforma agrária continue e não pare, continue a se localizar em terras que não estão sendo produtivas, para produzir algo que o país precisa e que não deixe a mercê os assentados. Que eles sejam ajudados em vários setores, mas principalmente no setor de educação, porque um país sem educação é um país que não tem história, que não tem nome (P17, 2019).

Analisando a fala das citações acima podemos dizer que os profissionais estão cientes do momento político que vivemos no país, que não é propício para reforma agrária, e marcado pela perda dos direitos trabalhistas.

Na mesma perspectiva dos profissionais, perguntamos aos alunos se eles **conseguiam ver alguma importância da reforma agrária para Mossoró** (quadro 5).

As respostas expressaram o seguinte resultado: 32% dos alunos apresentaram uma visão positiva sobre a reforma agrária; 13% dos alunos apresentaram uma visão negativa ou indiferente sobre a reforma agrária; e 55% dos entrevistados deixaram a questão em branco, muitos justificaram oralmente que "desconheciam sobre o assunto".

Dos que justificaram, podemos observar as seguintes respostas:

Quadro 5 — Percepção dos Alunos sobre a Importância da Reforma Agrária para Mossoró

A	**RESPOSTA DOS ALUNOS ENTREVISTADOS**
PERCEPÇÃO POSITIVA SOBRE REFORMA AGRÁRIA	
A07	É importante para a função social
A10	Porque é muito bom para os agricultores construírem suas casas e criar animais
A13	É importante para nossa sociedade, sobre como efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social
A14	Sim. Porque acho que deve organizar uma reforma na comunidade
A15	Para todos saber que isso é importante para a comunidade
A18	Porque através da reforma agrária vem melhorias para nossa comunidade
A19	Porque a reforma agrária nos ensina muito
A22	A importância é que eles se importam mais com a comunidade rural
A32	Sim, porque nos ajuda em muitas coisas
A40	Para ter mais atividades do campo
A41	Para abrigar os sem-terra
A42	Para abrigar pessoas sem terra e sem casa
A49	Sim, porque tem que falar sobre a distribuição de terras
A51	Para entender sobre a distribuição de terras para fins sociais
A52	Para as terras serem doadas aos que não tem
A58	É importante pois tem distribuição de terras
A59	A distribuição de terras para alguns fins, tais como a agricultura
A62	Ajuda com a produção de alimentos e frutas
A63	É importante para distribuição de terras
A64	Contribui para aumentar a população e maior produção agrícola
A65	Produzir os alimentos que são transportados para cidade
A67	Porque a terra deve ser para uso de todos
A69	Para reformar as casas dos agropecuaristas e agricultores que moram na zona rural
A71	Porque a reforma agrária ajuda na agricultura
A83	É importante porque a reforma agrária trouxe mudanças para o campo
A84	É importante para a agricultura e para nossa comunidade
A85	É importante sim, para ter mais contato com a agricultura
PERCEPÇÃO INDIFERENTE OU NEGATIVA SOBRE REFORMA AGRÁRIA	
A11	Nunca vi esse nome, é a primeira vez
A12	Não sei nem o que é esse assunto
A17	Não sei nem o que é reforma agrária
A21	Nem sei o que é isso
A25	Não consigo ver nenhuma
A30	Não sei justificar
A50	Não vejo nenhuma
A53	Eu não sei bem o que é reforma agrária
A77	Não consigo perceber
A78	Desculpa, mas não sei explicar o que é isso

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo com alunos das escolas em 2019.

Analisando as justificativas expostas no quadro 5 podemos afirmar que uma parte dos alunos tem conhecimento sobre o significado da reforma agrária destacando aspectos como "função social da terra", "distribuição de terras", "produção de alimentos", e "abrigar pessoas sem terra e sem casa", essas foram as expressões que mais se repetiram. Para Quinteiro (2003, p. 168): "No assentamento, todos os assentados se identificaram com a necessidade de ter um "chão" para trabalhar e viver".

No que concerne a importância de ter *terra e casa*, trazemos para o debate a opinião de Martins (2003): "Morar" e "ter terra" significam, antes de tudo, a não dissociação ente lugar de viver e lugar de trabalhar (Ibid., p. 22). O autor ainda vai dizer que: A fórmula está posta aí, na indissociação de terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego (Ibid., p. 23).

> Esse "morar" é muito singular, é muito mais do que habitar. Diz respeito a um modo de viver, à convivência com o espaço, com a natureza. Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de moradia e trabalho, o enraizamento: são todos valores camponeses e da sociedade tradicional (Ibid., p. 23).

Além da importância de ter *terra e casa*, na fala do A29 percebemos elementos da relação campo-cidade, expressa uma visão de reforma agrária:

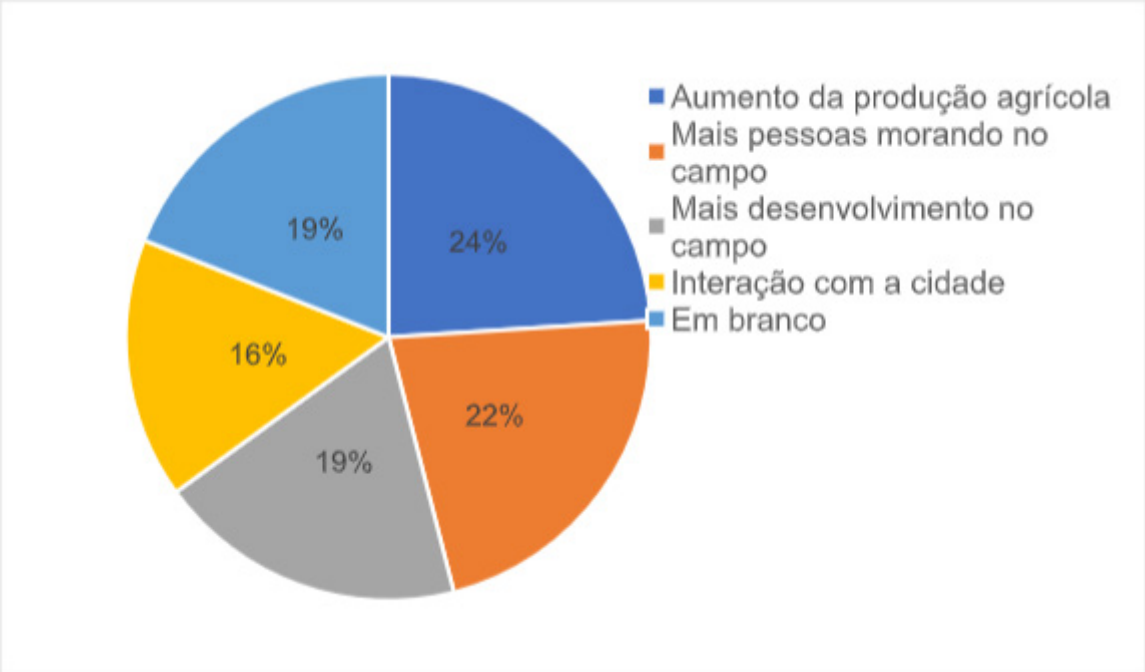
> Porque Mossoró é uma cidade fácil de resolver as coisas, mas quando vou a Mossoró vejo que tem muitos animais soltos na rua e muita água limpa estruída. Aqui na zona rural a gente não vê essas coisas, por isso a reforma agrária é tão importante (A29, 2019).

Por outro lado, podemos perceber que a maioria dos alunos desconhecem o significado do termo reforma agrária, tendo em vista 55% deixou a questão em branco, nos fazendo refletir sobre algumas questões, pois a escola está localizada num assentamento rural e esses alunos residem num assentamento rural de reforma agrária ou numa comunidade rural próxima a um assentamento. Algumas respostas demonstraram uma total falta de compreensão do que realmente é reforma agrária, pois o entrevistado (A69) faz confusão do termo reforma agrária com a expressão "*reforma de casas*".

O elevado percentual de respostas em branco, cerca de 55% dos entrevistados, nos faz refletir como se dá a inclusão do tema reforma agrária na pauta pedagógica das ações das escolas? Nos perguntamos também como se dá o nível de organização social dessas comunidades? Será que nas reuniões comunitárias o tema reforma agrária não é discutido? Ou será que os jovens não participam dessas discussões?

Além do significado da reforma agrária, mais adiante perguntamos aos alunos sobre a percepção deles, **em relação as principais modificações que a reforma agrária provocou no município** (gráfico 1).

Gráfico 1 — Percepção dos Alunos sobre as Modificações Ocorridas no Campo após a Implantação da Reforma Agrária



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Pela análise do gráfico 1, podemos perceber que a maioria dos alunos compreendem que a principal modificação provocada pela reforma agrária é com relação ao aumento da produção agrícola (24%); logo em seguida foi citado o fato de mais pessoas residirem no campo (22%); também foi citado mais desenvolvimento do campo (19%) e interação com a cidade (16%). Cerca de 19% dos entrevistados deixaram a questão em branco.

Dessa forma podemos inferir que, para os alunos, a reforma agrária ainda está muito ligada à questão da produção agrícola. Para a maioria, o rebatimento da reforma agrária vai se dar apenas no campo, com o acréscimo populacional e desenvolvendo o campo. Menos de 20% dos entrevistados, enxergam na reforma agrária, uma possibilidade de interação do campo com a cidade.

Esse resultado ratifica nossa tese, de que a reforma agrária precisa ser mais debatida e conhecida, inclusive pela população que mora nos assentamentos, para que as pessoas tenham consciência de sua importância. Acreditamos que a escola é um espaço que pode ajudar nessa compreensão.

1.3 QUAL O LUGAR DA REFORMA AGRÁRIA NA ESCOLA? A REFORMA AGRÁRIA É MUITO IMPORTANTE NO DIA A DIA, TANTO NA ZONA RURAL COMO NA URBANA

E nesse contexto buscamos entender como o tema reforma agrária é trabalhado nas escolas localizadas em assentamentos rurais do município de Mossoró e qual a percepção da reforma agrária tem os sujeitos dessas escolas, seja profissional ou aluno.

Com base na compreensão do significado da reforma agrária para profissionais e alunos, resolvemos investigar como o tema reforma agrária é trabalhado na escola de forma geral.

Primeiramente indagamos aos profissionais sobre **qual percepção de reforma agrária a equipe da escola tem e se esse tema costuma ser trabalhado em algum projeto específico.**

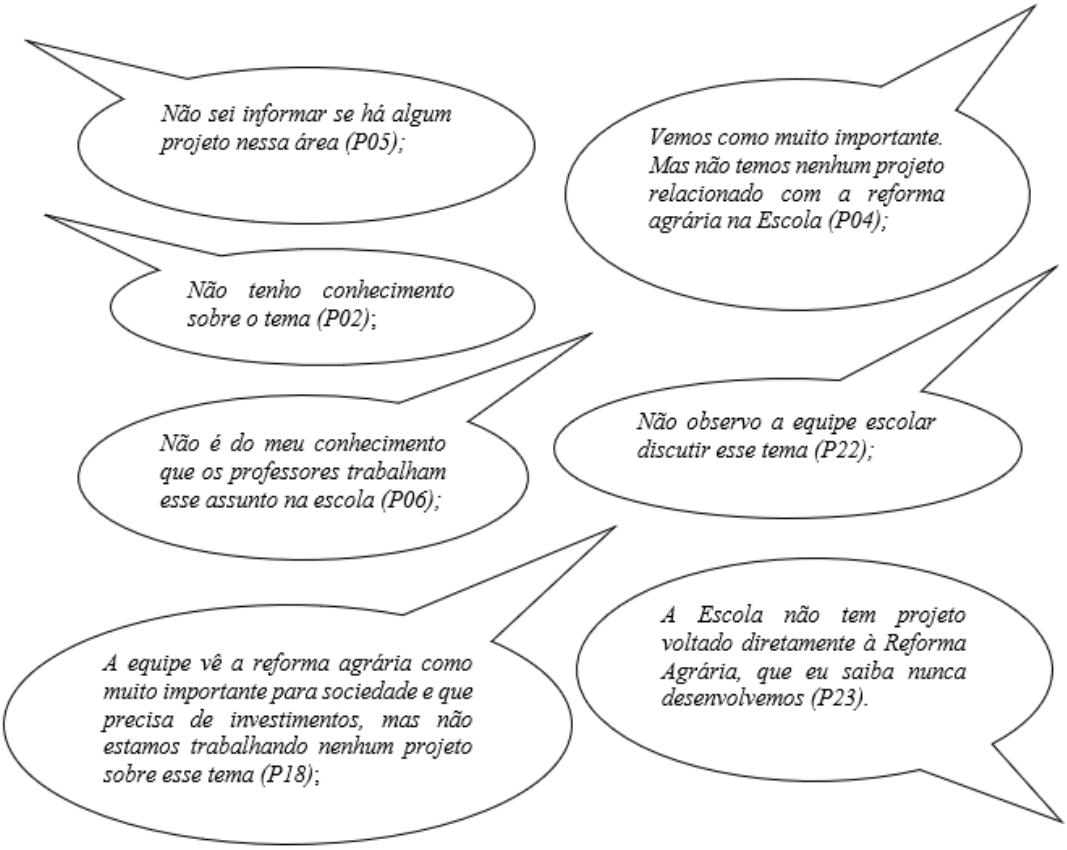
A partir das respostas desses sujeitos, organizamos as respostas em duas categorias principais: daqueles profissionais que reconhecem a importância da reforma agrária como categoria de análise e acreditam que projetos relacionados a realidade da comunidade estariam indiretamente relacionados ao tema e daqueles profissionais que afirmam que a temática não é abordada diretamente pelas ações da escola, reconhecendo que: "Não temos um currículo específico que trate da Reforma Agrária, mas sempre falamos dos trabalhos coletivos, das conquistas e lutas, e mostrando que é através da Educação que nos possibilita novas conquistas (P19)".

Ainda evidenciamos algumas falas da equipe escolar, tratando de aspectos relacionados a realidade da comunidade e do homem do campo. "A reforma agrária é vista como muito importante, pois valorizou os sujeitos do campo, dando oportunidades de ter suas terras" (P14); "desenvolvemos projetos no sentido de respeito ao homem do campo, identidade rural e respeito ao meio ambiente" (P21).

Outra parte do grupo de profissionais entrevistados reforçou a importância da reforma agrária e citou projetos já executados na escola que abordam indiretamente temáticas importantes para a realidade da comunidade.

> Procuramos trabalhar projetos sobre a comunidade, a exemplo da GIDEC. Mas sobre reforma agrária ainda não, pelo menos desde o período que eu estou na coordenação, eu ainda não tinha tido essa ideia, vou até anotar sobre a questão da reforma agrária para o próximo planejamento (P17, 2019).

O segundo grupo de profissionais também reconhece a importância da reforma agrária, mas são autocríticos ao afirmar que, a escola não trabalha o tema diretamente em ações, ou até mesmo que desconhecem a temática:



Nas falas anteriores podemos perceber que não existem projetos relacionadas à reforma agrária sendo trabalhados nas escolas, e que os profissionais reconhecem que não trabalham a temática reforma agrária em suas ações, embora reconheçam a importância dela para a sociedade.

Na citação a seguir, o P09, menciona um projeto desenvolvido sobre hortas escolares, relacionado a realidade do campo, mas considera que esse tipo de projeto somente, não pode ser considerado relacionado a reforma agrária, demonstrando uma visão crítica da situação.

> Desde que trabalho aqui ainda não vi nenhum projeto sendo desenvolvido nessa temática. Tivemos um Projeto em parceria com a UFERSA sobre Hortas, foi chamado a comunidade, falando sobre o solo, as plantas. Os pais vieram e foi feito o projeto Horta na Escola. Mas depois não pudemos dar continuidade ao projeto. Agora sobre reforma agrária não teve não. Tem um prédio próximo a escola, que era a Associação deles e tem um líder na comunidade que eles sempre falam, a gente escuta falar quem é, mas projeto com a escola envolvendo essa temática da reforma agrária a gente nunca teve (P09, 2019).

Pelas respostas das duas visões podemos inferir que as temáticas desenvolvidas nos projetos se aproximam mais do lugar onde vivem e da realidade do homem do campo, mas no geral as escolas não desenvolvem projetos específicos sobre a temática reforma agrária.

Mas existe o interesse futuro em trabalhar a temática:

> Eles veem de forma positiva. No momento, não há projetos atuais voltados para essa temática. Enquanto gestora, pretendo, futuramente, influenciar a equipe escolar a trabalhar mais a questão da reforma agrária, já que estamos inseridos nessa realidade (P20, 2019).

Nesse intuito, perguntamos também aos alunos **se a escola costuma desenvolver projetos e atividades relacionados a temática reforma agrária.**

Cerca de 10% dos entrevistados responderam que já trabalharam algum projeto relacionado ao tema; 26% responderam que nunca trabalharam sobre o assunto em sala de aula; e a grande maioria dos alunos, cerca de 64%, deixaram a questão em branco, demonstrando grande desinteresse ou desconhecimento sobre a temática.

As falas anteriores revelam duas situações: daqueles alunos que afirmaram que o tema reforma agrária nunca foi trabalhado em sala de aula e daqueles que citaram os exemplos de algumas atividades e projetos, já desenvolvidos acerca da realidade local.

Considerando o que não foi dito, se levarmos em conta as respostas que ficaram em branco, podemos inferir que realmente o tema ainda é trabalhado na escola de forma muito incipiente, quando trabalhado.

Dessa forma, perguntamos aos alunos **se na opinião deles era importante estudar o tema reforma agrária na escola** (quadro 6). Do total de entrevistados, 32% deles responderam ser importante; 6% afirmaram não ser importante e 62% deixaram em branco.

Dos que justificaram, podemos observar as seguintes respostas:

Quadro 6 — Opinião dos Alunos sobre a Importância de Estudar o Tema Reforma Agrária na Escola

A	RESPOSTAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS
ALUNOS QUE CONSIDERAM IMPORTANTE ESTUDAR O TEMA	
A14	Para aprender sobre a comunidade onde moramos
A18	Porque aprendemos coisas novas do campo e sobre reforma agrária
A22	Para entendermos sobre o assunto
A23	Saber um pouco mais sobre o que temos direito e a forma que vivemos
A29	Porque aprendemos mais sobre a importância da reforma agrária
A31	É importante para eles não desprezar a natureza
A40	É importante para ter mais atividades e projetos
A49	Para entender melhor o que é reforma agrária
A51	Porque nós aprendemos melhor sobre o tema
A52	Para saberem que a reforma agrária é a distribuição de terras
A53	Para podermos aprender mais sobre onde vivemos
A58	Para saber o que é o assunto
A59	Para se entender o que é reforma agrária
A61	A importância é porque temos que saber, porque é importante para quem mora no campo
A62	Para que amanhã possamos entender sobre o assunto
A63	Eu não sei muito sobre esse assunto, mas pelo que já ouvi falar, é muito importante
A64	Porque precisamos aprender sobre esse tema
A66	Porque lá na frente vamos precisar de alguma coisa sobre esse assunto
A67	Conhecer as coisas dos lugares onde moramos
A70	Para ter mais conhecimento
A71	Para ficar ciente sobre o assunto
A75	Ter mais informação

A78	Para saber mais sobre nossos direitos
A81	Para entender sobre o assunto e ter mais informação
A82	Para saber de nossos direitos
A84	Para entender melhor sobre o lugar onde vivemos
A85	Desenvolver seus conhecimentos
ALUNOS QUE NÃO CONSIDERAM IMPORTANTE ESTUDAR O TEMA	
A05	Não sei nem o que é reforma agrária, ou melhor não lembro
A21	Nunca estudei sobre esse assunto, então não posso dizer, pois não sei sobre esse assunto
A65	**Não vejo com muita importância, até porque tem outros assuntos mais importantes a tratar** (grifo nosso)
A69	É a primeira vez que escuto isso, não sei explicar
A83	Não lembro de nada sobre reforma agrária

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo com alunos das escolas em 2019.

O quadro 6 demonstra que, pelo depoimento dos alunos, podemos afirmar que, a maioria deles, reconhecem a necessidade de estudar mais sobre o tema reforma agrária na escola enfatizando frases como: "para entendermos sobre o assunto"; "para saber o que é o assunto"; e "para que amanhã possamos entender sobre o assunto".

Alguns alunos demonstraram conhecer sobre o assunto ao afirmarem frases como: "saber um pouco mais sobre o que temos direito e a forma que vivemos"; "a importância é porque temos que saber, porque é importante para quem mora no campo"; e "para entender melhor sobre o lugar onde vivemos".

Dentre as falas, a que mais chamou nossa atenção foi a seguinte: "Não vejo com muita importância, até porque tem outros assuntos mais importantes a tratar" (A65).

> [...], nos deslumbramos por cidades distantes, temos informações de acontecimentos exóticos ou interessantes de vários lugares que nos impressionam, mas não sabemos o que existe e o que está acontecendo no lugar em vivemos (Callai, 2004, p. 2).

Dessa forma o aluno considera que o tema reforma agrária não é importante ser trabalhado na escola, pois existem outros "mais importantes". E quais seriam esses outros assuntos, mais importantes que a reforma agrária, numa escola localizada num assentamento rural?

> Nas escolas do campo as especificidades do currículo perpassam pelo entrelaçamento de necessidades tanto de temas que abrangem a educação, de

> modo geral, quanto daqueles que se inserem no contexto mais aproximado do campo, ou seja, de conhecimentos que possam dar visibilidade ao campo, suas formas e funções, além da cultura expressa pelo grupo que nele habita (Copatti e Callai, 2018, p. 235).

A citação acima chama nossa atenção no sentido oposto daquelas falas, que revelaram que são poucos os alunos que conhecem sobre a temática reforma agrária, mas a maioria tem o desejo dos alunos de aprender a conhecer sobre a reforma agrária, sendo um indício de que o tema seja pouco trabalhado durante as aulas. Embora reconheçamos que não é somente na escola que o tema deva ser discutido, na verdade os demais espaços de convívio do assentamento e da comunidade deveriam também se constituir espaços de discussão sobre reforma agrária.

> E a realidade, quer dizer o lugar onde se vive deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir, significa conseguir reproduzir-se também, a si próprio, como sujeito (Callai, 2004, p. 3).

Nesse contexto perguntamos aos alunos **se durante as aulas, quando os professores explicam os conteúdos, costumam demonstrar exemplos da realidade local?**

Do total de alunos, 58% responderam que sim; 29% responderam que não; e 13% deixaram a questão em branco. A seguir, podemos visualizar algumas justificativas dos alunos que afirmaram que os professores demonstram exemplos da realidade local em suas aulas (quadro 7).

Quadro 7 — Opinião dos Alunos sobre a Relação dos Conteúdos Trabalhados nas Aulas com a Realidade Local

	EXEMPLOS DA REALIDADE LOCAL CITADOS PELOS ALUNOS
	O Professor de história mostra coisas do local
	Sim, porque a comunidade é onde estão os agricultores, por isso precisam de cuidado
	Sobre as condições financeiras da comunidade
	Na parte do conteúdo de ciências que explica sobre as árvores
	Falam da importância de ir à Escola
	Durante as aulas os professores pedem pra gente falar sobre o assentamento
	Às vezes o professor explica algum conteúdo que tem a ver com o lugar onde a gente mora
	Os professores pedem pra gente falar sobre o trabalho no assentamento

	Sobre a pobreza e a condição financeira das famílias do assentamento
	Sobre o trabalho na agricultura
	Sempre falamos da distância de deslocamento para a cidade
	Quando falam da distância deles para se deslocar
	Quando falam da cidade comparam com o campo
	Eles falam e dão exemplos das firmas de melão
	Sobre o trabalho no local
	Uma vez a professora de Geografia usou um exemplo do assentamento para explicar um assunto do livro
	Sobre as plantações
	Dão exemplos dos problemas da comunidade
	Sobre o trabalho no campo
	O uso de agrotóxicos nas plantações
	Quando fala das plantações
	Pedem pra gente falar de como era antigamente
	Exemplos sobre o meio em que vivemos
	De várias formas, depende do conteúdo
	Das diferenças entre campo e cidade
	Em algumas matérias, tem coisas sobre plantação e fruta, igual como tem no assentamento

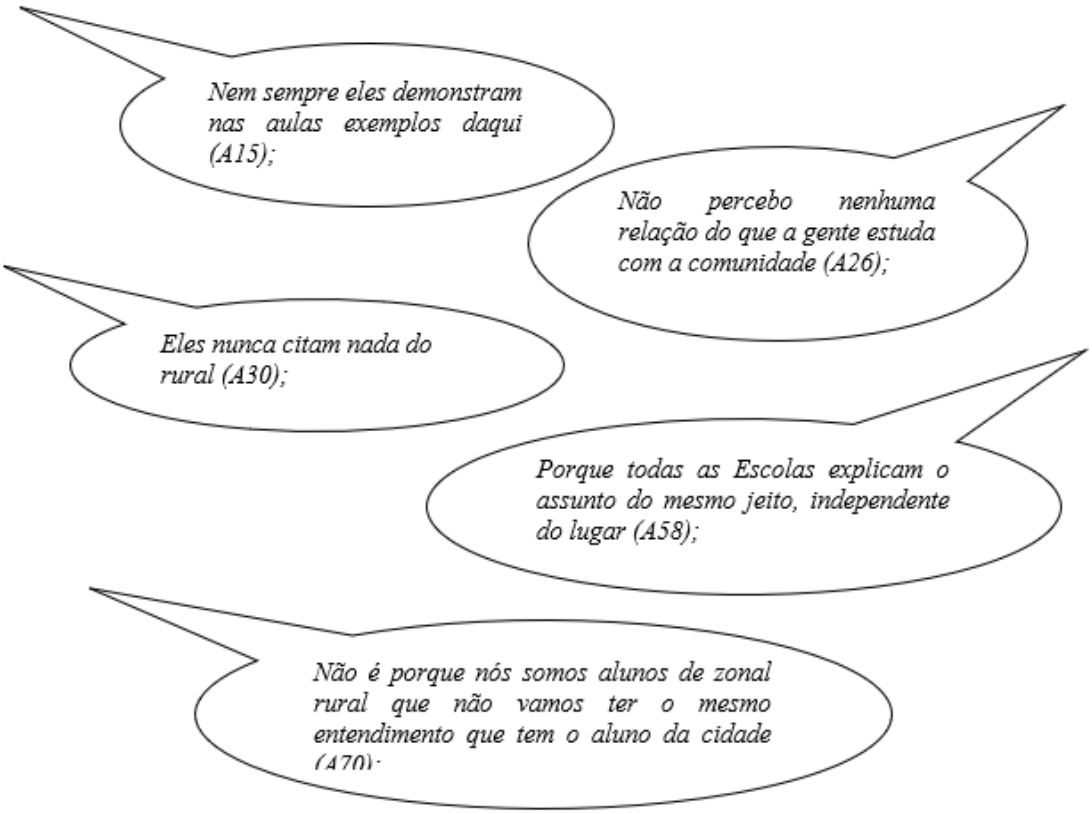
FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

O quadro 7 analisa a relação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade local. A maioria das falas evidenciam que os professores procuram demonstrar exemplos da realidade local em suas aulas, como fica evidenciado nos seguintes depoimentos: "Às vezes o professor explica algum conteúdo que tem a ver com o lugar onde a gente mora" (A36); "Uma vez a professora de Geografia usou um exemplo do assentamento para explicar um assunto do livro" (A59), mas em nenhum deles, a temática reforma agrária foi mencionado, evidenciando que o ensino precisa ser mais contextualizado.

> Contextualizar não significa a fixação a um local, um assentamento ou um território, mas se estende a um sistema de valores próprios que ultrapassa os limites físicos e abrange uma nova territorialidade cujas práticas educativas estejam vinculadas às demandas e lutas sociais. É uma forma de promover uma educação escolar profundamente ligada a um projeto social emancipatório. Com esse fim, há um reconhecimento da necessidade de práticas dirigidas à escolarização no sentido de apropriação da escola pública por um projeto de educação destinado aos sujeitos do campo (Santos, 2012, p. 210).

Na fala de alguns alunos, essa falta de contextualização fica evidente, não existe essa relação dos conteúdos explicados em sala de aula com a realidade local. Autores como Deon e Callai (2018, p. 277) vão afirmar que: "tendo em vista a realidade apresentada, a escola e o currículo escolar podem contribuir ou não para a melhoria das condições sociais dos alunos".

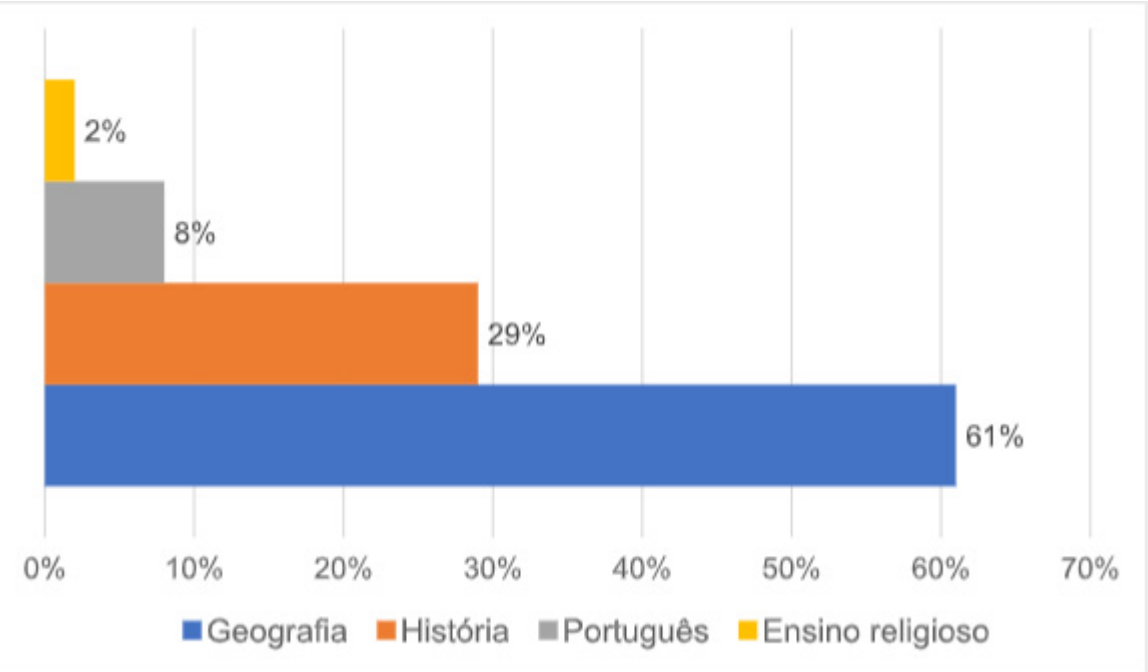
Vejamos alguns depoimentos a seguir, que retratam a não abordagem de temáticas da realidade local durante as aulas:



Além da abordagem da realidade local durante as aulas, indagamos os alunos sobre **em quais disciplinas o professor já explicou conteúdos relacionados à reforma agrária.** Cerca de 45% responderam que já estudou o conteúdo em alguma disciplina; 48% afirmaram que nunca estudou o conteúdo e 7% deixaram a questão em branco.

A seguir, pedimos para o aluno indicar **em quais disciplinas o professor já mencionou assuntos relacionados à reforma agrária**, pelo menos uma vez, e obtivemos o seguinte resultado (Gráfico 2):

Gráfico 2 — Disciplinas Citadas pelos Alunos em que o Professor já Mencionou na Aula o Tema Reforma Agrária



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

O resultado do gráfico 2 demonstrou que somente disciplinas da área de ciências humanas foram citadas, exceto pela disciplina Português, com 8%. A disciplina mais citada pelos alunos foi Geografia, com 61%; seguida de história com 29%, e Ensino Religioso com apenas 2%.

> O ensino de Geografia, bem como dos demais componentes curriculares, tem que considerar necessariamente a análise e a crítica que se faz atualmente à instituição escola, situando-a no contexto político social e econômico do mundo e em especial do Brasil. Tanto a escola como a disciplina de geografia, devem ser consideradas no âmbito da sociedade da qual fazem parte (Callai, 2001, p. 134).

A citação acima evidencia que Geografia e os demais componentes curriculares devem considerar a realidade da sociedade. Mas, pela análise do gráfico 2, podemos dizer que, exceto pela disciplina Português, somente as disciplinas que integram a área de ciência humanas já abordaram a temática reforma agrária em suas aulas.

Uma temática tão importante como a reforma agrária deveria interessar todos as disciplinas, porque os conteúdos ministrados em sala de aula devem estar integrados com os

conhecimentos da realidade em que a escola está inserida. Então nos questionamos o porquê da temática reforma agrária ser abordada prioritariamente somente nas disciplinas da área de ciências humanas, sobretudo geografia e história?

> A educação assume uma forma de reclamação, lida pela existência da condição de exploração e luta contra as formas de desrespeito social permanentemente. A intencionalidade da ação educativa é movida pelo ato de participar, de aprender e de transmitir e trocar saberes, e esta não pode ficar alheia à conflitividade do social (Santos, 2012, p. 169).

A citação da autora acima evidencia que a educação como um todo não pode ficar alheia aos conflitos sociais. Concordamos com a autora, por acreditar que discutir reforma agrária deve ser de responsabilidade de todas as disciplinas, e não somente daquelas que se enquadram na área de ciências humanas.

> A Geografia, como componente escolar, tem como centralidade a análise e a compreensão das relações que se efetivam no espaço e a partir do contato com outros seres humanos que convivem cotidianamente e que habitam o planeta. Entre suas incumbências, **especificamente em escolas do campo** (grifo nosso), precisa ser desenvolvida de modo diferenciado, fortalecendo as relações com o lugar, considerando a cotidianidade e as particularidades ali evidenciadas, sem desconsiderar outras dimensões do espaço. Para tanto, deve ser alicerçada em orientações da legislação, nas orientações curriculares, além das determinações contidas no plano político-pedagógico, elaborado a partir das expectativas quanto à escola e à participação da comunidade escolar; ainda, ancora-se em conhecimentos específicos de cada componente curricular e sua ciência-base, nos conhecimentos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos que o professor precisa ter construído para atuar no processo educativo (Copatti e Callai, 2018, p. 225).

"Nesta perspectiva, a educação e o ensino que se faz devem estar referenciados ao contexto em que se vive e jamais podem ser considerados isoladamente" (Callai, 2001, p. 138).

Mas para que isso ocorra de fato, é necessário que todo o ambiente escolar compreenda a importância de trabalhar a temática reforma agrária, sobretudo numa escola localizada num assentamento rural. Desse modo, os professores têm um papel imprescindível nessa questão.

> Esse tipo de ser/fazer possibilita a tomada de consciência pelo professor sobre a importância de sua própria atitude na formação, o que requer um autoconhecimento, um (re)conhecimento do que se é e, de seu projeto pessoal e profissional. É uma perspectiva de formação pautada na concepção do pro-

> fessor construtor da sua própria identidade profissional, capaz de conhecer os problemas de seu cotidiano, tomar decisões frente a esses problemas e a partir deles pensar soluções para melhor intervir em sua realidade (Portugal, 2013, p. 245).

> Desta forma, torna-se imprescindível ao professor, compreender a complexidade organizacional e pedagógica que envolve a escola, visando a constituição de uma prática que promova a construção e exercício da cidadania aos seus alunos (Ibid., p. 246).

A autora reconhece que aprendizagem dos alunos deve ser o objetivo principal do trabalho do professor, construindo práticas que contribuam para o "exercício da cidadania aos seus alunos".

Ainda de acordo com a autora, essa aprendizagem só vai ser alcançada se essa preocupação estiver presente desde o processo inicial de formação dos professores:

> Portanto, essa compreensão e redescoberta só é possível se na formação, a universidade estiver articulada ao espaço escolar, promovendo o diálogo entre teoria e prática, conteúdo específicos das disciplinas e conteúdos didático-pedagógicos, o exercício da pesquisa, da interdisciplinaridade, da contextualização, dando sentido real ao ser professor para a promoção de uma prática pedagógica emancipatória (Ibid., p. 247).

Tivemos a preocupação de investigar **em que outros espaços, além da escola, os profissionais costumavam ver o tema reforma agrária sendo discutido,** e quando isso ocorria de que forma o tema era apresentado pelos veículos de comunicação.

As respostas podem ser subdividas em quatro grandes grupos. Há aqueles profissionais que afirmaram que não veem o tema reforma agrária sendo discutido (02 profissionais); há aqueles que expressaram que o tema reforma agrária geralmente é discutido pela mídia como televisão e internet, mas sempre com uma conotação negativa e depreciativa acerca dos assentados e dos movimentos sociais (08 profissionais); há aqueles que expressaram que só viam o tema reforma agrária sendo discutido quando estava na Universidade (02 profissionais); e aqueles que citaram entidades como a Associação ou pela própria comunidade (07 profissionais). Observamos que 4 profissionais deixaram a pergunta em branco.

> "Já ouvi muito, mas nesses últimos anos tem se falado muito pouco sobre isso. Não está na pauta desse novo governo o tema reforma agrária" (P13); "não vejo esse tema sendo discutido em outros espaços" (P22).

> Na mídia acompanho os acontecimentos políticos do setor e que agora nesse momento está em pleno retrocesso. Os pleitos dos trabalhadores não são divulgados, porque a mídia e aqueles que controlam a mídia divulgam conforme seus interesses (P23, 2019).

A maioria dos profissionais relataram a internet e a televisão, através dos telejornais, como sendo os espaços de discussão do tema reforma agrária mais vistos. Foram cerca de 8 respostas apenas citando as palavras só televisão ou internet e/ou televisão e internet juntos.

As mais relevantes evidenciando esse fato foram: "Vejo muito na TV e internet, nestes locais sempre há discordância de opiniões" (P05); "Vejo na TV, mas de forma distorcida no seu sentido completo, quase sempre denegrindo a imagem dos assentados" (P10).

Sobre aqueles que expressaram a internet e a televisão como sendo os espaços que mais discutem o tema as repostas são preocupantes, pois esses meios de comunicação geralmente apresentam a reforma agrária para o grande público de forma distorcida, como bem expressam os profissionais a seguir.

> Vez ou outra a televisão e a internet mostram algo relacionado ao principal movimento social que luta para implantação da reforma agrária em nosso país, o MST. A TV apresenta documentários referentes a conflitos, à ocupação ou invasão de terras no meio agrário (P04, 2019).

> Em vários espaços como nos telejornais, internet, nas rodas de conversas informais, mas ainda necessita de mais políticas públicas nas áreas de Reforma Agrária, em especial nas áreas de produção, mas falta apoio ao pequeno produtor familiar. Esses meios de comunicação (televisão e internet) informam o conceito de reforma agrária, mas esquecem de apontar o motivo, necessidade e luta da reforma agrária. Na verdade, trata-se de uma herança histórica advinda da má distribuição de terras desde o período de colonização (P20, 2019).

Sobre a discussão da temática nas Universidades as respostas foram as seguintes: "Só via sendo discutido no período que eu estava na Universidade" (P14); "Principalmente nas universidades. Isso se dá a partir de eventos culturais, como rodas de conversas, dramatizações, mesas redondas, minicursos, entre outros" (P20).

Sobre a discussão da temática nas associações ou comunidade as respostas foram as seguintes:

Em palestras e reuniões realizadas pelo Sindicato e/ou nos movimentos sociais de base (P06);

No armazém da Associação de moradores, no site do INCRA e na sede da comunidade (P01);

Espaço da sede comunitária em reuniões com a comunidade (P07);

Às vezes eu ouço as mães da escola comentar sobre o assunto (P16);

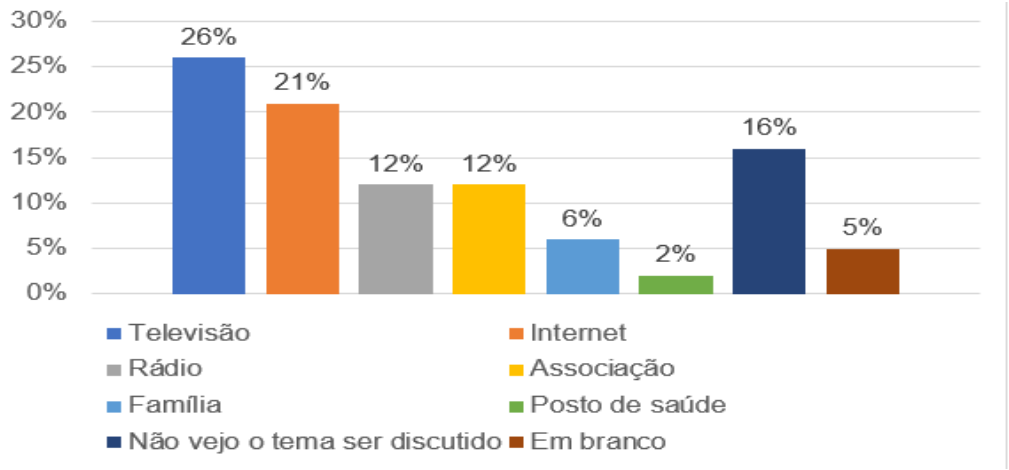
Nas reuniões da Associação e do Grupo de Mulheres (P18);

Na Associação dos moradores do nosso assentamento (P17);

Analisando as falas dos profissionais podemos dizer que os profissionais demonstram conhecimento da importância dos movimentos sociais e sindicatos nesse processo. Citaram também a Associação de moradores como o espaço principal de discussão sobre a reforma agrária na comunidade; Grupo de Mulheres e o site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nessa perspectiva também perguntamos aos alunos **que outros espaços, além da escola, você costuma ver o tema reforma agrária sendo discutido** (Gráfico 3).

Gráfico 3 — Espaços além da Escola que discutem o tema Reforma Agrária na Opinião dos Alunos



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo com alunos das escolas em 2019.

Pela análise do gráfico 3 podemos perceber, que as respostas dos alunos foram bem diferentes das respostas dos profissionais, pois o principal espaço de discussão do tema reforma agrária, apontado pelos alunos foi a televisão com 26%, onde chegaram a citar programas televisivos como Jornal Nacional e Globo Rural, seguida da internet com 21%.

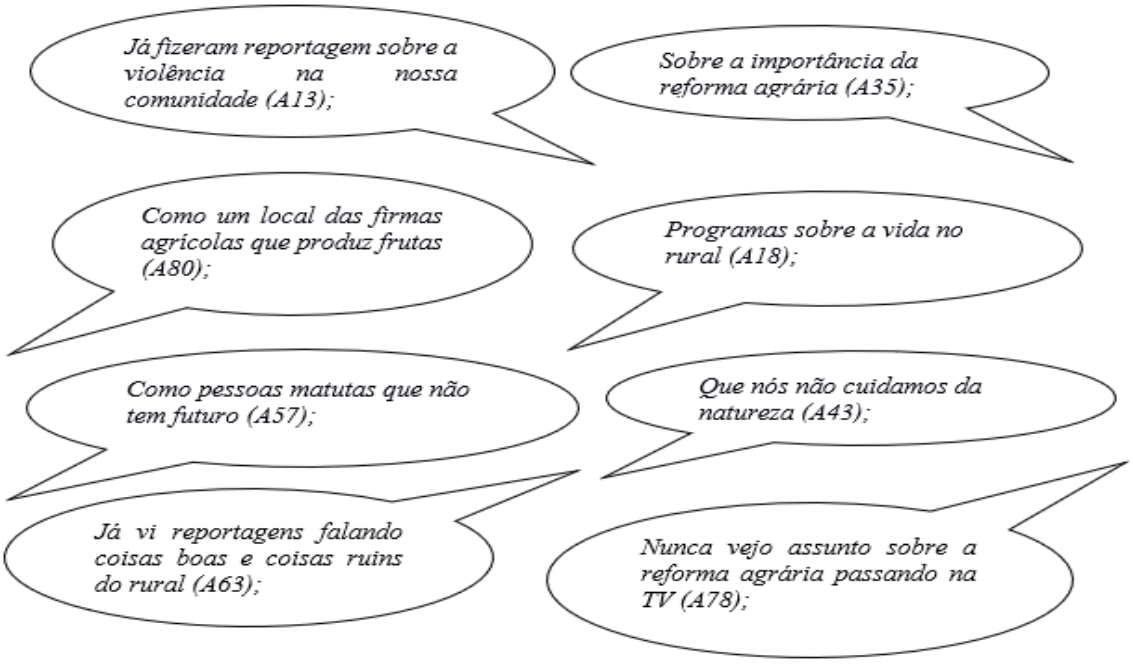
Foram também citados o rádio e a Associação, com 12% cada um, como espaços de discussão; a família com 6% das respostas; e Posto de saúde com 2%. Cerca de 16% dos entrevistados afirmaram que não veem o tema ser discutido; e 5% deixaram em branco.

Podemos deduzir algumas situações como: na comunidade existem poucos espaços de discussão sobre a temática e/ou quando existem, os jovens são apáticos e não participam ou não são inseridos na discussão. Precisaríamos conhecer melhor os elementos de organização social dessas comunidades, para entender melhor essas questões.

Apontados pelos alunos como os maiores espaços de discussão sobre reforma agrária pelos alunos, resolvemos indagar aos mesmos **como a televisão e a internet apresentam assuntos relacionados a reforma agrária**.

Os alunos responderam que 49% das notícias são apresentadas de forma positiva; 21% expressaram que as notícias são demonstradas de forma negativa e 30% dos alunos entrevistados deixaram a questão em branco.

Então pedimos para eles exemplificarem alguma matéria da TV ou internet que falasse sobre reforma agrária, poucos quiseram se expressar, mas vejamos a seguir:



1.4 SENDO NA ZONA RURAL OU NA CIDADE, É UMA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA EM ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Para Azevedo (2012, p. 173): o assentamento rural deve ser considerado [...], "como lugar em que o homem se objetiva pela ação do trabalho, o assentamento é um espaço novo na medida em que acolhe os assentados num novo contexto fundiário".

> Delineia-se como uma utopia, um horizonte, para onde se caminha sem saber quando chega, com a certeza de que cada passo representa o distanciamento da vida anterior, marcada pela insegurança e subordinação ao dono da terra, e a proximidade com uma nova vida marcada pela obtenção direta dos resultados do próprio trabalho, como detentor de seu próprio lote de terra (Ibid., p. 174).

As afirmações do autor reforçam a ação do trabalho pelos assentados, a partir de um novo contexto fundiário, que a escola precisa se apropriar dessa realidade e relacionar com seus conteúdos.

> E muito se tem falado em educação para a cidadania, mas de maneira, muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas, definida num ou em vários objetivos, que no mais das vezes consideram o sujeito-estudante deslocado do mundo em que vive, como se fosse um ser neutro e abstrato (Callai, 2001, p. 136).

A escola deve buscar desenvolver uma educação cidadã, ou seja, que leve em consideração a realidade em que a escola está inserida, contribuindo para o exercício da cidadania dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

> Desse modo, era necessário comunicar com a realidade dos sujeitos envolvidos, deixando para trás a relação educador-educando, pautada nas narrações de fatos alheios à experiência dos educandos e em conteúdos retalhados ao longo das discussões, para assumir uma relação mais concreta, em que educador e o educando ficam frente à frente com fatos da realidade, dialogam e são capazes de estranhar aquilo que é narrado. Objetivava-se construir em conjunto um conhecimento, tendo como essência a educação para a prática da liberdade e a participação efetiva na sociedade (Menezes, 2018, p. 32).

Inicialmente indagamos aos profissionais acerca do **planejamento escolar, em que medida a escola leva em conta estar localizada num assentamento rural e de que forma se reflete em suas atividades** (quadro 8).

As respostas foram organizadas em dois grupos, primeiro daqueles que relataram que a escola não leva em conta a realidade da reforma agrária em seu planejamento, apenas com projetos eventuais e interdisciplinares e segundo daqueles que consideram a presença efetiva da realidade local no planejamento, voltada para realidade do aluno, mas muitos depoimentos sem esclarecer de que maneira as propostas se concretizam em ações práticas.

Quadro 8 — Opinião dos Profissionais sobre a Inserção da Realidade da Comunidade no Planejamento Escolar

	RESPOSTA DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS
PRESENÇA EVENTUAL DA REALIDADE LOCAL NO PLANEJAMENTO	
	Nunca desenvolvemos atividades relacionadas a reforma agrária, mas nos preocupamos com a comunidade.
	Diante do meu pouco convívio na escola enquanto gestora, percebo que a escola deveria trabalhar mais sobre reforma agrária, coletividade e valorização da vida camponesa.
	São realizados projetos interdisciplinares de leitura e matemática todos os anos. Projetos que envolvam os temas transversais como *bullying*, meio ambiente, alimentação saudável e trânsito.
	A Escola ainda não se apropriou dessa cultura do movimento agrário.
PRESENÇA EFETIVA DA REALIDADE LOCAL NO PLANEJAMENTO	
	A escola tem uma proposta sempre voltada para a realidade da comunidade.
	Geralmente no planejamento se direciona algumas propostas de acordo com a realidade da comunidade.
	Através dos projetos de ensino e das atividades planejadas, que são adaptadas de acordo com a realidade local.
	Sempre refletimos a respeito do que está ao nosso alcance e dentro da realidade de nossos alunos.
	A escola tem que se adequar às necessidades da sua clientela, tanto no planejamento, como no PPP, como no currículo etc.
	Tem um olhar diferente para esses indivíduos.
	O planejamento da Escola sempre coloca em primeiro plano com a acessibilidade dos alunos.
	Trabalhando as características e potencialidades locais, bem como procurando adaptar os conteúdos à realidade deles.

	Sempre levamos em conta a parte ecológica e ambiental. Afinal, numa zona rural, a agricultura e a pecuária estão muito presentes na vida da comunidade escolar.
	Leva, pois sempre trabalha dentro da perspectiva do campo, valorizando os personagens.
	Nossa escola sempre planeja num objetivo de colocar a comunidade nos aspectos culturais e sociais em suas pesquisas.
	A Escola tenta através de trabalhos de pesquisa na comunidade e projetos desenvolvidos na Escola.
	No sentido de ser mais flexiva no seu planejamento, considerando a vivência do aluno e da família do aluno, haja visto que as condições econômicas dos familiares requerem de nós bastante atenção.

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com profissionais das escolas em 2019.

A análise do quadro 8 nos revela que 4 profissionais responderam que são realizados projetos interdisciplinares, mas que a temática reforma agrária não está muito presente no planejamento escolar.

A maioria dos profissionais, cerca de 16, responderam que a realidade da comunidade onde a escola está inserida é levada em conta no planejamento das atividades, mas muitos não esclarecem de que forma isso acontece. A seguir os depoimentos dos profissionais que foram além, e explicaram de forma concreta como a realidade escolar é levada em conta no planejamento e execução das atividades escolares. Vejamos P09, P17 e P19:

> Embora a escola não desenvolva projetos na área de reforma agrária, procuramos respeitar as demandas da comunidade, sempre que possível. Por exemplo, pela manhã tem mães que todo dia vem deixar o filho na escola e fica a manhã inteira no pátio da escola, esperando a aula terminar. Porque a criança é pequena e elas não confiam de deixar o filho andar sozinho no transporte, pra se deslocar da comunidade até aqui, sobretudo as que são das comunidades mais distantes. Então elas vêm pra acompanhar esses filhos e quando elas chegam aqui, elas ficam aí no pátio ou fora da escola, ou na biblioteca da escola esperando. São principalmente as mães da educação infantil e algumas dos anos iniciais também. As crianças são muito pequenas e a mãe não tem aquela segurança de deixar o filho vir sozinho no transporte escolar. A diretora e os professores já se acostumaram e aceitam a situação (P09, 2019).

Na citação acima o P09 esclarece que a escola não desenvolve projetos específicos na área de reforma agrária, mas leva em conta a realidade da comunidade nas suas ações. O P09 exemplifica uma decisão tomada pela Escola na qual os profissionais tiveram que se adequar a uma demanda das mães que residem nas comunidades mais distantes da escola, mostrando claramente que a escola respeita as especificidades do lugar.

> Nós procuramos fazer um planejamento de atividades com os professores, para que todos possam conhecer como é o lugar onde os alunos vivem e nós trabalhamos. Vamos fazer esse ano o Projeto da GIDEC com essa temática "o lugar onde eu vivo", para trabalhar sobre o Mulunguzinho. Vamos resgatar e procurar conhecer o lugar onde a gente vive, onde a gente trabalha. Cada turma foi pesquisar com os moradores mais antigos e trabalhar um determinado aspecto da comunidade, e daí vamos fazer a culminância desse projeto com as apresentações dos alunos durante a GIDEC. Justamente trabalhar na Escola sobre o histórico de criação da comunidade e sobre a economia atual. A apresentação da GIDEC vai ser aberto para a comunidade ter conhecimento, de tudo que foi produzido pelos alunos como construção de maquetes, banners, exposição fotográfica, tem também a gincana com apresentações culturais e o quiz, que é um jogo de perguntas e respostas justamente para resgatar a parte histórica, economia, vegetação e fauna que eles têm (P17, 2019).

No exemplo citado pela P17 é demonstrado a preocupação dos profissionais, em conhecer melhor a história do assentamento, propondo como tema de pesquisa para os alunos, durante a gincana escolar denominada Gincana da Escola Municipal Deusdete Cecílio de Araújo (GIDEC), sobre o histórico de criação do assentamento onde a escola está inserida.

> O mundo da vida precisa entrar para dentro da escola, para que ela também seja viva, para que consiga acolher os alunos e possa dar-lhes condições de realizarem a sua formação, de desenvolver um senso crítico e ampliar as suas visões de mundo. Para que isto aconteça, a escola deve ser a geradora de motivações para estabelecer inter-relações e produzir aprendizagens, e o professor, o mediador deste processo (Callai, 2004, p. 3).

Já em outro depoimento, o P19 critica a adoção do calendário escolar homogêneo, sem levar em conta as especificidades do lugar. A questão do calendário não pode ser resolvida somente pela escola, necessitaria ser uma decisão da SME como um todo, exemplificando o cotidiano laboral do assentamento nos "projetos de melão" tem reflexos no cotidiano escolar.

> Considerando o calendário escolar onde as famílias se deslocam das suas cidades para vim trabalhar nesta localidade nos projetos de melões, porque são trabalhos por temporada. Sabendo que esse calendário é definido pela Secretaria de Educação, nos deixando sem autonomia para este fim (P19, 2019).

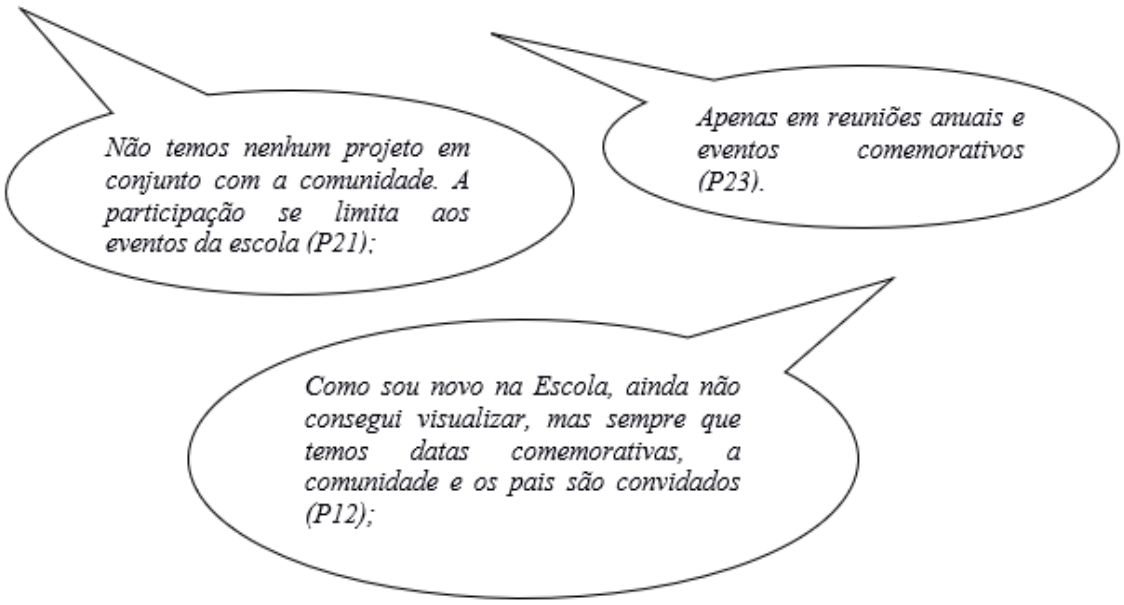
Como forma de pesquisar mais detalhadamente sobre a relação da escola com a comunidade que está inserida, perguntamos aos profissionais **quais projetos ou atividades a escola desenvolve em conjunto com a comunidade**.

Os profissionais responderam que de alguma forma a escola realiza atividades em conjunto com a comunidade, mas que na maioria das vezes se limita a participação em eventos e comemorações, por parte das famílias.

> A articulação escola-comunidade é necessária se considerarmos que a formação de sujeitos na escola do campo requer o andar junto entre as necessidades do grupo e a educação formal. No contexto do campo, a população precisa sentir-se inserida no processo de construção da proposta pedagógica, tendo em vista que a escola do campo é parte da comunidade e, como tal, deve ser pensada para o seu fortalecimento, não como um modelo impositivo, pensado de fora para dentro. Sob esse ponto de vista, os professores que atuam nesses espaços precisam de formação específica, a fim de qualificar seu trabalho e contribuir para a formação das crianças e jovens do campo de modo diferenciado (Copatti e Callai, 2018, p. 233).

Algumas ações desenvolvidas em conjunto foram citadas para além da participação dos eventos, mas podemos inferir que os profissionais anseiam por parcerias mais concretas com a comunidade. As respostas foram organizadas em diferentes categorias.

Um grupo de 3 profissionais citou que não existe parceria ou realização de atividades em conjunto com a comunidade, embora tenham mencionado a participação se limita aos eventos da escola.



Um grupo de 7 profissionais, considera que a escola tem parceria com a comunidade, citando a participação em eventos, palestras e datas comemorativas como exemplos da parceria entre escola e comunidade. A seguir explicitamos as respostas citadas nesse contexto foram:

Geralmente ocorre nas atividades festivas e projetos: como a festa das mães, festa junina, colação de grau das crianças e das turmas do 9º ano (P01);

Sempre que se realiza atividades festivas e projetos sociais e de saúde, a comunidade é convidada a fazer parte e comparecem em grande número (P05);

Vários projetos pedagógicos contam com a participação das famílias, como datas comemorativas, aula passeio etc. (P06);

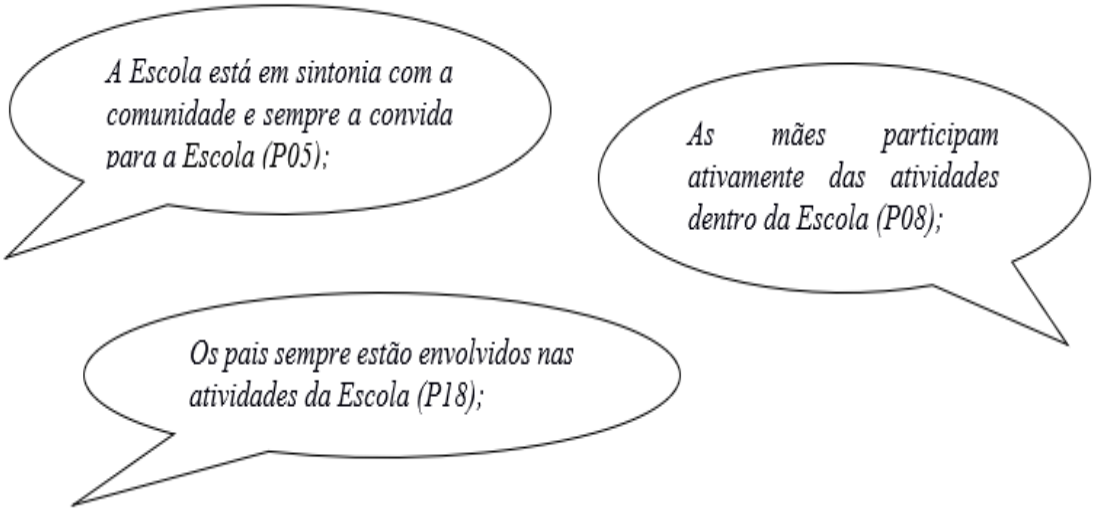
Existe sim. A comunidade participa de todas as atividades comemorativas. Sempre é feito eventos para toda a comunidade na escola, não só para os alunos (P07);

Já fizemos projetos de combate à dengue, água, lixo e muitos outros tópicos com grande participação da comunidade (P13);

De várias formas, tais como: palestras, feira de ciências, reuniões bimestrais para amostra de resultados e assinaturas dos boletins e reuniões com órgãos como Conselho Tutelar (P19);

Nas reuniões de pais e mestres, palestras de variados temas, comemoração do dia das mães. Nas apresentações de culminância de alguns projetos escolares, desenvolvidos ao longo do ano, festa junina, reunião de conselho escolar (P04, 2019);

Cerca de 3 profissionais responderam que existe a parceria entre comunidade x escola, mas não especificaram de que forma ela ocorre.



Pelos relatos expostos, podemos perceber que a escola convida a comunidade para participar dos seus eventos, mas de que forma a comunidade tem a iniciativa de procurar a escola e fazer proposições em conjunto?

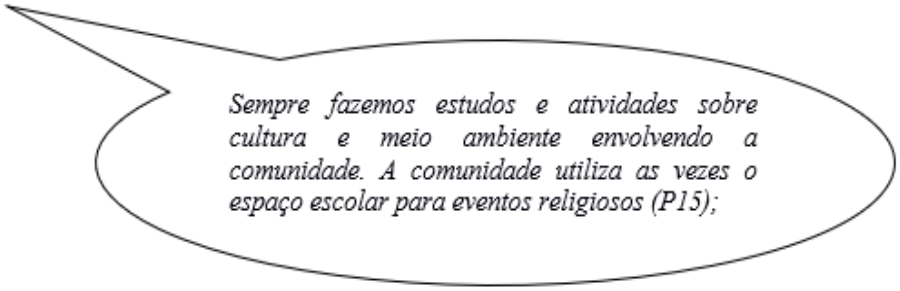
Percebemos também certo desconforto com esse tipo de parceria, limitada apenas a participação em eventos escolares, como podemos perceber na fala de P09 e P22 quando afirmam que: "Existe a participação, mas infelizmente não estamos conseguindo o resultado desejado, uma vez que a comunidade ainda está muito afastada da escola".

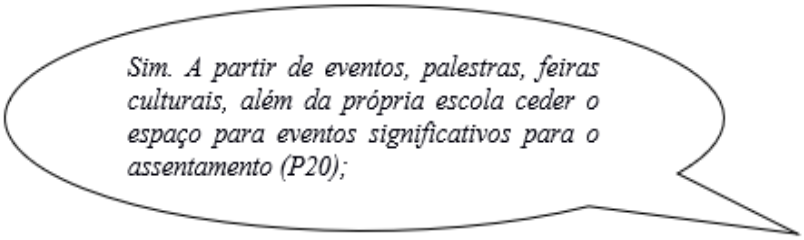
> A gente convida a comunidade para participar dos eventos da escola nas principais datas comemorativas como dia das mães, festas juninas, dia dos pais, dia das crianças e Natal. Aqui a gente faz questão de comemorar o dia nacional da família na Escola, com uma programação específica para esse dia, com o objetivo de promover interação e trazer a família para mais perto da realidade escolar. A Escola também realiza outras atividades de promoção e controle social como reuniões, palestras e visitas nas residências dos alunos, bem como caminhadas de sensibilização sobre o Meio Ambiente. Mas sentimos que a família precisa se envolver mais nas atividades da Escola, para além dos eventos culturais e científicos, e incentivar mais os filhos nos estudos. Tem pais que não estudaram e acham que não é importante o filho estudar também. A Escola precisa ser mais valorizada pela comunidade (P09, 2019).

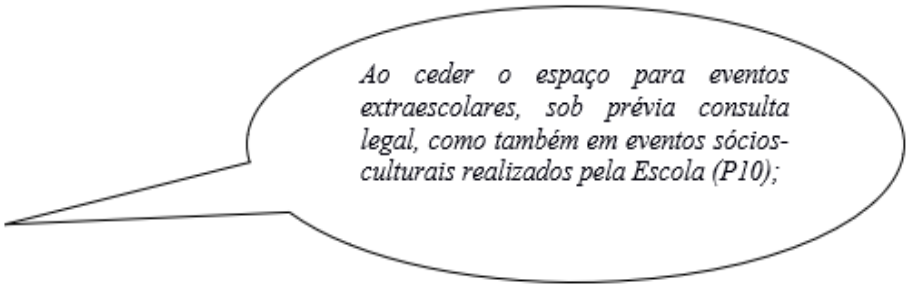
Para além dos eventos foi citado o envolvimento da comunidade com a escola na realização de mutirões dentro da escola, bem como no empréstimo do prédio escolar para realização de atividades da Associação Comunitária e do Grupo de Mulheres "Decididas para Vencer".

> Eu vejo como muito boa a relação da Escola com a comunidade. Os pais são muito participativos e sempre colaboram com as atividades da Escola, inclusive na realização de mutirões, sobretudo os pais das crianças do Mulunguzinho. A Escola tem uma integração muito boa com a comunidade, pois cede o prédio para realização de reuniões e atividades da Associação do assentamento e do grupo de mulheres da comunidade (P16, 2019).

Outros profissionais também citaram a realização de eventos pela escola aberta à comunidade, bem como a cessão do prédio escolar para eventos organizados pela comunidade como eventos significativos para o assentamento, inclusive de cunho religioso. Vejamos os relatos:







Essas falas expressam uma relação mútua de confiança entre a escola e a comunidade, quando as famílias prestigiam os eventos organizados pela escola e quando ela cede o prédio para a realização de eventos locais. Dessa forma podemos considerar o ambiente escolar para além de um espaço educativo, mas de socialização das famílias.

É preciso desenvolver projetos e ações educativas em conjunto, com todos colaborando, desde o surgimento da temática até sua execução. Entretanto, consideramos que escola e comunidade precisam estreitar as relações, para além da participação e promoção de eventos.

Durante a pesquisa de campo, percebemos que esse envolvimento com a comunidade não ocorre da mesma forma nas três escolas, percebemos um envolvimento maior entre escola e comunidade na Escola Municipal Deusdete Cecílio de Araújo (EMDCA), através do desenvolvimento de ações, para além de eventos escolares, com a participação do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer (GMDV) em parceria com a escola.

A seguir apresentamos dois depoimentos de profissionais que enalteceram a parceria da escola com outras instituições existentes no assentamento, sobretudo com a Unidade Básica de Saúde (UBS), no desenvolvimento de ações educativas de saúde e qualidade de vida benéficas para toda comunidade.

> Em parceria com a equipe da UBS realizamos algumas palestras e eventos educativos de prevenção à saúde, como caminhadas e palestras. As caminhadas com panfletagem sobre o combate ao mosquito Aedes Aegypti e prevenção à dengue são realizadas anualmente em alguma das comunidades atendidas pela escola. Os alunos constroem cartazes e panfletos para as caminhadas. As caminhadas são realizadas nas comunidades Hipólito I, Hipólito II e Espinheirinho, que são as mais próximas da escola. Às vezes, por questão de transporte escolar também não podemos ir para as comunidades mais distantes, que tem alunos também. São 06 comunidades, mas a gente faz sempre nessas mais próximas. O pessoal da UBS vem também à escola realizar palestras sobre a prevenção da saúde, na qual convidamos os moradores das comunidades para participar. Foi realizada recentemente uma palestra com apresentação teatral para as mães sobre prevenção do câncer durante o outubro rosa (P09, 2019).

> Temos parceria com o setor de saúde da comunidade, através do PSE que é o programa de saúde na escola, que é ministrado por um morador daqui que trabalha como agente comunitário de saúde. Ele vem fazer o acompanhamento das crianças diretamente na escola, com vacinação, pesagem e medição da altura delas. Na comunidade ele realiza serviços de enfermagem e controle de hipertensão. Muitos eventos que realizamos são abertos para participação da comunidade, a exemplo da GIDEC (P17, 2019).

As citações anteriores nos revelam a importância da parceria existente entre a escola e a UBS, desenvolvendo ações educativas de saúde de forma conjunta envolvendo a comunidade. Mas a análise das diferentes citações mostra que o destaque maior se limita realmente a questão dos eventos, necessitando de um projeto mais amplo que envolva escola e comunidade.

Defendemos que a parceria entre escola e comunidade precisa ser ampliada, para além da realização de eventos, mas é algo que depende não só da escola. Está muito relacionada ao protagonismo da comunidade onde a escola está inserida, como demonstrado no estudo apresentado a seguir.

Situação oposta as escolas de Mossoró, encontramos em Santos (2012), que desenvolveu pesquisa sobre a construção da sede e elaboração da proposta pedagógica da Creche Espaço da Alegria em 2007, localizada no Assentamento Santa Agostinha, encravada no Território da Cidadania do Sertão do Apodi, no município de Caraúbas/RN.

A construção desse espaço educativo partiu da mobilização da própria comunidade, em parceria com o poder público municipal. A proposta pedagógica da referida creche é voltada para educação do campo, contextualizada com as demandas do campo no semiárido brasileiro, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O estudo mostra o protagonismo da comunidade nas ações educativas, desde a construção da unidade até o seu funcionamento. Isto porque "A intenção da proposta é fazer da gestão escolar uma instância coletiva de participação com sujeitos encarregados de debater o tema da educação no Assentamento" (Santos, 2012, p. 200).

> De início, a Associação definiu em Assembleia pela constituição de uma comissão de acompanhamento do projeto de implementação da Creche, constituída por três pessoas, para fins de acompanhamento e tomada de decisões acerca das ações efetivadas (Ibid., p. 200-1).

O estudo ainda mostra que:

> A proposta pedagógica tenta aproximar as práticas sociais reais às particularidades da proposta curricular, vinculando-as às características socioculturais da comunidade onde a escola está inserida, bem como as necessidades e expectativas da população atendida. A ausência, inicial, do livro didático centra o foco da aprendizagem na prática, voltando-se para as experiências que as crianças têm dentro e fora da sala de aula. A ideia é aproveitar a experiência concreta das crianças, para facilitar a transferência e articulação do conhecimento produzido, ampliando sua visão de mundo e capacidade de agir sobre a realidade (Ibid., p. 203-4).

Voltando para a pesquisa desta tese, perguntamos aos alunos, se na opinião deles, **consideram que a escola leva em conta estar localizada num assentamento rural no seu planejamento** (quadro 9).

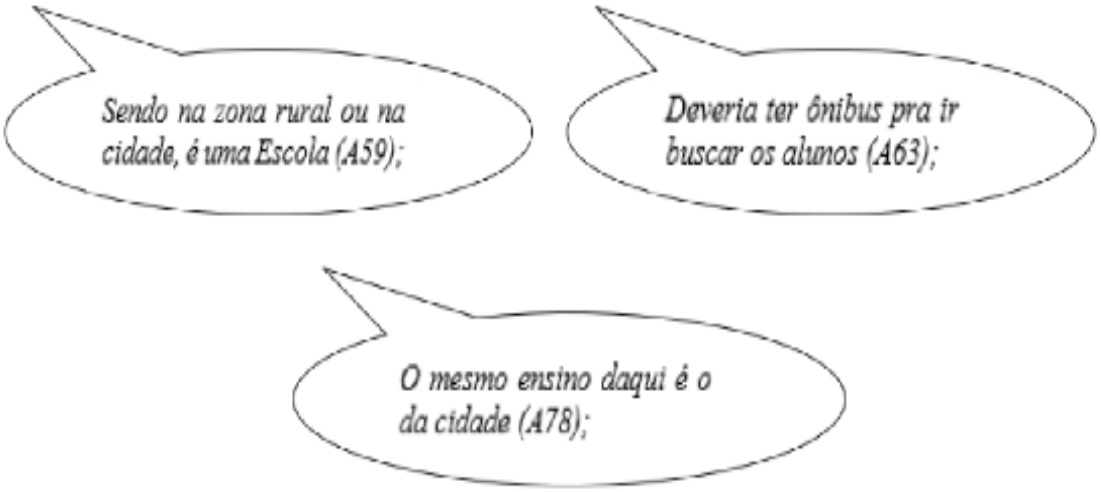
A grande maioria dos alunos deixou a resposta em branco, cerca de 62%; dos que responderam, 15% dos alunos disseram que sim; e 23% disseram que não. Um número reduzido de alunos justificou sua reposta, expostas a seguir.

Quadro 9 — Opinião dos Alunos sobre a Escola levar em conta a Realidade do Assentamento no Planejamento

P	OPINIÃO DOS ALUNOS ENTREVISTADOS
A02	A Escola costuma fazer atividades lá fora e brincadeira no campo, ao ar livre
A13	Sim, com o intuito de ensinar as crianças da comunidade
A16	Sim, porque se importam com o ensino
A28	Sim, temos o direito de termos uma escola perto de onde moramos
A31	Fazemos pesquisas em grupo nas casas dos moradores
A40	Sim, porque o ensino é mais fácil que na cidade
A52	Sim, eles sabem que na Escola existe a falta de estrutura
A66	A Escola pensa no melhor para os alunos que estudam na escola de assentamento
A71	Sim, durante as aulas os professores falam muito de plantação
A82	Sim, com os projetos e trabalhos que eles passam para explorar mais onde vivemos

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Do grupo de 23% dos alunos que responderam que a escola não leva em conta a realidade do assentamento para o desenvolvimento de suas atividades, apenas 3 justificaram sua resposta, expressando o seguinte:



De maneira geral podemos dizer que a pesquisa revelou que o tema reforma agrária não é trabalhado diretamente nas escolas, mas devemos analisar a situação conectada com outras questões mais amplas. É preciso refletir sobre essas questões, para não cair no discurso de culpabilização apenas dos professores por não tratarem diretamente à temática reforma agrária na escola.

> Verificam-se, nos últimos anos, várias conquistas no intuito de melhorar a qualidade da educação no campo, porém ainda são muitas as lacunas no sentido de tornar mais significativa a educação para as populações camponesas. A formação de professores para atuar nestes espaços constitui um dos avanços necessários, além da construção de um currículo escolar específico ao atendimento dos estudantes inseridos nessa realidade (Copatti e Callai, 2018, p. 236).

Essa questão se inicia nos cursos de formação de professores tanto na área de educação como na formação das áreas específicas. Será que é dado a oportunidade ao docente em formação, desenvolver ações e práticas educativas nas escolas do campo? Ou será que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são voltadas apenas para as escolas localizadas nas cidades? Quantos cursos de licenciatura oportunizam aos professores em formação, realizar seus estágios supervisionados em escolas do campo por exemplo?

Acreditamos também que a realização da nossa pesquisa despertou no ambiente escolar o interesse de desenvolver estudos e pesquisas futuras sobre o tema da reforma agrária, como podemos visualizar a seguir no depoimento da P21 durante o encerramento da Feira do Saber da EMSR.

> Hoje pela manhã tivemos uma reunião de equipe e estávamos falando do seu trabalho aqui na escola. Nossa comunidade é uma comunidade de assentamento, porém descobrimos com a sua pesquisa que os alunos não têm muita noção do processo de reforma agrária. Essa foi uma descoberta nova pra gente. Nós achávamos que, por serem filhos de assentados, a maioria aqui veio desse processo de reforma agrária e assentamento, aí a gente achava que eles tivessem uma noção melhor do que é realmente essa realidade do assentamento rural. Isso despertou essa reflexão na gente e vamos fazer um trabalho, no sentido de esclarecer e conversar para ter essa compreensão do que é a questão do movimento da reforma agrária tão importante e necessária para o nosso país. A gente tem famílias que estão aqui desde o começo e aí talvez nessas famílias, os pais saibam o que é o processo de reforma agrária, mais do que os alunos. Talvez pra vocês fica uma tarefa, de chegar em casa e conversar com as mães e os pais, principalmente aqueles que vivem aqui a mais tempo, e perguntar pra eles como foi o processo de assentamento. Como eles vieram para cá, como eles chegaram e como foi essa luta, que já vem sendo feita desde algum tempo atrás. Como eles participaram do desenvolvimento desse assentamento rural. Então vocês têm essa tarefa e nós enquanto escola vamos pensar numa atividade a desenvolver, para que desperte, porque nós já trabalhamos aqui na escola, já tivemos alguns projetos sobre a história, no qual eles resgatavam um pouco dessa questão da pertença ao campo. E aí não sabíamos que essa noção de reforma agrária e divisão de terras não estava presente na cultura local. Seu trabalho despertou pra gente isso e aí a gente vai pensar numa possibilidade de proposta para trabalhar a temática da reforma agrária em nosso planejamento no próximo ano, de modo a suprir essa falta. Porque como fruto do movimento de assentamento, eles têm que ter essa noção (P21, 2019).

O relato acima deixa claro que a escola não costumava incorporar a temática da reforma agrária no planejamento de suas atividades, talvez pela equipe de profissionais acreditar que, em se tratando de alunos filhos de assentados, a temática já fosse bem esclarecida entre eles como justificou o P21. Mas pelo menos, a equipe demonstra abertura para incorporar a temática nos futuros planejamentos.

Defendemos que, mesmo que a temática reforma agrária seja bem problematizada pela comunidade, e muito discutida pelas famílias, a escola não pode se furtar de realizar este debate, pois a escola deve permanecer atrelada a realidade em que está inserida, contribuindo para formação cidadãos críticos. O tema reforma agrária deve ser mais trabalhada em todas as escolas, do campo e da cidade, mas naquelas que estão localizadas nos assentamentos rurais, o enfoque ainda deve ser maior.

No capítulo a seguir, vamos discutir sobre o conceito de juventude rural, investigando quais os anseios desses jovens do campo, em relação ao futuro, principalmente no tocante a aspirações de estudo e trabalho no campo.

2 COMO TODO SER HUMANO, AS PESSOAS DOS ASSENTAMENTOS DEVEM TER A OPORTUNIDADE DE ALCANÇAR SEUS SONHOS

2.1 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE RURAL

O conceito de juventude é marcado pela complexidade em sua definição. Fazendo um breve histórico da utilização desse conceito, Castro (2012) afirma que a definição do termo juventude não é homogênea. Segundo a autora, diversos estudos e autores apontam para pluralidade e complexidade que envolve a definição desse conceito, não havendo, portanto, consenso em sua definição adota por diferentes organismos nacionais e internacionais.

A autora evidencia a faixa etária de 15 a 24 anos, acatada por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como sendo parâmetros de idade para considerar a juventude.

> O corte etário de 15 a 24 anos, adotado por organismos internacionais procura homogeneizar o conceito de juventude com base nos limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e nos limites máximos de término da escolarização formal básica (ensino básico e médio). O recorte de juventude com base em uma faixa etária específica é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto (Ibid., p. 439-40).

De acordo com Castro (2012, p. 439-40): "A classificação que define jovem mediante limites mínimos e máximos de idade é amplamente discutida. [...] O recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala e a definição de públicos-alvo de políticas públicas".

> Contudo, outra leitura comum atravessa o debate sobre juventude: juventude como um período da vida, uma transição para a vida adulta. Juventude é uma categoria transitória e, como experiência individual, como identidade social ou, ainda, identidade política ela pode assumir contornos mais perenes. O peso da transitoriedade aparece como uma "marca" recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos (Ibid., p. 440).

No Brasil, os estudos sobre juventude ganham enfoque a partir da década de 1990, pois anteriormente predominava a categoria estudante, destacando uma mudança de paradigma, como sinaliza Castro (2016):

> No Brasil, juventude e políticas públicas como tema investigativo alcança maior visibilidade nos anos 1990, recebendo grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que sofre alteração em seu paradigma conceitual. A partir de então, os enfoques se multifacetaram e permitem hoje uma densidade de análise em forte diálogo com a diversidade da população jovem brasileira. E o processo de visibilidade acadêmica ganhou contornos mais dialógicos com a intensificação e ampliação de processos organizativos nos partidos políticos, movimentos sociais, e em uma infinidade de formas de organização política e cultural, seja em organizações políticas que, em sua trajetória, não reconheciam o tema, seja na presença cada vez maior de organizações de jovens não circunscritas às chamadas formas representativas "tradicionais". Assim, a partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional: a juventude como categoria de identificação política (Ibid., p. 194).

> [...], juventude e políticas públicas, como tema investigativo, no Brasil, alcança maior visibilidade nos anos 1990 e experimenta um grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que seu paradigma conceitual é alterado. Observa-se o processo de distanciamento da dicotomia substantivada "juven-

> tude problema/juventude solução" para uma maior diversificação de leituras. Convivem desde perspectivas que reificam esse antigo paradigma (juventude problema/solução), até as que centram a análise no caráter transitório da condição juvenil, ou ainda as que revisitam as teorias geracionais. Especialmente a partir dos anos 2000, ganha força no debate o reconhecimento da categoria como sujeito demandante de direitos sociais (Ibid., p. 196).

Porém a visibilidade nacional para o tema, só vai ocorrer anos depois, após a institucionalização de setores específicos pelo governo federal, criando políticas públicas específicas para os jovens, como:

> A construção de uma institucionalidade, implantada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, foi um marco para as políticas públicas de juventude. Sendo que as conferências de juventude se configuraram como importantes espaços de efetivação dessa visibilidade e disputa de agendas (Ibid., p. 194-5).

Mas afinal, o que define a juventude? Somente a idade? O ciclo de transição biológica? A forma de se organizar ou se comportar? O local de moradia? A escolaridade? A inserção no mundo do trabalho? Ou seria a convergência de todos esses fatores?

> Este não foge à regra e, também, desde cedo, defronta-se com questões que o forçam a procurar diferentes formas de se posicionar e refletir sobre sua condição juvenil. Essas diversidades são reforçadas quando analisadas sob uma perspectiva ligada à educação (Menezes, 2014, p. 33).

Como vimos, essa definição não é tão simples, pois, existem vários conceitos de juventude, ancorada em critérios diversos. O mais usual está relacionado à faixa etária de transição da adolescência à fase adulta. O conceito de juventude é marcado por grande complexidade, pois não há consenso de uma definição única para a idade dos jovens, mas existe a tendência de que este período esteja sendo ampliado. Vejamos:

> Se tratarmos os jovens sob a orientação da idade cronológica vamos nos deparar com diferentes critérios balizadores. No Brasil o IBGE classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos. De acordo com o IPEA (2009) desde 2005 tem se envidado esforços que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diversos ministérios,

> no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades da juventude, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 9).

> Pra se desenvolver um trabalho adequado à realidade dos jovens rurais é preciso ir além das definições teóricas de juventude e entender as preocupações práticas que elas apresentam, para aí sim podermos desenvolver projetos adequados às suas necessidades (Ibid., p. 9).

De acordo com Menezes (2016, p. 198): "Sabemos que o jovem do campo, ainda é um sujeito difícil de ser discutido, tendo em vista sua complexidade sociocultural e sua pouca representatividade nas pesquisas no que concerne a suas dinâmicas culturais e sociais".

Retomando o pensamento de Castro (2012, p. 440): "Podemos afirmar que juventude é uma categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e a transformação social".

> Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder (Ibid., p. 441).

> [...] em trabalhos sobre a "família camponesa", o termo individualizado "jovem camponês", ou simplesmente "jovem", vem sendo acionado com frequência para designar filhos de camponeses que ainda não se emanciparam da autoridade paterna – geralmente solteiros que vivem com os pais (Ibid., p. 441).

Dessa forma, a juventude seria vista apenas como "uma condição transitória da vida"? E em se tratando da juventude rural, como anda as condições de vida dessa faixa etária da população? E o mais importante, quais são os anseios e projetos de vida dos jovens que vivem no campo?

> Assim, esse processo identitário configura distintas respostas organizativas que precisam lidar com a representação social e política da juventude. E nesse amplo universo da categoria juventude temos aqueles que se identificam como rurais ou do campo (Castro, 2016, p. 199).

"Os estudos sobre juventude são emblemáticos, especificamente sobre jovens rurais são mais recentes e trazem constantes desafios frente às especificidades desta categoria" (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 3).

> Reconhecemos que existem diversos traços culturais distintos entre a juventude rural e que desvendá-los além das aparências é um desafio para outro estudo, dadas a complexidade e diversidade de comportamentos e códigos apresentados por esta categoria (Ibid., p. 9).

> Em suma: para nós os jovens rurais são os filhos dos agricultores que são pequenos proprietários e que comandam o processo produtivo. O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai. Acreditamos que ao analisar nossa pesquisa de campo poderemos caracterizar melhor a estratificação dos jovens pesquisados, ou refutá-la (Ibid., p. 10).

A relação das categorias juventude e projeto de vida foram pesquisadas por Alves e Dayrell (2015) com alunos do ensino médio de uma cidade mineira, que apontam discussões contemporâneas importantes acerca da juventude.

> A noção de projetos de vida é utiliza neste trabalho em uma perspectiva ampla, não se limitando às escolhas profissionais. Isso porque falar em projetos de vida não pode se limitar a falar em profissão. Afinal, a vida não se resume a trabalho. [...] A pesquisa concluiu que, embora sejam distintos os modos como os jovens organizam suas condutas futuras, o desejo de "ser alguém na vida" é uma orientação comum à maioria dos sujeitos investigados (Ibid., p. 375).

Segundo Oliveira, Rabello e Feliciano (2014), os jovens, na perspectiva dos Movimentos Sociais, sobretudo no MST, são vistos como:

> [...] enxerga nos jovens parte importante das lutas no campo, pois, os jovens além de possuírem demandas específicas na luta também são parte da família que trabalha no campo e integra diversos outros alvos da luta, sendo que, eles são os verdadeiros herdeiros do trabalho na terra, aqueles que permanecerão nela sucedendo seus pais. Portanto, os movimentos têm se preocupado também com este processo de saída dos jovens do campo, e tem atuado no sentido de criar condições de favorecer a reprodução social dos jovens, além de trabalhar no sentido de ajudar os jovens a voltarem a ter o sentimento de pertencimento a comunidade (Ibid., p. 143).

> Nessa perspectiva, entende-se que para o MST, a educação coloca-se como elemento libertador na construção de autonomia social para os jovens do campo além de se configurar como um artifício para (re)afirmar sua identidade de classe (Ibid., p. 144).

Paulo (2010), realizou pesquisa com jovens, sobre o processo de construção da identidade dos jovens rurais, na relação com o meio rural e urbano, tendo como lócus de pesquisa duas escolas de ensino médio do município de Orobó no Agreste de PE, sendo uma escola localizada na zona urbana e outra escola localizada num distrito da zona rural. Para a autora, o jovem do campo se caracteriza por:

> Na vivência cotidiana nas escolas estudadas, uma das necessidades é demarcar a diferença entre quem é do *sítio* e quem é da *rua,* como meio através do qual se des-legitimam comportamentos, formas de falar, vestir, pensar (Ibid., p. 185).

A relação das categorias juventude rural e projeto de vida foram pesquisadas por Alves e Dayrell (2015), com alunos do ensino médio de uma cidade mineira, que apontam discussões contemporâneas importantes acerca da juventude.

> Sendo assim, quando falamos da juventude e seus projetos de vida, ponderar os elementos das condições estruturais e conjunturais que compõem o campo de possibilidades e as condições subjetivas que estão postas na dimensão individual é fundamental para não cairmos na tentação de assumir, por um lado, o discurso neoliberal que responsabiliza única e exclusivamente o sujeito pelo seu destino, levantando bandeiras do tipo "basta querer que você vai conseguir". Ou, em outro extremo, para não adotarmos uma posição pessimista e determinista do tipo "tem jeito não, quem nasceu para ser mula nunca chegará a cangalha". Em outras palavras, se, por um lado, há quem atribua toda a responsabilidade dos projetos ao indivíduo, por outro, há quem o veja como um incapaz, um fracassado, que nunca vai ser alguém na vida. Ambas as posições desconsideram que as condições socioeconômicas em uma sociedade capitalista podem ser um comprometedor na elaboração dos projetos e que nem sempre basta querer. Tais condições podem, sim, produzir efeitos perversos, ceifar sonhos individuais e comprometer o próprio desenvolvimento social, por não oferecer igualdade de condições e oportunidades e por não proporcionar a todos o mesmo ponto de partida (Ibid., p. 380).

Mas devemos ir além desse discurso de que o jovem do campo é desinteressado pela vida rural. Esse desinteresse certamente está relacionado as precárias condições de vida existentes no campo, gerando no jovem a falsa ideia da "vida mais fácil" na cidade.

> Entendemos que não há um único modo de ser jovem, uma vez que este é influenciado por suas experiências, história e práticas espaciais. Todavia, ser jovem também está ligado a essas influências, as quais permitirão ao indivíduo exercer sua juventude de um modo ou outro. O jovem do campo que desde cedo se defronta com questões ligadas às dificuldades de acesso à terra, às expectativas em relação à produção familiar e ao esforço nas atividades agrícolas, por exemplo, tem marcas em sua forma de pensar e agir diferentes daquelas do jovem que mora na periferia urbana (Menezes, 2014, p. 33).

A juventude rural também é marcada pela "precariedade das condições de vida, pois [...] as dificuldades de viver no campo (de acesso a bens e serviços) e o trabalho no interior da família" (Paulo, 2010, p. 113).

> Assim, na análise do cotidiano, foi possível compreender a heterogeneidade das situações juvenis no meio rural, observando que a família exerce influência, mas não determina as escolhas dos jovens e que é olhando o outro, que pode estar na própria comunidade ou na própria família, que esse jovem reflete sua própria condição (Ibid., p. 134).

Se fosse destinada para o campo, políticas públicas que proporcionassem melhores condições de acesso a saúde, educação, renda e lazer, o campo teria melhores condições de vida, certamente o jovem teria um desejo maior de ficar no campo.

> Mais recentemente, no final da década de 1990 e início do século XXI, a "juventude rural", os "jovens camponeses", os "jovens agricultores familiares" ganharam impulso como temas privilegiados em diversas pesquisas. Os jovens são fortemente associados à "migração", mas, nesse caso, menos como estratégia familiar, e mais como um "problema" de desinteresse pela "vida rural", gerando uma descontinuidade da "vida no campo" e da produção familiar. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos jovens, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno (Castro, 2012, p. 441).

> No entanto, a percepção, quase trágica, do total desinteresse dos jovens pelo campo é confrontada por manifestações de organizações de juventude rural, cada vez mais presentes no cenário nacional. Juventude é hoje uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam nos movimentos sociais do campo. Nos anos 2000, observamos um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais – como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) – quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil – como

> o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Organizações já consolidadas também ganharam visibilidade, como a Pastoral da Juventude Rural. A maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa. Portanto, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento (Ibid., p. 442).

Na citação anterior, a autora ressalta que é cada vez maior o número de jovens que passaram a integrar a base de movimentos sociais relacionados ao campo, contribuindo para redução desse "desinteresse" do jovem permanecer no campo. Esse aparente "desinteresse" deve ser problematizado à luz das condições de vida que a maioria das pessoas do campo vivem.

Nos estudos de Menezes (2016, p. 179), a autora aponta: "Nesse sentido, é importante lembrar que as possibilidades de inserção social do jovem também estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que lhe são disponibilizados".

Recentemente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou o Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Dentre os assuntos abordados pelo relatório está a dificuldade de conclusão do ensino fundamental por jovens estudantes. Embora tenha ampliado o número de matrículas no Brasil, alguns jovens desistem no meio do caminho, identificando que:

> O acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos não foi universalizado até 2016, como preconiza a Meta 3 do PNE. Com 93% desses jovens frequentando a escola em 2019, o Relatório evidencia a exclusão de cerca de 680 mil jovens da escola e uma melhora lenta do indicador de cobertura dessa população nos últimos sete anos, sem redução expressiva das desigualdades regionais e sociais (Brasil/Inep, 2020, p. 13).

> A dívida histórica da educação nacional com o acesso escolar está marcada pelo grande contingente de jovens, fora da faixa etária de matrícula obrigatória, de 18 a 29 anos, que não possuem a educação básica completa, ou seja, pelo menos 12 anos de escolaridade. As desigualdades de acesso, que historicamente alijaram do direito à educação **as populações do campo** (grifo nosso), das regiões menos desenvolvidas, de cor negra e dos grupos de renda mais baixa, são enfrentadas no PNE em sua Meta 8. Alcançar o mínimo de 12 anos de escolaridade para esses grupos e igualar a escolaridade entre negros e não negros é a meta para 2024. O Relatório mostra que os indicadores da Meta 8 apresentam ritmo relativamente lento de crescimento no período analisado, colocando o Brasil ainda em risco de manter o estoque da dívida educacional com essa população ao término da vigência do PNE (Ibid., p. 14-5).

Essa discussão sobre a desigualdade no acesso à educação se faz necessária, por que vai afetar diretamente a população jovem do campo, pois [...] "a juventude rural é heterogênea, marcando as diferenças por aspectos como gênero, participação no trabalho no interior da família, acesso aos estudos, situação civil e distância da residência em relação à cidade" (Paulo, 2010, p. 8).

Essa reflexão teórica inicial, acerca do conceito de juventude rural, se fez necessária, para que possamos anunciar a relação dos jovens do campo pesquisados na tese, que integram uma parcela do conceito de juventude rural.

> Em nossa pesquisa vamos tratar de uma parcela dos jovens do campo, e não da juventude rural como um todo, pois como vimos anteriormente, o conceito de juventude rural é marcado por uma diversidade de definições. Podemos dizer que existem vários tipos de jovens do campo, que por sua vez, vão formar o conceito de juventude rural, formado por grupos heterogêneos.
>
> O conceito de juventude rural abrange jovens que moram no campo, em áreas de assentamento e áreas não assentadas. Abrange o jovem que estuda e o que não estuda. Existe aquele que trabalha, e o que não trabalha; abrange o jovem que é engajado em movimentos sociais e os que não são engajados em movimentos sociais; abrange os filhos de famílias do campo, que trabalham em atividades agrícolas e não agrícolas.

Com base nas diversas premissas apresentadas por diferentes autores, qual conceito de juventude rural vamos adotar ao longo da tese? Esclarecemos que, em nossa tese, estamos abordando apenas uma parcela dos jovens do campo, e não da juventude rural como um todo, pois como vimos anteriormente, o conceito de juventude rural é marcado por uma diversidade de definições.

> É possível perceber que é na escola que os jovens muitas vezes se identificam pelas formas de vivenciar e interpretar as relações e contradições na sociedade; e produzem uma cultura própria – com estilos, representações, símbolos e espaços próprios – que os distinguem da cultura adulta e lhes garantem uma condição juvenil (Menezes, 2014, p. 34).

A citação anterior, destaca a importância da escola, para identificação juvenil. Como já mencionado na introdução do trabalho, buscamos compreender empiricamente o que pensa uma parcela da juventude rural de Mossoró, formada por jovens do campo que estudam em escolas localizadas em assentamentos rurais no 8º e 9º anos, e são residentes em assentamentos ou comunidades rurais, sendo filhos de famílias residentes no campo, sejam assentados ou não.

2.2 AQUI NÃO TEM TANTAS OPORTUNIDADES QUANTO NA CIDADE

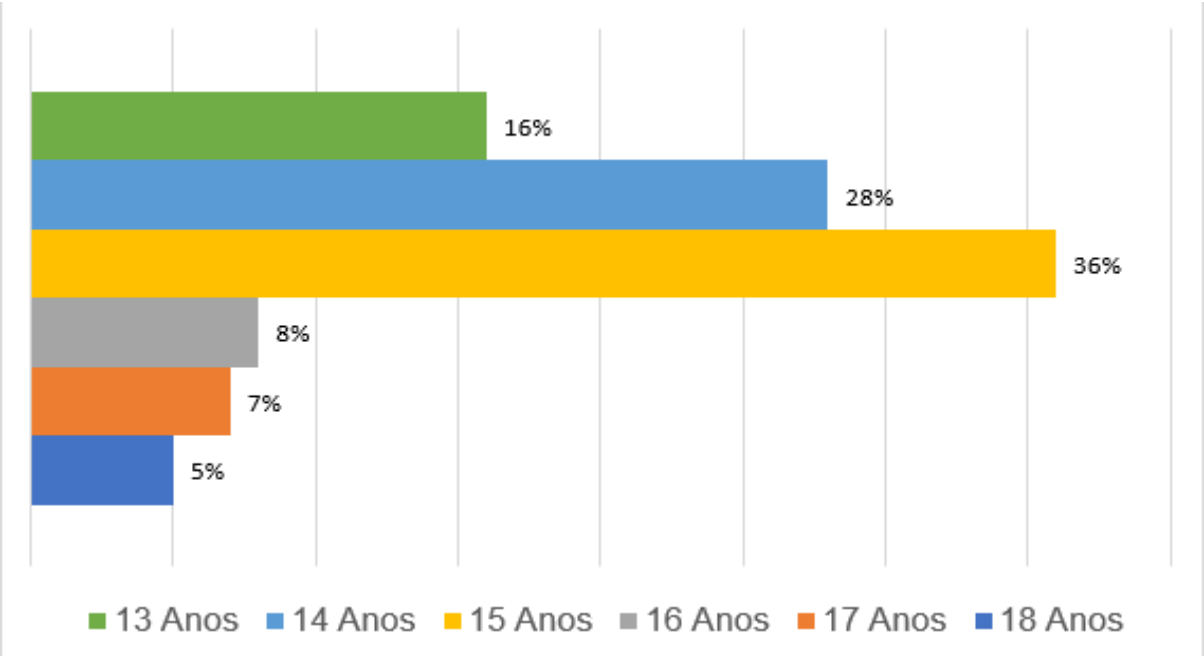
A escola do campo deve ser compreendida como um espaço de autoafirmação dos sujeitos do campo, procurando atender a diversidade deles, de acordo com a realidade social em que estão inseridos. "Sendo [...] na organização de como agir em grupo coletivo, que opera a luta pela superação da condição de desigualdade dos sujeitos do campo" (Santos, 2012, p. 169).

> E, embora reprodutora das desigualdades existentes na sociedade, a escola é também uma autoafirmação do grupo em relação a esta, uma vez que representa uma ideia de futuro, uma perspectiva de pertencimento à comunidade (Ibid.).

Para Menezes (2019, p. 590): "Entendendo o chão da escola como mais um espaço de disputa em que os povos do Campo precisam se firmar e se (Re)pensar enquanto sujeito de sua existência".

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada com 85 jovens estudantes, matriculados no 8º e 9º anos, de escolas localizadas em assentamentos rurais de Mossoró. Sobre o sexo desses alunos entrevistados, 51% se declararam do sexo masculino; 48% do sexo feminino; e 1% se declarou não-binário (gráfico 4):

Gráfico 4 — Idade dos Alunos Entrevistados na Pesquisa.



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

A partir da análise do gráfico 4, podemos observar que a idade dos alunos entrevistados variou de 13 a 18 anos. Sendo que a maior parte dos alunos, ficou na faixa etária dos 14 aos 15 anos, com respectivamente 28% e 36%, idade escolar adequada para conclusão do Ensino Fundamental.

Contudo, quando somamos o percentual de alunos que possuem entre 16 a 18 anos representa 20% do total, revelando que ainda existe um relativo descompasso entre a idade x série escolar, tendo em vista que aos 16 anos os jovens já deveriam estar cursando o ensino médio.

Essa realidade demonstra que as políticas educacionais ainda precisam avançar no atraso na escolarização e na distorção idade -série:

> A distorção idadesérie é considerada a partir de dois ou mais anos de atraso na série escolar correspondente à idade do estudante, provocado por repetências e ou evasões às vezes sucessivas. Levando em conta que o atraso dos estudantes no processo educacional representa insucesso para o estudante e perda de investimento de recursos e pessoal destinado à educação, e que repercutirá nos ganhos de produtividade para o País, é importante considerar o custo de oportunidade para o Estado, considerando que cerca de 9,2 milhões de alunos encontramse nesta situação na educação básica (Brasil/CDES, 2014, p. 42).
>
> O atraso na escolarização é acompanhado pela distorção idadesérie, indicador que também aponta desafios e prioridades para aumentar o nível de escolarização. O volume de matrículas com distorção idadesérie representa uma medida de ineficiência no processo educacional. **A tradicional culpabilização do aluno** (grifo nosso) pelo insucesso deve dar lugar ao sinal de alarme acionado por essa medida e que demanda prioridade e investimento pedagógico na busca de melhorar a qualidade do processo e dos resultados educacionais (Ibid., p. 42).

A distorção idade-série gera inúmeros problemas para educação, como por exemplo a não conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, contribuindo para aumentar o contingente de "jovens com escolaridade básica incompleta".

Tratando da proporção de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio, o Relatório das desigualdades na Escolarização no Brasil aponta que: "Somente recentemente ultrapassamos os 50% — ou seja, pouco mais da metade da população de jovens adultos nessa faixa etária possui o ensino médio completo" (Ibid., p. 42).

Acerca do **local de moradia desses alunos entrevistados**, 58% deles responderam que moram em assentamentos rurais; e 42% responderam que moram em sítios ou comunidades rurais localizadas em regiões circunvizinhas ao assentamento onde a escola está localizada. Esse dado revela que a maioria dos entrevistados são filhos de assentados e vivem nos assentamentos rurais.

Perguntamos aos alunos acerca do tempo de moradia no lugar em que residiam. A maioria deles, cerca de 53% responderam que residem no local a mais de 10 anos; 21% responderam que mora no lugar entre 5 e 10 anos; e 26% responderam que residem no local a menos de 5 anos.

Na atualidade, os jovens que moram no campo são marcados por grande heterogeneidade. Como podemos analisar a seguir:

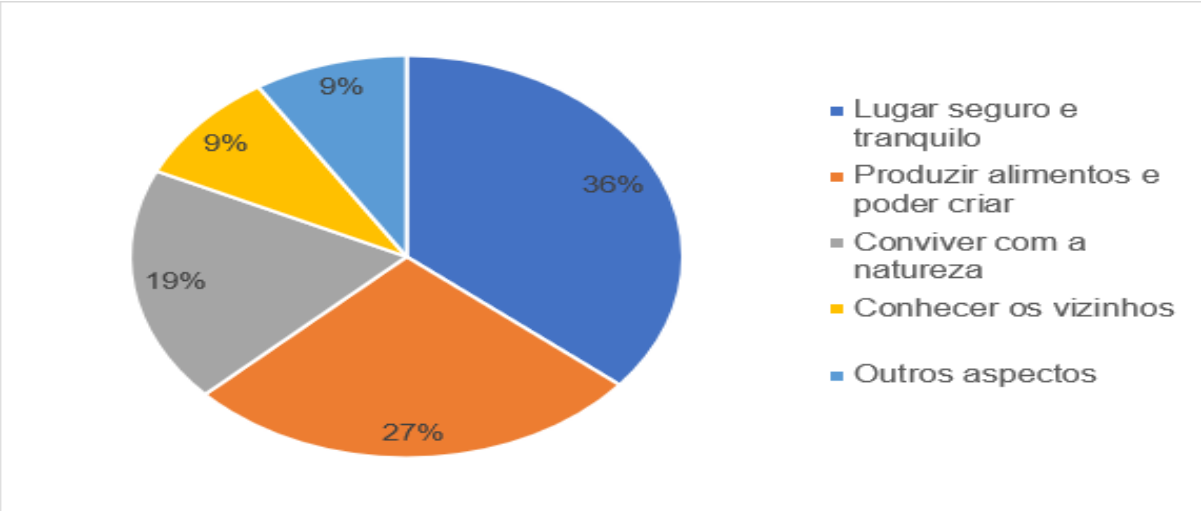
> Apesar de os sujeitos terem em comum o fato de ser jovem e de morar em áreas rurais, são indivíduos que apresentam significativas disparidades, as quais muitas vezes estão relacionadas ao modo de ver e viver a vida, e de ter o direito ou não de exercer sua condição juvenil (Menezes, 2016, p. 198).

Além do tempo de moradia, buscamos compreender o entendimento dos alunos acerca do termo assentamento rural, perguntamos aos mesmos **o que significava para eles morar num assentamento ou comunidade rural, citando aspectos positivos e negativos.**

Tomando por base a resposta dos alunos, organizamos de acordo com as principais categorias apresentadas pelos mesmos, demonstrando os aspectos positivos e/ou negativos de morar num assentamento rural.

Acerca dos aspectos positivos (gráfico 5) de morar num assentamento/comunidade rural, subdividimos as respostas dos alunos nas seguintes categorias: lugar seguro e tranquilo; produzir alimentos e poder criar; conviver com a natureza; e conhecer os vizinhos, além de outros aspectos.

Gráfico 5 — Aspectos Positivos de Morar num Assentamento/Comunidade Rural na Opinião dos Alunos



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Analisando o gráfico 5, podemos afirmar que o principal motivo apontado pelos jovens, diz respeito a ser um "lugar seguro e tranquilo", com 36% do total. Em seguida porque é possível "produzir alimentos e poder criar", com 27% do total. Foi citado por 19% dos entrevistados sobre "conviver com a natureza", 9% citaram como aspectos positivo "conhecer os vizinhos"; e 9% citaram outros aspectos.

A violência também está presente no campo, mas ainda é maior na cidade. Por essa razão, os jovens apontam que um dos aspectos positivos de morar no assentamento é pela questão da tranquilidade em relação a cidade. Mas precisamos estar atentos para a redução das "fronteiras" entre o campo e a cidade.

> Com o ritmo acelerado das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo, que afetam também as noções de rural e urbano e deixam cada vez mais difícil a visualização das fronteiras entre cidade e campo – que vivem distintas realidades culturais e sociais, a juventude do campo torna-se cada vez mais complexa e passível de variedades de recortes analíticos e conceituais (Ibid., p. 173).

A seguir alguns depoimentos citados pelos jovens, que ressaltam aspectos positivos de morar num assentamento/comunidade. Vejamos a seguir:

Aqui tem agricultura e plantio de vários tipos de plantas (A05);

Aqui tem onde trabalhar, tem agricultura e projetos de melão (A69);

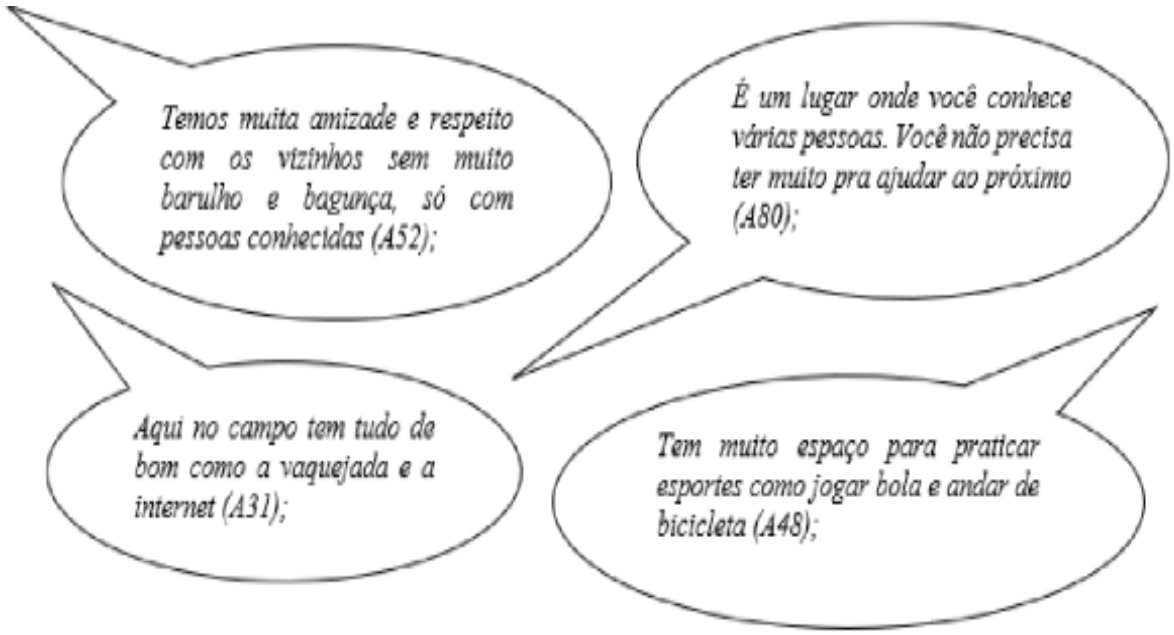
Em comunidades rurais se pode viver melhor, pois tem muita área verde, o que é bom pra quem deseja relaxar (A24);

Não é muito movimentado e barulhento, as pessoas podem sair para fora de casa sem se preocupar com o trânsito e violência (A40);

Porque nossos pais podem plantar e criar (A53);

Aqui é mais calmo e podemos andar sem medo porque o índice de assaltos é mais baixo que na cidade (A03);

Conviver com as coisas da natureza como os animais, respirando um ar puro e limpo, com menos pressa e agitação (A82);



As falas ressaltadas pelos jovens expressam os aspectos positivos de viver no campo, destacando aspectos como a tranquilidade, o contato com a natureza e espaços disponíveis para a prática de esportes ao ar livre. Mas principalmente como um lugar marcado por relações de parentesco e vizinhança, como "um lugar onde você conhece várias pessoas". Podemos assim definir o lugar como sendo "o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experenciado" (Cavalcanti, 1998, p. 89).

"A identidade do lugar permite que as pessoas tenham uma identificação com o mesmo, mas acima de tudo é necessário que o sujeito construa a sua identidade singular" (Callai, 2003, p. 12).

Essas falas ressaltam a importância do conceito de lugar nas pesquisas relacionadas as escolas dos assentamentos rurais. De acordo com Callai (2003, p. 13): "A leitura do lugar, o reconhecimento do que existe, é um passo para a compreensão da realidade".

> Como acreditamos que as espacialidades e o lugar onde as pessoas vivem marcam profundamente suas identidades, essas diferenças e as maneiras de perceber e de se expressar nas diferentes situações cotidianas são marcas importantes demonstradas na forma de pensar dos jovens (Menezes, 2016, p. 198).

Para Santos (2012), a existência de escolas no campo, contribui para que jovens e crianças fortaleçam sua identidade com o lugar, principalmente se a escola adotar uma proposta pedagógica contextualizada:

> O acesso às experiências educativas para as crianças do campo não só responde ao problema do deslocamento inter campo/cidade, ou mesmo, a escassez de escolas desse nível de ensino, uma constante no cotidiano das comunidades rurais. Mas, representa o respeito ao acesso à escola é a permanência na instituição escolar onde vivem, cuja ação pedagógica poderá ser, uma referência para constructos e criação de significados identitários. Entendemos que a identidade pessoal está ligada à noção de identidade do lugar; assim, a composição e a organização do espaço da escola do campo têm importância quando atendem às especificidades das comunidades rurais, uma vez que as crianças, enquanto sujeitos históricos e sociais, são marcados peças características e contradições da realidade em que estão inseridos (Ibid., p. 196-7).

Mas para que a escola possa contribuir para o fortalecimento da identidade do jovem com o lugar, é preciso que ela seja "a geradora de motivações para estabelecer inter-relações e produzir aprendizagens" (Callai, 2003, p. 12).

> Desse modo, pensar a proposta de uma escola capaz de impulsionar o desenvolvimento de indivíduos com formação para novas formas de trabalho no campo, com valores humanistas, sociais e capaz de criticizar os conteúdos torna-se ponto crucial para a educação nos diferentes contextos de campo. Uma instituição de ensino capaz de trabalhar com as múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, artística, corporal, social e ética; sem deixar cair no senso comum (Menezes, 2019, p. 593).

Para Portugal (2013, p. 234) o lugar contém "cenários do cotidiano da vida, afirmando que as pessoas se identificam com os seus lugares se estes mantiverem uma relação com a sua história de vida".

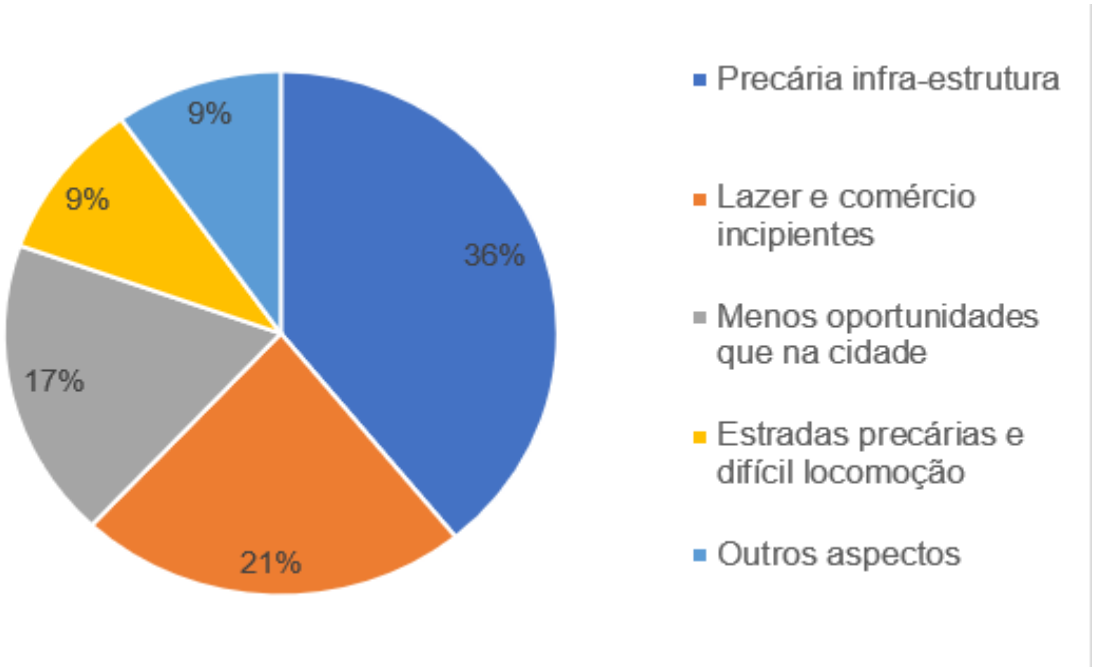
> [...] a identidade rural é construída no cotidiano, ou seja, pertencer a um determinado lugar significa vivenciá-lo, fazer parte do seu contexto é produzir um repertório de modos e saberes interagindo com os outros da comunidade (Ibid.).

A identidade com o meio rural, ressaltada nas citações anteriores também pode ser evidenciada em pesquisa realizada com os jovens do campo no Ponto do Paranapanema (Oliveira, Rabello, Feliciano, 2014) vão afirmar que:

> [...] 69,5% dos jovens declaram que gostam de viver no Assentamento, os motivos apontam para as características do meio rural, como: a qualidade de vida, o sossego, a paz, a tranqüilidade, as amizades, a união e o trabalho de cultivar a terra, ou seja, os jovens vêem na vida no Assentamento elementos positivos que contribuem para a qualidade de vida (Ibid., p. 140).

Acerca dos aspectos negativos (gráfico 6) de morar num assentamento/comunidade rural, subdividimos as respostas dos alunos nas seguintes categorias: precária infraestrutura; lazer e comércio incipientes; menos oportunidades que na cidade; estradas precárias e dificuldade de locomoção, além de outros aspectos.

Gráfico 6 — Aspectos Negativos de Morar num Assentamento/Comunidade Rural na Opinião dos Alunos



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Analisando o gráfico 6, podemos afirmar que o principal motivo negativo apontado pelos jovens, diz respeito ao lugar apresentar uma "precária infraestrutura", com 36% do total. Em seguida pela ausência ou existência precária de "lazer e comércio incipientes", com 21% do total. Outros motivos dizem respeito a "menos oportunidades que na cidade", com 17%; além de "estradas precárias e difícil locomoção" com 9%; além de 9% outros aspectos.

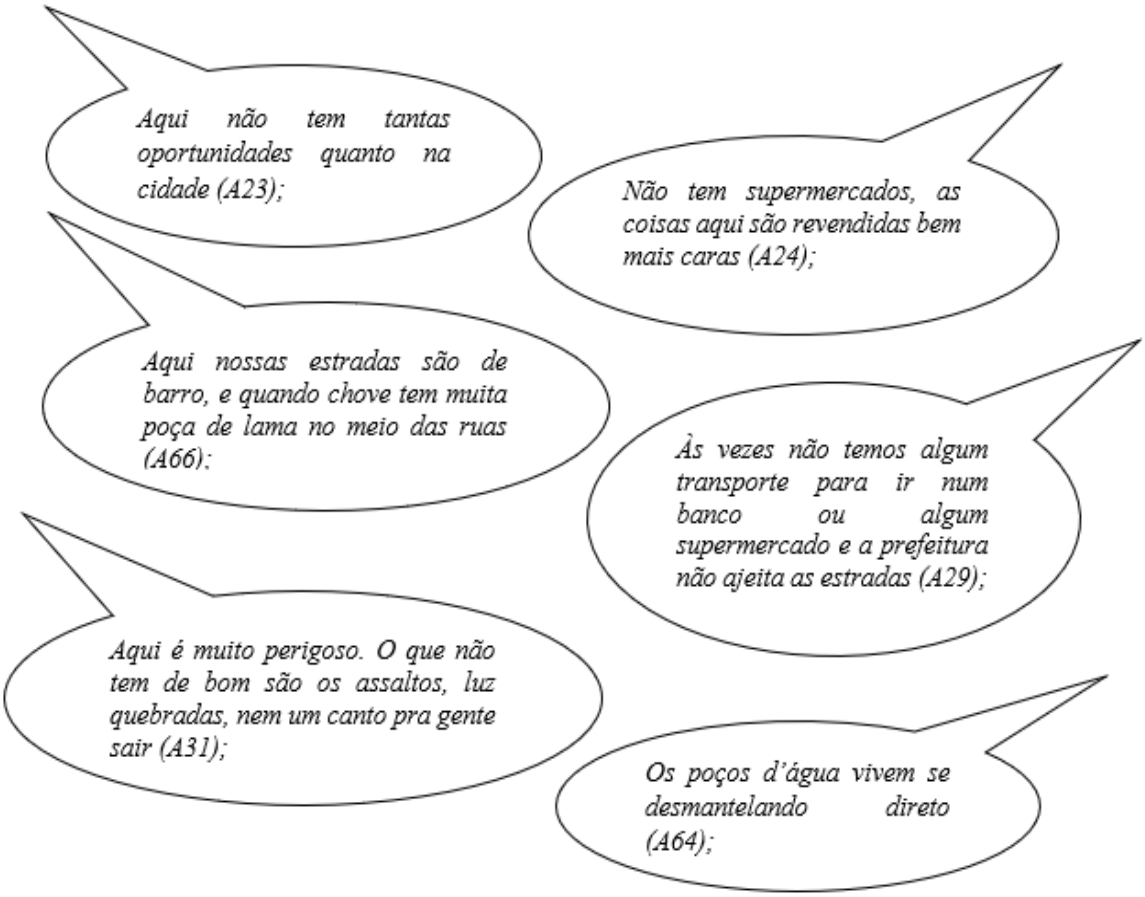
De acordo com cada categoria elencada, selecionamos 02 depoimentos citados pelos jovens, ressaltando aspectos negativos. Vejamos a seguir:

Não tem hospitais e não tem saneamento básico (A78);

É muito ruim o acesso aos hospitais, supermercados e sinal de internet (A59);

Aqui falta lazer, pois não tem muitos lugares pra gente sair e fica muito chato (A58);

Fica longe da cidade e longe de tudo, aqui é mais difícil encontrar emprego, tem menos segurança e não tem posto policial e nem posto de saúde (A49);



As falas ressaltadas pelos jovens expressam os aspectos negativos de viver no campo, destacando aspectos relacionados ao acesso a direitos básicos como a saúde e saneamento básico, além das dificuldades de deslocamento até a cidade para resolver questões relacionadas ao setor terciário, dentre outros aspectos. Com o tempo essas condições vão se tornando pouco atrativas para permanência das pessoas no campo, sobretudo dos mais jovens.

> Nesse contexto, a educação escolar passa a ser um bem simbólico importante apenas para os que podem nutrir esperanças de sair do assentamento e conseguir lá fora um bom emprego. Se situa no plano das expectativas de futuro geracional. Aos que já se sentem condenados a permanecerem na vida do trabalho da roça, não há razões suficientemente fortes (e condições de trabalho favoráveis) para que mantenham uma vida escolar regular ou (re) construam uma relação pautada pela busca em conquistar maiores níveis de escolaridade (Azevedo, 2012, p. 208).

As precárias condições de vida no campo, vão com o passar dos anos "[...], impelindo os jovens (com o apoio dos pais) a buscarem fora dali as esperanças de melhoria das condições de vida" (Ibid., p. 208).

> Portanto, é necessário entender os papéis assumidos pelo campo e pela cidade e, consequentemente, suas complementaridades, as quais se materializam a partir das trocas simbólicas e econômicas que resultam em fluxos de informações e mercadorias. É preciso perceber que o campo e a cidade são espaços com uma grande parcela de pessoas morando em um e trabalhando, estudando, "vivendo" no outro (Menezes, 2016, p. 171).

Todo esse quadro de precariedade material das condições de vida no meio rural contribui para despertar no jovem o interesse em querer sair do campo para a cidade, como aponta a citação a seguir:

> Diante das informações nos questionamos o porquê dos jovens do Assentamento São Bento deseja e aspira nos próximos anos viverem nas cidades da região? Já que veem na vida em comunidade elementos positivos e o lugar próprio para constituir famílias e criarem seus filhos, os Assentamentos apresentam características de uma vida saudável contrapondo a dinâmica da vida nas cidades. Na construção da identidade, se estabelece a disputa como elemento fundamental na compreensão das características destes jovens no Assentamento, pois, embora haja prazer pelo meio rural encontramos a atração pelo meio urbano produzido pela diversidade de opções para lazer, emprego, estudo, o desejo de estar "inserido" socialmente na sociedade e não estar em estado de "isolamento" dela (Oliveira, Rabello, Feliciano, 2014, p. 140-1).

De forma geral, a precariedade das condições de vida no campo são fatores que contribuem para que o jovem queira migrar para cidade, vai além apenas de não se identificar com a atividade agrícola, tem a ver com o acesso precário às políticas públicas destinadas para o campo.

> No mesmo sentido, temos outros olhares sobre a migração, ou como muitos preferem tratar, a circulação, e os significados atribuídos ao campo e a cidade que redefinem identidades sociais da juventude rural hoje. A visão mecânica de uma "atração" dos jovens do campo pela cidade, em que a principal explicação seria o desinteresse pelo modo de vida no campo e, em especial, pelo trabalho agrícola, vem sendo revista. Estudos demonstram que são múltiplas as razões que contribuem para a circulação da juventude rural, que pode ou não representar uma "saída" definitiva do meio rural (Castro, 2016, p. 201).

A precariedade dos resultados das políticas públicas voltadas para o campo vai impactar diretamente na decisão de "ficar ou sair" do campo, fazendo o jovem querer buscar trabalho e renda na cidade.

> Assim, "ficar ou sair" do campo é mais complexo do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude como uma categoria social--chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica (Id., 2012, p. 444).

"Outro elemento importante para a vivência da juventude, reconhecido por muitos estudiosos é o lazer. Assim, os espaços de lazer também são importantes construtores de sentidos" (Paulo, 2010, p. 181).

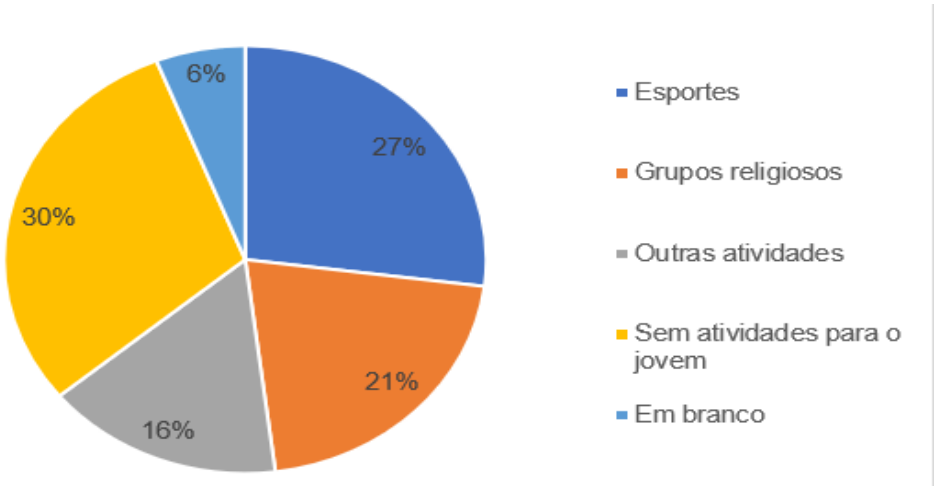
A necessidade de lazer para os jovens nas áreas rurais foi apontada em pesquisa realizada com assentados de Jataí/GO, realizada por Quinteiro (2003, p. 179): "Os jovens têm a expectativa de obter do poder público recursos para ampliar as formas de lazer específicas para eles, e a criação de oportunidades profissionais".

Sobre a importância da existência de espaços e atividades diversificadas, que proporcionem momentos de lazer, para a população do campo, Fernandes (2008, p. 654) afirma:

> [...], sobretudo porque existe nos assentamentos um contingente considerável de jovens e crianças que precisam praticar atividades que proporcionem a diversão, e até mesmo adultos e idosos que trabalham diariamente necessitando de descanso. Além disso, o lazer se constitui num direito social dos cidadãos brasileiros que é garantido na Constituição e que deve ser cumprido.

Com o propósito de conhecer um pouco mais da rotina desses jovens estudantes, perguntamos aos mesmos se **no assentamento/comunidade onde eles moram existem atividades específicas para os jovens** (gráfico 7).

Gráfico 7 — Atividades Existentes para os Jovens no Lugar onde residem.



FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Podemos perceber pelo gráfico 7, a pouca diversidade de atividades específicas para os jovens do lugar, o que afeta diretamente na decisão de trabalhar ou continuar morando no assentamento/comunidade.

Cerca de 30% dos jovens responderam que no lugar onde residem não existe qualquer tipo de atividades específicas para eles, e 6% dos mesmos deixaram a questão em branco.

A atividade mais citada foi relacionada ao esporte, com 27%, merecendo destaque atividades como futebol, corrida e ciclismo; em seguida foi citado grupos religiosos, com 21%, mas não especificaram de qual religião.

Acrescentamos que no momento da realização da pesquisa percebemos que os esportes foram mais citados pelos jovens estudantes do sexo masculino e os grupos religiosos pelas jovens estudantes do sexo feminino. Ressaltamos que apesar dos esportes ter sido citado, não existia quadra de esportes em nenhuma das escolas, na verdade, trata-se de um "campo de futebol improvisado".

Em outras atividades, foi citado por 16% dos entrevistados, o trabalho existente em algumas empresas de melão, mediante o Programa Jovem Aprendiz e a cursos de formação, mas não citaram em qual área.

A falta de atividades específicas para os jovens nos assentamentos e comunidades só reforçam ainda mais a importância das escolas nessas áreas onde estão inseridas, muitas vezes sendo a única opção de escolarização e socialização para o jovem.

> Nessa perspectiva, a escola deve inserir-se na prática social, aproximando-se da vida concreta do educando, mas não se restringindo à realidade imediata deste. Buscando resistir tanto ao papel histórico fundamentado numa perspectiva negativa sobre os povos do campo como também combater uma perspectiva recente sustentada nos parâmetros do neoliberalismo que se estendia também às políticas destinadas à educação (Menezes, 2019, p. 593).

Por essas e outras questões, devemos refletir sobre o significado da escola nos assentamentos rurais, como bem coloca Silva (2014) em pesquisa realizada no Piauí:

> Para além disso, a escola é o espaço onde o povo assentado se encontra, confraterniza, discute (inclusive questões ambientais), comemora conquistas. Configura espaço de organização, mas principalmente de construção de conhecimento e saberes (Ibid., p. 75).

> O que aponta para a escola um papel importante em relação à construção e reconstrução daquilo que representa a cultura dos assentados, como sua história, princípios e organicidade. Logo, a escola manifesta-se como espaço da cultura e da identidade bem como dos demais elementos que envolvem os assentamentos inclusive a natureza (Ibid., p. 75).

"Tais questionamentos demonstram a necessidade de maiores investimentos públicos em serviços comunitários rurais, que contribuem para a permanência dos jovens nos assentamentos" (Souza, 2009, p. 188).

2.3 PORQUE TEMOS OS MESMOS DIREITOS DOS ALUNOS DE LÁ

A pesquisa realizada por Menezes (2014), sobre os jovens do campo de Goiás, vai problematizar algumas questões que também são pertinentes para nossa pesquisa. Na medida em que a autora esclarece:

> Assim, ser jovem na atualidade e ter como cenário a vida no campo e suas recentes transformações é diferente do que era ser jovem nas gerações passadas, pois os problemas e desafios encontrados são outros e a singularidade histórica pela qual estão passando ajuda a estruturar seus projetos de vida de maneira diferente do jovem urbano. Com singularidades em relação à família que, ao mesmo tempo, é unidade de produção e, por isso, deve ser levada em conta em seu projeto de vida, os jovens do campo se articulam para não perderem a comunicação com a família e com os amigos (Ibid., p. 57).

Nesse contexto, perguntamos aos jovens se **quando eles se tornarem adultos, pretendem continuar morando no assentamento ou comunidade que residem atualmente.**

Apenas 21% dos entrevistados responderam que pretende continuar morando no assentamento/comunidade; a grande maioria, cerca de 55%, respondeu que não pretende continuar morando onde reside. Essa questão teve um índice de respostas em branco com cerca de 24% do total.

Do grupo de 21% dos alunos que responderam que pretendem continuar morando no assentamento/comunidade, as justificativas para essa questão foram as seguintes (quadro 10):

Quadro 10 — Opinião dos Alunos que Pretendem Continuar Morando no Assentamento/Comunidade na Vida Adulta

A	RESPOSTAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS
A18	Porque eu gosto de morar em assentamento
A20	Porque morar aqui é muito bom
A25	É muito melhor do que morar na cidade
A33	Porque é bom morar aqui
A35	Não vejo diferença alguma de morar em outro lugar
A38	Eu gosto da comunidade
A40	É um lugar calmo
A46	Porque eu gosto de onde eu moro
A47	Porque aqui é mais calmo
A51	Porque gosto daqui
A53	Acho a comunidade calma
A57	Porque eu quero
A64	Porque quero continuar morando com minha família
A67	Sim, aqui tenho mais chance de arrumar um trabalho que na cidade
A72	Porque gosto daqui
A76	Morar no campo é mais saudável
A77	Porque eu sempre gostei de morar na comunidade
A80	Porque sempre gostei muito daqui

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Analisando o quadro 10 podemos dizer que a maioria das respostas está relacionada a concepção do campo ser considerado um lugar mais "calmo e tranquilo", além do apego à família e à própria comunidade, fazendo com que uma parcela dos jovens se identifique com o lugar onde mora.

"Morar e trabalhar é também, social e culturalmente, o modo pelo qual é possível garantir o pertencimento a uma sociedade local. Sociedade rural, no sentido clássico desse conceito" (Wanderley, 2003, p. 245).

Chamou atenção a seguinte resposta: "Sim, aqui tenho mais chance de arrumar um trabalho que na cidade" (A67). Certamente esse jovem é consciente de que na cidade não é tão fácil "encontrar emprego" como no senso comum é divulgado.

> Aqui, por um lado, ressalta-se a importância da vizinhança e dos grupos cuja integração se alimenta da proximidade e, por outro lado, se estabelece a marca da ruralidade do projeto de vida, distinta do que se pode viver nas cidades, onde morar e trabalhar são vistos como dissociados (Ibid., p. 245).

Estudando sobre o tema, (Castro, 2016, p. 201) conclui: "os jovens querem "o melhor dos dois mundos", quando avaliam o presente e o futuro. Ou seja, desejam a vida do campo com qualidade de vida, atuando em atividades agrícolas e não agrícolas, e viver a juventude sem ter fronteiras".

Em estudo realizado em assentamentos rurais do Piauí (Silva, 2014, p. 186), a autora identificou no seu trabalho costumes da juventude rural semelhante aos jovens da cidade, concomitante a costumes atribuídos ao campo, demonstrando que o campo e a cidade estão cada vez mais entrelaçados, ficando cada vez mais tênue definir o que seria costumes de jovens urbanos e de jovens rurais.

> Mesmo detectando visivelmente no falar, vestir e outros comportamentos dos jovens, como o uso diuturno de celulares modernos, grande semelhança com a juventude urbana de São João, aparecem algumas ações capazes de refletir regras de comportamento mais associadas a costumes da família rural tradicional, como tomar a bênção aos mais velhos, mesmo que estes não sejam parentes das crianças e, pouca presença de mulheres desacompanhadas por um familiar em locais como bares.

Do grupo de 55% dos alunos que responderam que não pretendem continuar morando no assentamento/comunidade (quadro 11), as respostas foram subdivididas nas seguintes categorias: questões relacionadas ao trabalho e renda; questões relacionadas à necessidade de ampliação da escolaridade; questões relacionadas ao desejo de morar na cidade; e motivos diversos.

Quadro 11 — Opinião dos Alunos que não Pretendem Continuar Morando no Assentamento/Comunidade na Vida Adulta

A	**RESPOSTAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS**
QUESTÕES RELACIONADAS A EMPREGO, TRABALHO E RENDA	
A01	Porque vai ficar longe do local de trabalho
A04	Quero trabalhar na cidade e vir aqui só nos finais de semana
A05	Pretendo ser policial militar e por isso não quero morar aqui
A13	Quero buscar um emprego na cidade
A14	Pela dificuldade de trabalho
A15	Porque no assentamento é mais difícil emprego
A22	Porque preciso ganhar dinheiro
A26	Porque nas cidades tem mais oportunidades de emprego e estudos
A27	Porque os recursos são poucos
A28	Porque tem poucas vagas de emprego

A29	Porque tem mais trabalho na cidade, e assim facilita mais para gente
A43	Na cidade tem mais oportunidade de trabalho
A49	Porque na cidade tem mais oportunidades de emprego
A59	Porque quero morar na cidade, por questões de trabalho
A66	Gosto daqui, mas as vezes vc não consegue arrumar um emprego que preste
A70	Porque não quero trabalhar na agricultura
A84	Quero ser engenheiro civil e trabalhar com construção
QUESTÕES RELACIONADAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLARIDADE	
A03	Porque na cidade é mais fácil para estudar e fazer faculdade
A09	Porque pretendo me formar e morar em outro canto
A48	Na cidade tem mais oportunidades de estudo
A74	Porque pretendo fazer uma faculdade, e para isso tenho que sair do assentamento para ficar mais perto do Curso
A78	Porque quero fazer universidade no futuro
A81	Tenho muitos planos para o futuro, quero me formar, e aqui não será possível
A82	Porque quero mais oportunidades na área que eu quero me formar
A85	Quero me formar e conhecer vários lugares
QUESTÕES RELACIONADAS AO DESEJO DE MORAR NA CIDADE	
A07	Porque eu gostaria de morar na cidade
A08	Porque eu quero morar na cidade
A12	Quero ir embora daqui
A17	Particularmente sempre quis morar na cidade, não gosto de sítio
A54	Porque quero morar em Mossoró
A62	Pretendo sair do assentamento para a cidade
A79	Porque eu prefiro lá na cidade
A83	Prefiro cidade grande
QUESTÕES RELACIONADAS A MOTIVOS DIVERSOS	
A02	Porque em Mossoró as coisas são mais fáceis de resolver
A11	Nos assentamentos tudo é mais difícil
A23	Para buscar mais oportunidades
A31	Porque não gosto daqui, não podemos sair de casa
A34	Porque penso no meu futuro
A39	Porque morar aqui é chato
A41	Eu não gosto daqui
A52	Eu quero buscar meus sonhos
A55	Porque não quero
A56	Porque não tem muita coisa pra fazer
A58	Tenho sonhos e quero realizar
A65	Quero conhecer outros lugares
A69	Porque aqui não tem o que eu quero
A71	Porque quero conhecer coisas novas

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Analisando o quadro 11, podemos perceber que a maioria das justificativas dos jovens foi em relação a ausência ou pouca diversidade de emprego, trabalho e renda, já que eles consideram que na cidade tem mais oportunidades, e alguns deles expressaram desejos de trabalhar em atividades não agrícolas como construção civil e carreira militar.

> Portanto, é necessário entender os papéis assumidos pelo campo e pela cidade e, perceber que o campo e a cidade são espaços com uma grande parcela de pessoas morando em um e trabalhando, estudando, "vivendo" no outro. Indivíduos que vivenciam os espaços e, com base em suas experiências, constroem-se enquanto sujeitos sociais. Como, grande parte desses sujeitos é jovem, que tem nessa prática fortes influências em sua construção social, cultural e histórica, torna-se evidente a necessidade de identificá-lo e analisá-lo em suas distintas posições ocupadas nos espaços socais a que se relaciona (Menezes, 2016, p. 178).

Essa citação está relacionada com o seguinte depoimento: "Porque pretendo fazer uma faculdade, e para isso tenho que sair do assentamento para ficar mais perto do Curso" (A74). Essa fala se assemelha à pesquisa desenvolvida por Paulo (2010) com jovens rurais do ensino médio:

> Ao ser questionada se conseguiria realizar seu sonho ali, ela afirma: É muito difícil, se eu ficar aqui no sítio é muito difícil, porque não tem transporte pra levar pra uma faculdade mais longe e eu não tenho condições de morar fora daqui, então é mais um sonho mesmo (Ibid., p. 140).

Os jovens querem sair em busca de melhores condições de vida e mais oportunidades profissionais para o seu futuro. Para o debate vamos trazer a contribuição de Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 141):

> Os discursos gerais mostram que os motivos pelos quais os jovens anseiam por sair do campo se voltam para melhoria nas condições de vida. Porém, nos questionamos se existe mesmo melhoria nas condições de vida destes jovens quando saem do lote. O que notamos, na verdade, é uma ilusão. A vida na cidade é sempre apresentada com a melhor opção. Isso está atrelado com a premissa de que o campo é arcaico ou atrasado, e que na cidade encontramos muitas oportunidades e facilidades.

Outra questão apontada pelo jovem está relacionada a necessidade ampliação da escolaridade, inclusive em nível superior, demonstrando que o jovem se preocupa com seu nível de escolaridade, porque "na cidade tem mais oportunidades de estudo" (A48).

A observação do A48 está antenada com a realidade, pois a maioria das escolas existentes nos assentamentos rurais são dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, algumas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, e raríssimas do Ensino Médio. Indubitavelmente o jovem terá que se deslocar para cidade para realizar o ensino médio, pois são raras as escolas que ofertam este nível de ensino na zona rural.

Na mesma proporção de buscar uma ampliação da escolaridade, os jovens também citaram o desejo de morar na cidade, porque "pretendo sair do assentamento para a cidade" nas palavras do A62.

Como aponta pesquisa realizada no Assentamento São Bento, no município canavieiro de Mirante do Paranapanema/SP, quando os autores Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 140) apontarem que:

> Em nossa pesquisa, onde buscamos compreender os motivos que levam os jovens a saírem do campo podemos observar que 83% dos jovens entrevistados tinham preferência pela cidade, com perspectiva de sair do lote nos próximos 10 a 15 anos para morar na cidade.
>
> Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para procurar alternativas nas cidades. [...] Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocasse na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural (Ibid., p. 137).

Mas essa questão do jovem sair do assentamento/comunidade para a cidade não deve ser analisada apenas de forma superficial, é preciso refletir sobre os motivos que levam o jovem a desejar viver no urbano, que segundo os autores da citação anterior está relacionada à falta de políticas públicas direcionadas para os jovens do campo e a questão da invisibilidade social desses sujeitos.

> Ao aprofundamos a observação nos dados da pesquisa em relação aos motivos e os desejos da saída dos jovens do campo percebemos que estão ligados ao trabalho e a elementos infra-estruturais que favorecem a reprodução social destes indivíduos. Quando são questionados sobre o porquê da saída

> de outros jovens do Assentamento cerca de 91% dos entrevistados afirmam saber o motivo que leva os demais saírem do campo, e 74% confirmam que os motivos desta saída estão ligados à procura de trabalho. Para estes jovens, o trabalho desempenhado nas unidades produtivas não é considerado trabalho produtivo, mas sim uma atividade ligada à sobrevivência, sendo o trabalho aquele que tem como fruto o salário (Ibid., p. 141).

> Dos entrevistados, 13%, acreditam ser necessários haver uma melhoria das oportunidades de trabalho e de estudo no campo para a permanência no campo. Somada a isso, eles expressam o descontentamento com a falta de ações do Estado para eles, o que os fazem sentirem-se esquecidos pelo Estado. 67% dos jovens quando questionados a respeito do que seria necessário para frear os desejos expressados por eles para sair do campo, apontam para a necessidade de políticas públicas, com intuito de fortalecer a estruturação e reprodução social dos jovens com oportunidades de trabalho e estudo no sentido de qualificação profissional (Ibid., p. 141).

A questão de ficar ou sair do assentamento não deve ser analisada isoladamente. Deve ser pensada de forma mais ampla, pois as justificativas dos que desejam sair revelam a precariedade da infraestrutura existente no meio rural. A decisão de sair é motivada pelas precárias condições de vida existentes ou pela falta de perspectivas futuras para o jovem.

> Os jovens estão indo embora! Essa expressão sintetiza uma imagem do jovem do campo no Brasil. A juventude do campo é constantemente associada ao problema da "migração do campo para a cidade". Contudo, "ficar" ou "sair" do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (Castro, 2012, p. 441).

Dessa forma podemos dizer que a autora nos alerta para analisar mais profundamente a decisão do jovem, de sair ou ficar no campo está relacionado a ausência ou ineficácia das políticas públicas para o campo e até mesmo da questão da "invisibilidade" dos sujeitos do campo.

> Observamos um processo de reafirmação da identidade juvenil em diálogo com fronteiras invisíveis ainda intransponíveis para uma parcela importante da juventude rural. Isto é, com o mundo objetivado e ressignificado por meio de agendas e pautas das organizações de juventude. Para muitos jovens, viver no mundo rural, hoje, ainda significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolha. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, não estão ao alcance de muitos [...] (Id., 2016, p. 200).

É incontestável que a cidade gera atrativos e ilusões nos jovens. Mas nos perguntamos se ao sair do assentamento para a cidade o jovem realmente vai encontrar melhores condições de vida?

> Mas, o que garante que esses jovens que saem do campo para a cidade encontrem melhorias nas condições de vida? Na verdade, não há garantia. Eles saem em busca deste objetivo de vida, mas quando se deparam com a realidade que os aguarda, logo percebem as dificuldades que terão que enfrentar. Essas dificuldades vão desde a adaptação com o novo, até o enfrentamento ao preconceito que ainda existe em relação ao sujeito do campo, sempre tido como aquele sujeito "rústico", atrasado, cuja única coisa na qual sabe trabalhar é com animais e agricultura (Oliveira, Rabello, Feliciano, 2014, p. 142).

> Entendemos ainda que essa ilusão criada para os jovens do campo é um artifício ideológico engendrado pelo capital com duas finalidades básicas. [...] para fortalecer a ideia de que não existe mais interesse desses jovens em continuar no campo não tendo por que receber o apoio do poder público para os camponeses, pois se esses jovens saem não haverá mais quem fique no campo nas próximas gerações (Ibid., p. 142).

Como vimos até então, para entender o desejo de saída dos jovens do campo é preciso considerar um conjunto de variáveis, associado as condições de vida que ele vivencia no lugar onde reside.

Existe também aquela parcela de jovens que pretendem continuar morando no assentamento, mas necessariamente não desejam trabalhar com atividades relacionadas a agropecuária como aponta pesquisa realizada com jovens do assentamento Rio Paraíso em Jataí/GO: apontam que:

> Todos frequentam ou já terminaram o 1º grau, muitos fazem o ensino médio, em Jataí, e outros já cursam o superior. Pretendem ter uma formação escolar e exercê-la numa futura ocupação, preferencialmente, no assentamento, e, não necessariamente, estar diretamente ligada à agropecuária; outras atividades podem ser implementadas nas parcelas, basta haver os recursos para isso (Quinteiro, 2003, p. 179 e 181).

Além de questionar sobre o desejo de continuar morando ou não no lugar onde residem, perguntamos aos jovens se **quando eles se tornarem adultos, pretendiam trabalhar no assentamento ou comunidade que residem atualmente.**

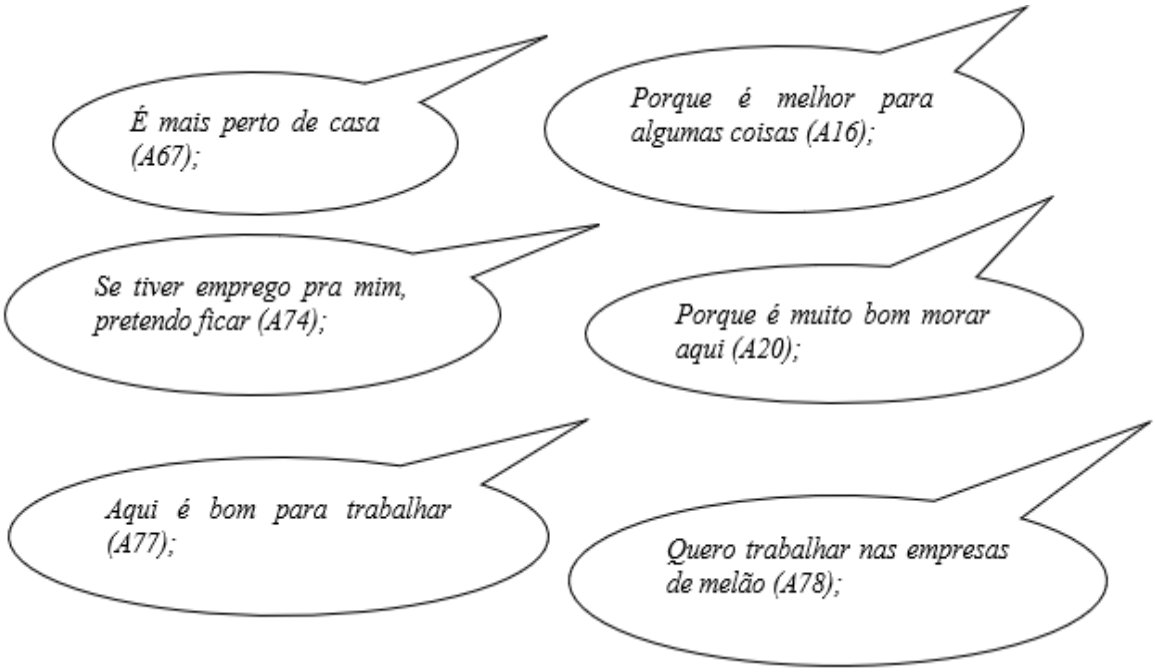
Apenas 7% dos entrevistados responderam que pretende continuar trabalhando no assentamento/comunidade na vida adulta e 33% dos entrevistados deixaram a questão em branco. A grande maioria, cerca de 60%, respondeu que não pretendem continuar trabalhando onde reside.

A preocupação com o trabalho faz parte do cotidiano dos jovens, como aponta pesquisa:

> Como percebemos, o principal elemento distintivo do jovem rural é, na percepção dos próprios jovens, o trabalho, pois estes ajudam os pais em tarefas quase sempre pesadas, típicas da visão de que a sua própria experiência de vida no meio rural lhe permitiu construir. Este elemento é caracterizado por eles de duas formas: por um lado, como sofrimento e por outro, como coragem, mas nos dois casos, como condição dessa situação juvenil (Paulo, 2010, p. 135).

Do grupo de entrevistados, apenas 7% dos alunos responderam que pretendem continuar trabalhando no assentamento/comunidade, as justificativas giraram em torno de duas questões principais, a primeira delas pelo fato de ser perto de casa e gostar do lugar em residem; a segunda relacionada ao trabalho, chegando a citar as "empresas de melão".

Vejamos a seguir, alguns depoimentos:



A pesquisa revelou que uma parcela dos jovens deseja continuar morando no assentamento, chegando a ser expresso o desejo de um jovem de trabalhar nas empresas de melão.

"São jovens que, em sua maioria, visam continuar seus estudos e, assim, arrumar empregos com melhor remuneração na cidade, porém associam seu desenvolvimento à estabi-

lidade que encontram nos lugares onde moram" (Menezes, 2016, p. 184).

Estudos atuais apontam que os jovens, quando se tornam adultos, tem migrado do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, de acesso a saúde e educação, ou seja, vão em busca de melhores condições de vida, tendo em vista que as políticas públicas para o campo são ineficientes, pois estão centradas no estímulo à produção agrícola e não no campo como um lugar de vida.

> A saída dos jovens dos assentamentos está associada de forma direta com as perdas do campo, ou melhor, das relações de produção, as quais sustentam a base alimentar do Brasil. Perde-se a tradição camponesa, a mão de obra e os valores sociais que são construídos nas relações entre os camponeses. Da mesma forma em que o campo sente os reflexos dessa evasão, está a cidade, pois esses jovens vão compor uma massa urbana despreparada para o ritmo e tipo de trabalho oferecido pela lógica dos grandes centros, transformando o urbano em um complexo saturado de pessoas e consequentemente provocando um crescimento desordenado e acelerado (Benincá, 2012, p. 12).

Wanderley (2003) desenvolveu pesquisa nos assentamentos Pitanga I e II, localizados nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu, vinculados à Zona da Mata Norte e integrantes da Região Metropolitana de Recife (RMR) e relatou o desejo de alguns assentados sobre não querer os jovens trabalhando na agricultura. Vejamos:

> Outros — a maioria — explicitam o desejo de ver os seus filhos fora dessa atividade. "Não tenho fé na agricultura. Plantando macaxeira, só vê o dinheiro depois de um ano e muito trabalho. Filhos dizem que na agricultura se trabalha muito e custa ver o dinheiro"; "Eu não quero que o futuro deles seja como o meu, porque houve um tempo, mais atrás, a agricultura tinha um valor imenso. Você trabalhava na agricultura e tinha a barriga cheia. Hoje, a gente planta e não tem o valor suficiente que a gente merecia ter. A gente planta só para não está parado. Hoje, você investe e não tem o resultado" (Ibid., p. 226).

> É importante observar que a rejeição dos assentados à profissão de agricultor está fortemente associada à percepção dessa atividade como o "trabalho na enxada", penoso e incapaz de oferecer um retorno socialmente aceitável. "Se for desse jeito assim, eu acho que continua... vai ficar velho assim: só plantar e arrancar, plantar e arrancar. Sem uma irrigação. Eu acho que continua essa vida assim". Pode-se, igualmente, supor que esta descrença se explica pelo quadro atual de crise em que vivem. No entanto, o cotejo das percepções atuais com o que eles imaginavam sobre o futuro dos filhos, antes de virem para o assentamento, permite formular a hipótese de que as novas condições de vida lhes encoraja a visualizar o acesso a uma profissão socialmente mais valorizada, o que parecia ser muito difícil anteriormente (Ibid., p. 226).

Esse sentimento de rejeição deve ser analisado à luz de um contexto maior. Pela realidade posta, podemos inferir que os pais certamente têm esse desejo, pelo fato das experiências negativas que tiveram ao longo da vida, do trabalho penoso na agricultura e por isso desejam algo diferente para seus filhos.

Mas a maioria deles se sente atraída pela cidade e deseja sair do assentamento/comunidade, em busca de trabalho. Eles representam um percentual de 60% dos entrevistados, que responderam que não pretendem trabalhar no assentamento/comunidade, durante a vida adulta (quadro 12). Podemos perceber que a maioria das respostas estão relacionadas a pouca diversidade de atividades relacionadas a oferta de trabalho e emprego existentes no campo.

Quadro 12 — Justificativa dos Alunos que não Pretendem Trabalhar no Assentamento/Comunidade na Vida Adulta

A	**RESPOSTAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS**
QUESTÕES RELACIONADAS A OFERTA DE TRABALHO E EMPREGO	
A01	Pretendo trabalhar na cidade
A02	Porque em Mossoró é melhor pra trabalhar
A04	Quero trabalhar em empresas maiores da cidade
A05	A profissão que eu quero não tem no campo
A07	Porque eu quero um emprego bom e ter um futuro melhor
A08	Porque eu quero um trabalho melhor na cidade
A09	Pretendo trabalhar na área de Medicina
A10	Porque aqui não tem trabalho como em Mossoró
A13	Prefiro trabalhar na cidade
A15	Porque quero trabalhar no comércio
A22	Porque aqui não tem emprego pra todo mundo
A23	Aqui não tem tantas oportunidades de emprego
A24	Porque na comunidade não tem trabalho
A29	Porque o trabalho é mais fácil na cidade do que na comunidade rural
A35	Porque na cidade tem mais lugar pra trabalhar
A39	Porque aqui não tem trabalho certo como Mossoró
A45	Porque não tem emprego
A47	Porque não tem recursos de empregos
A48	Porque aqui tem menos chances de emprego
A49	Aqui tem menos empregos
A51	Pretendo trabalhar em outro lugar
A52	Quero trabalhar na cidade com outra coisa
A56	É muito parado o trabalho rural, só tem serviço para plantação
A58	Prefiro outro trabalho que não seja plantação
A59	Porque eu pretendo trabalhar em outro lugar
A63	Porque eu quero trabalhar fora

A64	Aqui não tem muitas opções de emprego
A69	Porque os trabalhos da comunidade não são tão eficazes quanto o da cidade
A72	Porque quero trabalhar em outras coisas
A76	Porque os melhores empregos estão na cidade
A79	Porque na cidade tem mais trabalho
A83	Porque a profissão que eu pretendo trabalhar não tem no assentamento
QUESTÕES RELACIONADAS A RECURSOS INSUFICIENTES	
A18	Na cidade tem muitos recursos
A27	Os recursos aqui são poucos
A28	Porque o orçamento das cidades é bem maior
A66	Porque aqui não tem muita renda
QUESTÕES RELACIONADAS A MOTIVOS DIVERSOS	
A26	Porque aqui é muito ruim para transportes
A31	Porque quero algo novo para mim
A33	Porque as coisas aqui são mais difíceis
A40	Porque quero fazer faculdade
A62	Pretendo ser atleta de futebol
A73	Porque onde eu moro não tem o que eu quero ser no futuro
A75	Porque quero outras oportunidades
A81	Tenho outros planos

FONTE: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo realizada com alunos das escolas em 2019.

Os depoimentos contidos no quadro 12 deixa claro que, os alunos se preocupam com questões relacionadas ao trabalho. Outra questão que observamos é com relação a falta de identificação com o trabalho agrícola. Podemos dizer que a maioria não possui identidade com o trabalho relacionado ao campo. Esses jovens possuem sonhos, relacionados a outras oportunidades de trabalho, formação acadêmica e condições de vida de uma forma geral.

Os estudos de Souza (2009), refletindo sobre a qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária de Sergipe, quando analisa o perfil e composição das famílias assentadas no Agreste de Sergipe, a autora vai concluir sobre os jovens que:

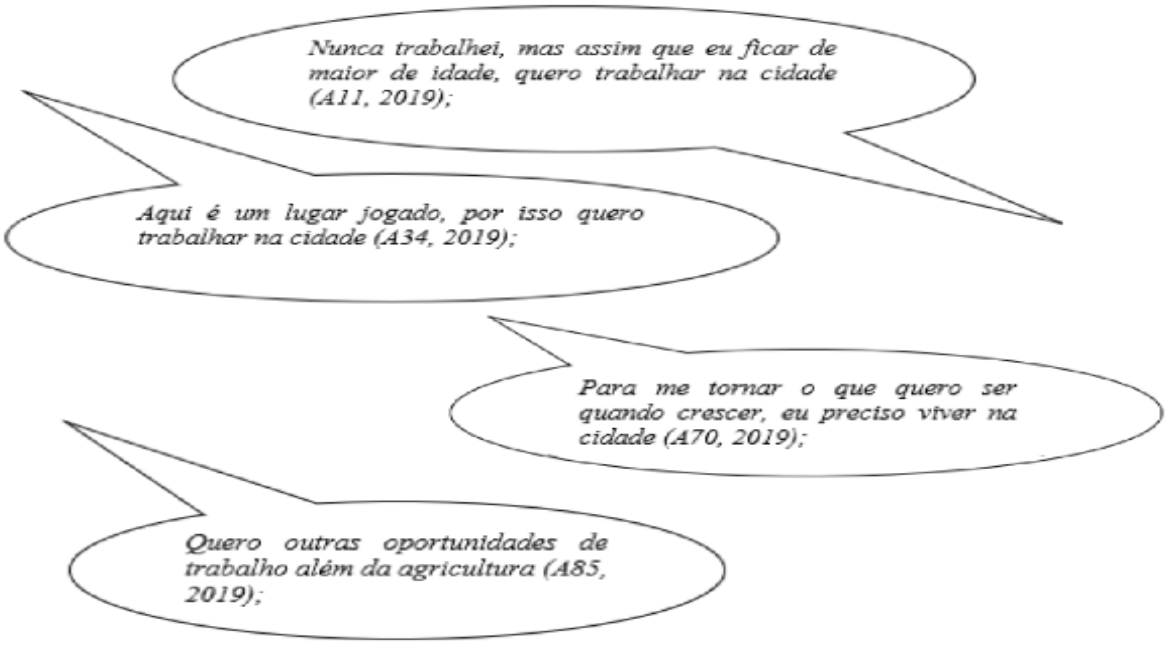
> Provavelmente, ao terminarem seus estudos não desejarão permanecer no campo. O percentual de apenas 49% que se dedicam à atividade agrícola essencial para a qual o assentamento foi criado? Como fica a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar? (Ibid., p. 188).

A autora ainda chama atenção que ao terminarem os estudos os jovens não vão querer morar no assentamento, gerando dificuldades para "sucessão hereditária na agricultura familiar", além de outras questões.

> A primeira delas é que, mesmo estando assentados, nem todos os membros da família se ocupam principalmente da atividade agrícola. Por outro lado, ao verificar um percentual tão expressivo de estudantes pode-se inferir que estes podem (ou não) desempenhar tarefas esporádicas na agricultura, auxiliando os pais. Entretanto, será o suficiente para suprir as necessidades de produção e garantir a subsistência do núcleo familiar? Caso estes apenas estudem, fazem sentido a afirmação dos acampados ao relatarem que desejam para os filhos um futuro melhor, que há de vir através de muito estudo (Ibid., p. 188).

Na citação anterior percebemos que a autora ressaltou em seu estudo que os assentados, pais dos jovens, desejam "para os filhos um futuro melhor, que há de vir através de muito estudo", sem conexão com o campo ou com a reforma agrária.

Podemos inferir que tudo passa pela questão das condições de vida precárias existentes no campo, como podemos perceber realizando nossa pesquisa de campo com alunos, quando algumas respostas chamaram atenção neste sentido, expressa na fala do aluno quando afirma que *"aqui é um lugar jogado, por isso quero trabalhar na cidade"*.



Analisando as respostas dos jovens, podemos dizer que a maioria está relacionada a maior diversidade de oferta de trabalho e emprego na cidade, vinculado à ideia de que na cidade existem mais empregos e que não são exclusivos ao trabalho agrícola, estando diretamente relacionado ao desejo de morar na cidade.

Quando esse jovem vai para cidade, nem sempre encontram o trabalho que almejavam e acabam trabalhando e morando de forma precária, como apontado na citação a seguir:

> Nascidos e criados como agricultores, os mais jovens tentam a saída do trabalho urbano. Mas, se ficar no campo parecia cada vez mais difícil, encontrar uma ocupação fora do meio rural era sempre uma alternativa instável, precária, exigente quanto à qualificação raramente adquirida e que impunha constantes deslocamentos e troca de empregos. Eles vão ser biscateiros, carregadores de caminhão, comerciantes de feira, cobradores de ônibus, serventes na construção civil. Algumas moças trabalham como domésticas (Wanderley, 2003, p. 210).

Na pesquisa realizada por Paulo (2010), com jovens rurais do ensino médio no município de Orobó/PE, quando questionados acerca do desejo de trabalhar com agricultura, os jovens atribuíram o "desinteresse" [...] "a pouca perspectiva de futuro foi mencionada pelos jovens, como o principal elementos negativos que desestimula os jovens a fazerem opção pela profissão de agricultor" (Ibid., p. 138).

> Constituindo-se como a principal alternativa para os jovens rurais do município, o trabalho na agricultura, apesar de ser visto como positivo por parte dos mesmos e muitos deles afirmarem terem aprendido com seus pais a praticá-la, não é apontado como desejo futuro de profissão (Ibid., p. 138).

Esse "desinteresse" precisa ser analisado à luz das precárias condições de vida que sobrevivem as pessoas que trabalham com agricultura, pelo menos a maioria. Durante a pesquisa de campo, os profissionais se posicionaram sobre essa questão da seguinte maneira:

> Eu vejo que hoje em dia os pais não criam mais os filhos arrancando toco ou limpando mato, como era antigamente. Eles querem que os filhos aprendam, tenham estudo, pra ter um emprego digno com remuneração todo mês. Não que a agricultura não seja uma coisa digna, mas você sabe que a agricultura não é um emprego que você tenha ali o seu salário certo todo mês. Na agricultura é assim você trabalha o ano todo, principalmente quando tem inverno, pra poder ter o que comer no verão. Por isso a maioria dos pais hoje em dia não criam mais os filhos para agricultura, querem que os filhos aprendam pra ter um emprego remunerado (P16, 2019).

Nessa citação fica evidenciada a visão de P16 afirmando que, atualmente os pais da zona rural não criam mais seus filhos pensando nos mesmos como mão de obra para atividades agrícolas, mas anseiam que os filhos consigam um trabalho remunerado formal, com menos incerteza que a agricultura.

> Os jovens rurais vivem, no cotidiano, um dilema no que se refere à sua inserção no trabalho agrícola: por um lado, assumem a importância desse trabalho e por outro, diante do jovem urbano, alguns têm vergonha de praticá-lo ou admitir que o praticam. Essa vergonha não se resume a um sentimento individual, mas é fruto da própria construção social da ideia do município rural e do agricultor como pobre, ignorante e sujo, mais especificamente no Nordeste (Paulo, 2010, p. 180).

"Percebemos que a vergonha é um sentimento que depende do outro para emergir, sendo assim, são em espaços públicos em que a interação com o outro acontece que ela vem à tona" (Ibid., p. 180).

> O pessoal do sítio tem a vergonha de falar o que pensa, sei lá, porque eu acho assim, quando você se mistura com pessoa da cidade, você tem uma visão de que eles sabem mais do que você, talvez o que você vai falar esteja errado, coisa parecida (Ibid., p. 185).

Nesse sentido podemos perceber a visão da autora, ao concluir em sua pesquisa, que os jovens não se identificam com o trabalho rural, apesar de praticá-lo, como forma de evitar velhos estigmas relacionados ao trabalho e ao modo de vida geralmente associado ao campo.

A pesquisa revelou que um número considerável de jovens entrevistados não demonstrou interesse em continuar morando no campo, e nem de trabalhar em atividades que estejam relacionadas ao campo, almejando ir para cidade na fase adulta, em busca de novas oportunidades profissionais.

O campo está marcado pela falta de diversidade de atividades específicas para o jovem, que por sua vez está relacionado a ineficácia de políticas públicas para o campo, capaz de gerar condições de vida dignas, gerando no jovem a falsa ideia da "vida mais fácil" na cidade.

Essa perspectiva da falta de identidade do jovem do campo com o trabalho no meio rural também foi mencionada pelo P17, durante a pesquisa de campo:

> Eu observo que os próprios jovens do campo não se reconhecem como da zona rural e querem acompanhar os conhecimentos dos jovens da zona urbana. Muitas vezes eles querem como se fosse imitar o que acontece na zona urbana, como se as pessoas da cidade não fossem aceitar ele como uma pessoa que seu habitat e seu ambiente de moradia são diferentes. Eles vêm pra escola e muitos deles não vem propriamente pra estudar porque eu quero aprender uma profissão, porque eu quero me profissionalizar, porque eu quero evoluir no conhecimento. Muitos vem pra passear, como se a escola fosse um ponto de encontro pra encontrar alguém, como se fosse uma forma de lazer. Muitos tem vontade de vir para escola, mas quando chegam na escola, não querem

> entrar, ficam no portão. Tanto é que as vezes tem pessoas da comunidade que vem para o portão da escola, sobretudo os rapazes, quando querem ver as moças, principalmente no horário do intervalo. Temos uma grande dificuldade desse tipo de coisa. Ai como não tem porteiro, controlar essas coisas fica bem difícil. Essa é a realidade dessa escola. Pode ser que em outra seja diferente. Mas atualmente vejo muito essa situação ocorrer (P17, 2019).

Esse depoimento do P17 nos fornece elementos importantes para compreender a complexidade do conceito atual de juventude rural, expressa na visão de que os próprios alunos das escolas não se reconhecem como da zona rural, "querendo imitar" o jovem da zona urbana. Podemos inferir que talvez essa possível "imitação" ocorra, como forma de se proteger contra o *bullying* tradicionalmente destinado aos sujeitos do campo.

> [...] o espaço da escola, para além do conhecimento formal, é significado como o espaço de construção de si e do outro por meio de representações, sentidos, sentimentos, desejos e sonhos compartilhados com outros jovens e tecidos na relação entre os conteúdos e conhecimentos de caráter formal e universal ali adquiridos e os conhecimentos vivenciados na realidade rural da qual participam, pautados em valores da tradição sempre reinventada (Paulo, 2010, p. 191).

O espaço escolar não é somente o lugar de adquirir conhecimentos formais, é também um lugar de socialização, sobretudo para os jovens. É também na escola que se (re)produz as contradições e os estigmas sociais, com valores e rejeições da sociedade. Acreditamos que a *existência* e *resistência* da escola localizada no campo, representa antes de tudo, um espaço de luta contra as desigualdades sociais que atinge a população do campo.

Por isso é tão urgente e necessário que o ensino da reforma agrária seja problematizado e debatido nas escolas do campo, despertando nas crianças e jovens, desde cedo, a compreensão de que, o acesso à política de reforma agrária no Brasil contribui para o desenvolvimento regional, mas não foi um processo pacífico e que muitos entraves precisam ser superados, em busca de condições de vida mais dignas para a população que ainda reside no campo, porque *vidas rurais também importam.*

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária nunca foi prioridade no Brasil, consequentemente, nunca houve interesse das elites político-econômicas, que este tema seja amplamente conhecido e discutido pela população em geral, e nem que seja apropriado e debatido pelos sujeitos da escola.

A educação do campo, pode ser considerada como um desdobramento da reforma agrária. A educação do campo possui sua legislação específica, sendo considerada uma conquista significativa para as entidades e sujeitos do campo. Apesar de estar garantida em Lei, e possuir legislação específica, em alguns municípios, a educação do campo "não saiu do papel".

Constatamos ao longo da pesquisa, a partir das narrativas dos sujeitos, que as escolas dos assentamentos rurais de Mossoró, utilizam a mesma proposta pedagógica das escolas da cidade, ou seja, não colocando em prática a educação do campo. Reproduzem práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade em que estão inseridas, com isso, podemos dizer então, que essas escolas estão localizadas no campo, mas não são do campo.

Dessa forma, as escolas pesquisadas, são marcadas pela ausência do debate sobre a importância da reforma agrária, o que consideramos como um problema grave, por se tratar de escolas localizadas em assentamentos rurais, essa temática deveria ser comum no cotidiano escolar.

Como já foi dito na introdução do livro, o município de Mossoró possui o maior número de assentamentos rurais do RN. Assim sendo, deveria ser indispensável trabalhar a temática reforma agrária nessas escolas. De certa forma, podemos falar da "violência simbólica" de não trabalhar o tema reforma agrária na escola, em se tratando de escolas localizadas em áreas de assentamento rural.

Precisamos partir dessa realidade, que está posta, e refletir nessas considerações finais, acerca dos fatores limitantes, que dificultam ou impedem a abordagem do ensino da temática reforma agrária nas escolas localizadas nos assentamentos rurais de Mossoró.

Podemos constatar in loco que a rede municipal de ensino de Mossoró, seja no campo ou na cidade, é marcada pela ausência de gestão democrática nas escolas, materializada no formato de escolha dos diretores, realizada por indicação política da Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM), e não por eleição direta entre os pares.

A insatisfação dos profissionais com essa realidade, ficou evidente nos relatos orais durante a pesquisa de campo, bem como nos diálogos informais. O que inclusive, contraria as metas do PNE, que preconiza a adoção da gestão democrática nas escolas.

As falas dos sujeitos pesquisados, revelaram que uma significativa parcela dos pro-

fissionais que trabalham no campo, ainda se sentem menos valorizados que os profissionais da cidade, principalmente alguns professores, que relataram que são vistos como "menos competentes" por outros colegas que atuam em escolas da cidade. Esse sentimento de "desvalorização" entre os profissionais que atuam no campo, aos poucos vai gerando um sentimento de "inferioridade", que precisa ser questionado.

A pesquisa revelou que as temáticas relacionadas à reforma agrária e assentamentos rurais não estão presentes no desenvolvimento de projetos escolares. Os temas que mais se aproximam da realidade do campo são cultura nordestina, meio ambiente ou hortas escolares. As escolas pesquisadas realizam anualmente eventos de cunho sociocultural que são abertos a participação da comunidade, a exemplo da Feira de Ciências.

Essas temáticas de projetos são relevantes, no entanto, fica evidente a ausência de temas relacionados ao campo, e mais precisamente sobre o tema reforma agrária e assentamentos rurais. Essas escolas precisam criar estratégias para adotar a temática da reforma agrária como eixo central de sua proposta pedagógica, que se desdobra na criação de projetos específicos com essa temática, envolvendo todas as áreas do conhecimento.

Necessitando, portanto, da ampliação de parcerias com outras instituições, como as IES por exemplo, e criação de projetos específicos envolvendo todas as disciplinas, abordando a temática reforma agrária. Observando que os assentamentos rurais estão relacionados ao INCRA, que se trata de um órgão federal, dessa forma não é só no âmbito municipal que devemos cobrar. O poder público precisa se integrar em diferentes níveis (nacional, estadual e municipal) para encontrar medidas que proporcionem uma melhor qualidade de vida para a população do campo.

Todos os problemas relatados até aqui merecem atenção especial da comunidade escolar e do Poder Público, para juntos buscar uma solução. No entanto, consideramos que a ausência de uma proposta pedagógica voltada para educação do campo e ausência do ensino da reforma agrária nessas escolas, como sendo os problemas mais graves.

Certamente a realidade observada nessas escolas dos assentamentos de Mossoró, em termos de adoção de proposta pedagógica não voltada para as especificidades do campo, e ausência da discussão sobre a reforma agrária, não seria a mesma, se nas comunidades onde estão inseridas, existissem uma maior atuação dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Enraizar o ensino da reforma agrária nas escolas localizadas nos assentamentos rurais. Através do planejamento e criação de ações e projetos escolares interdisciplinares, que envolvam todas as disciplinas. Pois discutir sobre a importância da reforma agrária, é responsabilidade de todas as disciplinas, e não somente das disciplinas da área de ciências humanas.

A temática reforma agrária deveria ser adotada como central no planejamento da escola, e a partir dele, todas as disciplinas deveria trabalhar projetos integrados, aumentado a

parceria escola x comunidade e da escola com outras instituições. Dessa forma, estariam contribuindo para que os povos do campo, aumentassem sua consciência sobre os direitos que possuem enquanto cidadãos.

O planejamento e execução dessas ações, devem ser articuladas a uma proposta curricular específica, aprofundando parcerias com todos os setores envolvidos na elaboração de proposta pedagógica que priorize discussões sobre o campo, especialmente sobre a reforma agrária.

Ampliação e consolidação das parcerias das escolas com as universidades públicas. Acreditamos que a criação e expansão de parcerias entre SME e IES públicas existentes em Mossoró, como UERN, IFRN e UFERSA seria viável em diversas frentes, como por exemplo, na oferta de formação continuada para os diversos profissionais.

Algumas parcerias dessas instituições com as escolas já existem, mas ainda se configuram como ações pontuais, e precisam de ampliação, no desenvolvimento de ações mais concretas como cursos de formação, palestras, projetos de pesquisa e de extensão, e até mesmo como campo de estágio.

O desenvolvimento dessas ações beneficiaria não somente as escolas e as comunidades, mas também às universidades, oportunizando a seus estudantes e professores a convivência com experiências diversas nessas escolas localizadas no campo.

Nesse sentido, essas universidades públicas teriam um papel importante, porque em conjunto com a equipe escolar e com comunidade, juntamente com outras instituições que atuam no campo, poderiam desenvolver projetos com temáticas específicas voltadas para o fortalecimento da educação do campo e ensino da reforma agrária.

Conhecer melhor a rotina escolar das escolas pesquisadas, dos profissionais e dos alunos, foi um momento ímpar de aprendizado para nós, importante também para nossa formação humana. Mas o debate não se encerra por aqui, e esperamos que surjam novas pesquisas, que apontem cada vez mais, a necessidade do ensino da reforma agrária nas escolas do campo, em especial daquelas que se localizam nos assentamentos rurais, para que os sujeitos do campo sejam mais valorizados e respeitados, e que a importância da reforma agrária, enquanto política pública, seja problematizada e compreendida pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Zenaide; DAYRRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida**. Educação & Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, abr./jun. 2015.

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

AZEVEDO, Alessandro Augusto de. **Educação e Reforma Agrária:** memórias, vivências e representações de trabalhadores rurais. Natal: EDUFRN, 2012.

BENINCÁ, Mainara da Costa (et al). A Relação Campo/Cidade Associada à Evasão de Jovens Rurais de Assentamentos do Sudoeste de Goiás. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária,** 1-14. Uberlândia: UFU, 2012.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luís Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Confere o título de Capital do Semiárido à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.** Lei Nº 13.568, de 21 de dezembro de 2017.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. As desigualdades na escolarização no Brasil: relatório de observação nº 5.** Brasília: Presidência da República/CDES. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação — 2020**. Brasília: INEP, 2020.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino. **Terra Livre,** São Paulo, n. 16, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Espaços da Escola,** Editora Unijuí, Ano 12, Nº 47, 2003.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais,** Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural, do Campo, das Águas e das Florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **POLÍTICA & TRABALHO** Revista de Ciências Sociais, nº 45, jul./dez. de 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

COPATTI, Carina; CALLAI, Helena Copetti. O Ensino de Geografia em Educação do Campo e o Uso do Livro Didático. **Contexto & Educação,** Editora Unijuí, Ano 33, nº 105, p. 222-247, 2018.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A Educação Escolar e a Geografia como Possibilidades de Formação para a Cidadania. **Contexto & Educação**, Editora Unijuí, Ano 33 nº 104 jan./abr. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Maria José Costa. **A ESCOLA NO ASSENTAMENTO RURAL DO LADO DE CÁ**: reforma agrária na visão dos profissionais da educação e jovens do campo em Mossoró/RN. 2020. 350 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia —Departamento de Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, Recife, 2020.

FERNANDES, Maria José Costa. Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar. *In*: **Globalização e marginalidade**: o Rio Grande do Norte em foco. VALENÇA, Márcio Moraes; BONATES, Mariana Fialho (Orgs.). Natal: EDUFRN, 2008.

FORMIGA JÚNIOR, Ivanildo Martins; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; AMARAL, Viviane Souza do. Sustentabilidade do cultivo de melão no assentamento São Romão em Mossoró/RN: determinação dos pontos críticos. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 19, p. 57-87, out., 2014.

MAIA, Zildenice Matias Guedes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ROZENDO, Cimone. Desenvolvimento local e Qualidade de vida na percepção de agricultoras no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN. **Polis, Revista Latinoamericana,** [online], 46| 2017.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). *In*: MARTINS, José de Souza et al (Orgs.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MELO, A. D. D.; SOUZA, S. C. de. Educação do Campo e o Programa Escola Ativa: elementos históricos, conceituais e pedagógicos. **HOLOS**, v. 2, Ano 29, p. 178-195, 2013.

MENEZES, Priscylla Karoline de. O Ensino de Geografia e os Contextos da Educação do Campo. **ANAIS do 14 Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG),** Universidade Estadual de Campinas, 2019.

MENEZES, Priscylla Karoline de. **Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás e suas relações com os conhecimentos geográficos.** 2018. 173f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás — UFG, Goiânia, 2018.

MENEZES, Priscylla Karoline de. O Jovem do Campo: uma faceta da(s) Juventude(s) Contemporâneas no estado de Goiás. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 170-200, 2016.

MENEZES, Priscylla Karoline de. **SER JOVEM, SER ESTUDANTE, SER DO CAMPO:** a concepção de rural e urbano para jovens estudantes em escolas públicas das cidades de Goiânia e Trindade. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás — UFG, Goiânia, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva.** 17(3): 621-626, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Benini de; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do Campo? um dilema da Juventude Camponesa. **Revista Pegada**, v. 15 n. 1. jul./2014. 136-150p.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **As construções das Identidades de Jovens Rurais na Relação com o meio urbano em pequeno município.** 2010. 259 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PORTUGAL, Jussara Fraga. **"Quem é da roça é formiga!":** histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. 2013. 352 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Salvador, 2013.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos,** 1-20p. IPEA: 2011.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. *In*: MARTINS, José de Souza et al (Orgs.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Nas Veredas por Reconhecimento Social:** o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo. 2012. 264 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2012.

SILVA, Waldirene Alves Lopes da. **Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido Piauiense:** da identidade aos espaços da natureza. 2014. 222 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação e Cidadania nos Assentamentos de Reforma Agrária: projetos, possibilidades e limites. **PUBLICATIO UEPG —** Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**.** 10 (1): 21-40, 2002.

SOUZA, Júnia Marise Matos de. **Do Acampamento ao Assentamento:** uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. 368 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.

STÉDILE, João Pedro. Reforma Agrária. *In*: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo. **Cad. CEDES,** Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?.** GIARRACCA, Norma. Buenos Aires (Argentina): CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). *In*: MARTINS, José de Souza et al (Orgs.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

"Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza et al (Orgs.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

QUAL O LUGAR DA REFORMA AGRÁRIA NAS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS? VOZES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E JOVENS DO CAMPO EM MOSSORÓ/RN, TRATA-SE DE UMA OBRA TEM POR OBJETIVO PRINCIPAL, COMPREENDER QUAL VISÃO DE REFORMA AGRÁRIA, TÊM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE TRABALHAM, E OS JOVENS DO CAMPO QUE ESTUDAM, EM ESCOLAS LOCALIZADAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN. A PESQUISA DE CAMPO FOI REALIZADA NO ANO DE 2019, EM 3 ESCOLAS DE MOSSORÓ: ESCOLA MUNICIPAL EVILÁSIO LEÃO DE MOURA (ASSENTAMENTO HIPÓLITO); ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE CECÍLIO DE ARAÚJO (ASSENTAMENTO MULUNGUZINHO); E ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROMÃO (ASSENTAMENTO SÃO ROMÃO).

O LIVRO ANALISA COMO OS DIVERSOS PROFISSIONAIS DESSAS ESCOLAS, PROPORCIONAM ESPAÇOS DE DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR, E QUAIS SÃO AS VIVÊNCIAS ACERCA DO VIVER E MORAR NO CAMPO, DOS JOVENS QUE RESIDEM EM ASSENTAMENTOS OU COMUNIDADES RURAIS, MATRICULADOS NO 8º E 9º ANOS DAQUELAS ESCOLAS. ESSAS ESCOLAS TÊM IMPORTÂNCIA SIGNIFICATIVA PARA AS COMUNIDADES EM QUE ESTÃO INSERIDAS, SENDO VISTAS PARA OS MORADORES NÃO SÓ COMO UM ESPAÇO EDUCACIONAL, MAS COMO UM LUGAR DE SOCIALIZAÇÃO PARA TODA A COMUNIDADE.

ENTRETANTO, EMBORA ESTEJAM LOCALIZADAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, ESSAS ESCOLAS UTILIZAM A MESMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DA CIDADE, NA MAIORIA DAS AÇÕES, NÃO COLOCANDO EM PRÁTICA A EDUCAÇÃO DO CAMPO. DESSA FORMA, ACREDITAMOS NA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA TEMÁTICA REFORMA AGRÁRIA NAS ESCOLAS, PARA QUE OS ASSENTAMENTOS RURAIS SEJAM PROBLEMATIZADOS E CONHECIDOS PELA POPULAÇÃO EM GERAL, PARA QUE POSSAM ADQUIRIR UMA VISÃO AMPLA DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, PARA ALÉM DE ESTIGMAS E MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO CAMPO.

Edições
UERN